



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

RAQUEL APARECIDA ALVES

**REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE GESTÃO COLETIVA:
O CASO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO
PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO NO
MUNICÍPIO DE UNAÍ – MG**

**Brasília/DF
Dezembro/2015**

RAQUEL APARECIDA ALVES

**REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE GESTÃO COLETIVA: O CASO
DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL
DE CRÉDITO FUNDIÁRIO NO MUNICÍPIO DE UNAÍ – MG**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

Orientador (a): Profa. Dra. Maria Júlia Pantoja

**Brasília/DF
Dezembro/2015**

ALVES, R. A. **Redes sociais no processo de gestão coletiva**: o caso dos projetos de assentamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário no município de Unaí – MG. 2015. 125 f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado/tese de doutorado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pela autora à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. A autora reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AR221r	Alves, Raquel Aparecida Redes sociais no processo de gestão coletiva: o caso dos projetos de assentamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário no município de Unaí-MG / Raquel Aparecida Alves; orientador Maria Júlia Pantoja. -- Brasília, 2015. 125 p. Dissertação (Mestrado - Mestrado em Agronegócios) Universidade de Brasília, 2015. 1. Redes sociais. 2. Ação Coletiva. 3. Assentamentos. I. Pantoja, Maria Júlia, orient. II. Título.
--------	--

RAQUEL APARECIDA ALVES

**REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE GESTÃO COLETIVA: O CASO DOS
PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO
FUNDIÁRIO NO MUNICÍPIO DE UNAÍ – MG**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado/Doutorado do Programa de Pós-graduação Agronegócios da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

Aprovada pela seguinte Banca Examinadora:



**Profa. Dra. Maria Júlia Pantoja – Universidade de Brasília
(ORIENTADORA)**



**Profa. Dra. Janaina Deane de Abreu Sá Diniz – Universidade de Brasília
(EXAMINADORA INTERNA)**



**Profa. Dra. Luiza Beth Nunes Alonso – Universidade Católica de Brasília
(EXAMINADORA EXTERNA)**

Brasília, 09 de Dezembro de 2015

Aos meus pais Sebastião Olímpio Alves e Marta Josefa Alves.

Agradeço a Deus, que por intermédio de Nossa Senhora do Carmo, permitiu que eu avançasse um pouco mais nos meus estudos. Peço a Ele, que a tudo vê e que de todas as coisas sabe, proteção e amparo para aqueles que me ajudaram nesta jornada. Agradeço à Professora Maria Júlia Pantoja, minha orientadora, por conduzir-me na elaboração deste trabalho com competência e desprendimento.

“A marca-de-ferro – um coração no quarto esquerdo dianteiro – estava meio apagada: lembrança dos ciganos, que o tinham raptado e disfarçado, ovantes, para a primeira baldroca de estrada. Mas o roubo só rendera cadeia e pancadas aos pândegos dos ciganos, enquanto Sete-de-Ouros voltara para a Fazenda da Tampa, onde tudo era enorme e despropositado: três mil alqueires de terra, toda em pastos; e o dono, o Major Saulo, de botas e esporas, corpulento, quase um obeso, de olhos verdes, misterioso, que só com o olhar mandava um boi bravo se ir de castigo, e que ria, sempre ria – riso grosso, quando irado; riso fino, quando alegre; e riso mudo, de normal.

Mas nada disso vale fala, porque a estória de um burrinho, como a história de um homem grande, é bem dada no resumo de um só dia de sua vida. E a existência de Sete-de-Ouros cresceu toda em algumas horas – seis da manhã à meia-noite – nos meados do mês de janeiro de um ano de grandes chuvas, no vale do Rio das Velhas, no centro de Minas Gerais.”

João Guimarães Rosa

RESUMO

A elaboração deste estudo baseou-se na concepção de que arranjos sociais em redes e ações coletivas são vias fundamentais para solucionar problemas individuais e coletivos, intensificar o sentimento de pertencimento a um grupo e, por extensão, contribuir para o desenvolvimento social, econômico e político dos assentados da Reforma Agrária do Programa Nacional de Crédito Fundiário no município de Unaí/MG. O objetivo geral foi analisar a influência das redes sociais dos projetos de assentamento no processo de gestão coletiva e, de forma específica, objetivou-se mapear as redes sociais, comparar as redes mapeadas e analisar as ações coletivas adotadas. A pesquisa integrou as abordagens qualitativa, quantitativa e descritiva e, como instrumentos e técnicas para coleta de dados utilizou-se questionários, grupos focais e entrevistas. Os questionários foram aplicados aos assentados titulares dos lotes dos três assentamentos pesquisados a fim de mapear, analisar e comparar as redes de influência, informação e cooperação/ajuda mútua; os grupos focais foram constituídos por famílias assentadas e realizados em seus próprios estabelecimentos e as entrevistas foram realizadas com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí e com o coordenador do Programa Nacional de Habitação Rural. Tanto os grupos focais quanto as entrevistas foram realizados no sentido de compreender melhor as dinâmicas sociais dos assentamentos. Dentre os principais resultados, verificou-se que as redes de cooperação/ajuda mútua se revelaram como as mais coesas, as redes de informação se apresentaram como as mais fragmentadas e as redes de influência apareceram em uma posição intermediária. Ao se comparar as redes sociais mapeadas não se constatou muitas discrepâncias entre elas. Os resultados não demonstraram que um assentamento se sobrepõe ao outro no que diz respeito às relações sociais que envolvem os assentados em suas diferentes dimensões. Revelaram apenas que algumas redes dos assentamentos são mais propícias que outras a um potencial relacional. Constatou-se ainda que as ações coletivas mais comuns entre os assentados são evidenciadas por meio da realização de mutirões e comemorações que mobilizam as pessoas no dia a dia das comunidades.

Palavras-chave: Redes sociais. Ação coletiva. Assentados.

ABSTRACT

The elaboration of this study was based on the idea that social arrangements in networks and collective actions are fundamental ways to solve individual and collective problems, enhance the feeling of belonging to a group and, by extension, contribute to the social, economic and political development of the settlers of Agrarian Reform of the National Land Credit Program in the municipality of Unaí/MG. The general objective was to analyze the influence of social networks of the settlement projects in the collective management process and, specifically, it was aimed to map the social networks, comparing them, and analyze the collective action taken. The research integrated qualitative, quantitative and descriptive approaches and as tools and techniques for data collection it was used questionnaires, focus groups and interviews. The questionnaires were given to settlers holders of lots of three settlements surveyed in order to map, analyze and compare the networks of influence, information and cooperation/mutual aid; focus groups were made up of families settled and carried out in their own establishments and interviews were held with the president of the Union of Rural Workers of Unaí and the coordinator of the National Rural Housing Program. Both focus groups and interviews were undertaken to better understand the social dynamics of the settlements. Among the main results, it was found that the networks of cooperation/mutual aid proved to be the most cohesive, information networks are presented as the most fragmented and influence networks appeared in an intermediate position. When comparing the mapped social networks it was not found many discrepancies between them. The results have not shown that a settlement overlaps the other with regard to social relations involving the setting in its various dimensions. Revealed only a few networks of settlements are more conducive to a relational potential than others. It was also found that the most common collective actions between the settlers are evidenced by conducting joint efforts and celebrations that mobilize people in everyday life of communities.

Key-words: Social networks. Collective action. Settlers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Linha do Tempo do Processo Evolutivo da Reforma Agrária no Brasil.....	22
Figura 2- Relações Unidirecionais, Bidirecionais e Tríades	47
Figura 3 - Unaí na Região Noroeste de Minas	60
Figura 4 - Diagramação da Pesquisa	75
Figura 5 - Representação Gráfica da Rede de Influência/PA São João Batista.....	78
Figura 6 - Representação Gráfica da Rede de Informação/PA São João Batista	78
Figura 7 - Representação Gráfica da Rede de Cooperação/Ajuda Mútua/PA São João Batista	79
Figura 8 - Representação Gráfica da Rede de Influência/PA Picos	82
Figura 9 - Representação Gráfica da Rede de Informação/PA Picos	82
Figura 10 - Representação Gráfica da Rede de Cooperação / Ajuda Mútua / PA Picos	83
Figura 11 - Representação Gráfica da Rede de Influência/PA Modelo	85
Figura 12 - Representação Gráfica da Rede de Informação/PA Modelo	86
Figura 13 - Representação Gráfica da Rede de Cooperação/Ajuda Mútua/ PA Modelo	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos Participantes do PA São João Batista	70
Tabela 2 - Perfil dos Participantes do PA Picos	71
Tabela 3 - Perfil dos Participantes do PA Modelo	72
Tabela 4 - Perfil Geral dos Participantes da Pesquisa	72
Tabela 5 - Critérios Estruturais/PA São João Batista	77
Tabela 6 - Critérios Estruturais/PA Picos	81
Tabela 7 - Critérios Estruturais/PA Modelo	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese de Estudos sobre Ações Coletivas no Agronegócio.....	36
Quadro 2 - Síntese de Estudos sobre Redes Sociais no Agronegócio	53
Quadro 3 - Informações Gerais dos PA's do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Município de Unai/MG.....	63
Quadro 4 - Centralidade de Grau/PA São João Batista	79
Quadro 5 - Identificação dos Atores Críticos/PA São João Batista	80
Quadro 6 - Centralidade de Grau/PA Picos.....	83
Quadro 7 - Identificação dos Atores Críticos/PA Picos	84
Quadro 8 - Centralidade de Grau/PA Modelo.....	87
Quadro 9 - Identificação dos Atores Críticos/PA Modelo	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAMPO	COMPANHIA DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA
CONTAG	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA
CAF	CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
CAPUL	COOPERATIVA AGRÍCOLA UNAÍ
CF	CONSTITUIÇÃO FEDEDAL
CPR	COMBATE À POBREZA RURAL
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
EMATER	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
FETRAF	FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR
IBRA	INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INDA	INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MIRAD	MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO E REFORMA AGRÁRIA
MRAM	MODELO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO
MST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
NTP	NOSSA PRIMEIRA TERRA
PA's	PROJETOS DE ASSENTAMENTO
PNCF	PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO
PNHR	PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL
STR	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
PRODECER	PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS
SUPRA	SUPERINTENDÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA
UnB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UTE'S	UNIDADES TÉCNICAS ESTADUAIS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Contextualização do Assunto	15
1.2 Formulação do Problema	16
1.3 Objetivos	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos	17
1.4 Justificativa	18
2 QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL	19
2.1 Evolução Histórica dos Sistemas de Reforma Agrária no Brasil	19
2.2 Associativismo	28
2.3 Breves Comentários sobre a Teoria da Lógica da Ação Coletiva	33
2.3.1 Ações Coletivas: Estudos Empíricos no Agronegócio	36
2.4 Redes Sociais e suas Aplicações em Pesquisas no Campo dos Agronegócios	40
2.4.1 Metodologia para Análise de Redes Sociais	44
2.4.2 Redes Sociais: Estudos Empíricos no Agronegócio	53
2.5 O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF	57
2.6 A Região de Unaí – Minas Gerais	60
3 MÉTODO	63
3.1 O Contexto da Pesquisa	63
3.2 Natureza da Pesquisa e Instrumentos	64
3.2.1 Entrevistas	66
3.2.2 Questionários	67
3.2.3 Grupos focais	68
3.2.4 Análise de documentos	69
3.3 Amostra de Participantes	69
3.4 Procedimentos para Coleta, Tratamento e Análise dos Dados	74
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	76
4.1 Mapeamento das Redes Sociais	76
4.1.1 Assentamento 1: PA São João Batista	76
4.1.2 Assentamento 2: PA Picos	81
4.1.3 Assentamento 3: PA Modelo	84
4.1.4 Análise Discursiva das Redes Sociais Mapeadas	88

4.2 Análise das Informações Provenientes dos Grupos de Foco	93
4.2.1 O Dia a Dia das Comunidades	93
4.2.2 Compartilhamento e Troca	99
4.2.3 Informação	102
4.3 Análise das Informações Provenientes das Entrevistas com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Coordenador do PNHR.....	103
4.4 Análise Integrada dos Dados das Redes Sociais, Grupos de Foco e Entrevistas.....	107
5 CONCLUSÕES	109
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICES.....	121
Apêndice A – Roteiro de Entrevista.....	121
Apêndice B – Roteiro para Debate: Grupo Focal	122
Apêndice C – Questionário para Mapeamento dos Conteúdos Transacionais nas Redes Sociais dos Projetos de Assentamento do PNCF em Unaí/MG.....	123

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Assunto

Os mais de quinhentos anos de história do Brasil, país de proporções continentais, são marcados por demandas de poder pela posse da terra. Da colonização à contemporaneidade, a própria terra é um marco histórico enquanto elemento suscitador de interesses econômicos, de articulações políticas e de conflitos sociais.

Não obstante a existência de grandes latifúndios, o acesso à terra sempre foi restrito, em larga medida, a uma classe política e economicamente privilegiada. Por seu turno, a inquietação dos menos favorecidos pela apropriação da terra resultou em movimentos sociais de bases reformistas.

Movimentos como o dos Trabalhadores Sem Terra – MST incorporaram a luta pela Reforma Agrária que atingiu seu auge de notoriedade, apoio popular e pressão social na década de 90, mesmo período em que, a título de informação, o movimento ao redor da agricultura familiar retomou espaço nas discussões desenvolvimentistas nacionais após muitas décadas de fragilização (FLORES, 2009).

Como ressalta Sauer (2010), na esteira desses acontecimentos proliferaram-se as pesquisas, as publicações e os eventos científicos que passaram a se alimentar dessa dinâmica social de demandas, lutas, conflitos e conquistas. Por outro lado, ocorreu, na mesma proporção, a redefinição e implementação de políticas públicas voltadas para o reordenamento agrário e combate à pobreza rural. O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, eleito para esta investigação, implementado em 2003 como sucessor do Programa Banco da Terra é uma vertente dessas políticas (LIMA; VIEIRA; CASTRO, 2011; VIEIRA; CASTRO; LIMA, 2011).

O PNCF, como definem Lima, Vieira e Castro (2011), trata-se de um programa complementar à Reforma Agrária que viabiliza o acesso à terra por meio de aquisição [compra] e, por extensão, financiamento de assistência técnica e de subprojetos no estabelecimento das propriedades e melhora da produtividade das terras.

A destinação desses recursos, entretanto, parece não garantir por si somente a oportunidade de emancipação econômica, social e política se se considerar a extrema pobreza material/instrucional e a aparente exclusão dos assentados, principalmente dos projetos de assentamento incipientes.

A crença de que processos de coordenação e de ações coletivas bem empregados poderiam amenizar problemas como a utilização indevida dos recursos e a inadimplência e oportunizar maior abertura econômica-social-política motivou esta pesquisa.

Paralelo a isso, o estudo dos arranjos sociais [configurações de relações sociais que, segundo Neiva e Pantoja (2008), podem ser percebidas como redes] e seu mapeamento podem potencializar compreensões mais profundas acerca de associações de natureza agrária, em específico, os Projetos de Assentamento do PNCF do município de Unaí-MG e seus esforços internos por autonomia, reconhecimento local como ressalta Ploeg (2009), inserção e representatividade no contexto social geral.

1.2 Formulação do Problema

Algumas das estatísticas do Censo Agropecuário de 2006 apresentadas por Marques, Del Grossi e França (2012) revelam que no Brasil 82.199 [oitenta e duas mil cento e noventa e nove] famílias acessaram o crédito fundiário [PNCF] para a aquisição de 47.493 [quarenta e sete mil quatrocentos e noventa e três] estabelecimentos até o ano de 2006; no Estado de Minas Gerais, no mesmo período, 3.696 [três mil seiscentos e noventa e seis] famílias acessaram o mesmo crédito para a compra de 2.048 [duas mil e quarenta e oito] propriedades.

Os números da maior e mais recente pesquisa estatística agropecuária realizada evidenciam uma alta desigualdade na distribuição da posse de terra no Brasil, que se caracteriza, prioritariamente, pela enorme proporção da área total ocupada pelos estabelecimentos com área superior ou igual a 100 [cem] hectares (HOFFMANN; NEY, 2010). Tendo como base os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2009 e a cena brasileira atual, os autores ponderam que 9,6% desses estabelecimentos ocupam 78,6% da área total dedicada à atividade agropecuária enquanto que os estabelecimentos com área inferior a 10 [dez] hectares constituem mais de 50% dos estabelecimentos e ocupam apenas

2,4% da área total, não deixando dúvidas de que a enorme desigualdade fundiária permanece da economia colonial até hoje, o que contrasta com a realidade de um país que tem presenciado a diminuição da desigualdade de renda e pobreza nos últimos tempos.

Nolasco (1999) sustenta que o êxito de um programa de Reforma Agrária não deve ser mensurado, necessariamente, em termos de áreas desapropriadas e do número de famílias assentadas, mas decorre, fundamentalmente, da capacidade de aparatos políticos, jurídicos e técnicos para assisti-lo.

Tais aparatos podem esbarrar em seus limites na ausência de políticas governamentais de gestão e coordenação e na desorganização dos assentados. Considerando o segundo caso e a influência e os efeitos de arranjos social-coletivos eficientes e de redes sociais coesas e representativas, intencionou-se responder por meio desta pesquisa: **Em que medida a dinâmica social dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do PNCF no município de Unaí/MG influencia a participação dos assentados em um modelo de gestão coletiva?**

1.3 Objetivos

1.3.1 *Objetivo Geral*

Tendo em vista a problemática norteadora do estudo, o objetivo principal a ser alcançado pela pesquisa foi:

- Analisar a influência das redes sociais dos Projetos de Assentamento na configuração do processo de gestão coletiva.

1.3.2 *Objetivos Específicos*

Para fins de operacionalização do objetivo geral e consequente resposta da questão problema proposta, objetivou-se especificamente:

- Mapear as redes sociais dos PA's.
- Comparar as configurações das redes sociais mapeadas.
- Analisar as ações coletivas adotadas nos PA's.

1.4 Justificativa

Este processo investigativo resulta em algumas contribuições, entre as quais se destacam: 1^a) o mapeamento e a comparação das redes sociais identificadas e 2^a) a elucidação das ações coletivas dos assentamentos e seus possíveis reflexos econômicos, sociais e políticos.

Tais contribuições, decorrentes do arcabouço teórico-empírico aqui adotado, sinalizam fatores críticos que interferem em decisões e ações coletivas empreendidas pelas associações e reforçam a ideia de oportunidades oriundas de um sistema de gestão participativa.

Cabe ainda justificar os resultados desta pesquisa em três segmentos básicos: O institucional, o social e o acadêmico-científico. No segmento institucional os resultados da pesquisa apontam para oportunidades e ameaças presentes nas ações coletivas dos membros dos projetos de assentamento do PNCF, ressaltando o valor de esforços participativos para o aviamento de soluções dos problemas individuais e comunitários que interferem no fortalecimento econômico, na consciência política e na participação social.

No segmento social, o estudo pode ser considerado um ponto de partida reflexivo para o ajuste, criação e condução de políticas públicas voltadas para a melhoria do bem estar e da qualidade de vida das famílias do PNCF.

No segmento acadêmico-científico, além de estender a literatura sobre o assunto, o estudo pode servir de base para outros estudos similares que objetivem o aprofundamento dos conhecimentos sobre Reforma Agrária, projetos de assentamento, programas governamentais como o PNCF e arranjos sociais no âmbito das configurações de redes e ações coletivas.

2 QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL

A moldura teórica-conceitual deste estudo abrange um panorama mais detalhado sobre o tema sugerido. Inicialmente, considera-se um quadro histórico pertinente à Reforma Agrária no Brasil e suas implicações nos âmbitos econômico, político e social e os programas estatais de democratização do acesso à terra a partir de dados do INCRA (2015) e de ideias de autores como Graziano da Silva (1980, 1982), Barreto (1999), Almeida (2009), Guanziroli *et al.* (2009), Schimidt, Nolasco e Rosa (1998), Buainain *et al.* (2013) e Mattei (2014).

Discorre-se, em seguida, sobre associativismo no Brasil baseando-se em concepções teóricas de diversos autores, dentre eles Neves (2008), Sauer (2010), Carvalho e Rios (2007) e Oliveira *et al.* (2012).

São considerados enfoques pertinentes à Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson e apresentada uma revisão de estudos relacionados ao agronegócio à luz dos conceitos da ação coletiva.

As redes sociais e suas possibilidades de aplicação no campo dos agronegócios são estudadas mediante trabalhos de autores como Mizruchi (2009), Carvalho Neto (2009), Radomsky (2009), Sabourin (2009), Silva (2003), Vieira (2008) e Neiva e Pantoja (2008); uma revisão de estudos com temas semelhantes também é realizada nessa seção.

Por final, uma caracterização do PNCF e do contexto da pesquisa é apresentada. Para esta caracterização baseou-se nos Manuais de Operação do Programa e em autores como Lima, Vieira e Castro (2011) e Lima (2011), além de consulta ao Atlas Escolar, Histórico e Geográfico do Município de Unaí Estado de Minas Gerais.

Documentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a Constituição Federal Brasileira - CF nos títulos que tratam das questões agrárias, legislações e outros documentos relacionados foram também utilizados ao longo deste referencial.

2.1 Evolução Histórica dos Sistemas de Reforma Agrária no Brasil

A Reforma Agrária nunca foi uma agenda exclusiva do Brasil e tampouco teve sua trajetória iniciada nesse país. Barreto (2004) cita que durante o século XX as reformas agrárias pulverizaram diversos países e podem ser divididas em quatro

fases históricas; a primeira, segundo o autor, teria sido a do México (1915) e a da Rússia (1917), coincidindo com o acontecimento da Primeira Guerra Mundial; a segunda fase deu-se após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão do socialismo nos países do Leste Europeu como a Polônia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária, Romênia, Albânia e Iugoslávia, acrescentando-se a essas a China e o Vietnã; a segunda fase abrangeu ainda Formosa, Japão e Itália, países do bloco capitalista. Em um terceiro momento, a Reforma Agrária alcançou as ex-colônias europeias: Egito, Síria, Iraque, Tunísia, Marrocos e Argélia. O quarto e último movimento pela democratização da terra ocorreu

[...] na América Latina, [...] considerada um [...] laboratório de reformas agrárias: Guatemala (1952), Bolívia (1953), Cuba (1959), Venezuela (1959), Chile (1965), Peru (1969) Nicarágua (1979) e El Salvador (1980) (BARRETO, 2004, p. 19).

A iniciativa de Reforma Agrária no Brasil ganhou destaque no pós-guerra (BARRETO, 2004) sinalizando, junto com os países do Leste Europeu e outros, a segunda fase dos surtos reformistas agrários, quando, conforme o autor, a Constituição Federal de 1946 trouxe as primeiras referências sobre a equidade na distribuição das propriedades.

No entanto, a origem da ocupação privada das terras brasileiras é mais antiga, remontando ao período Colonial (BARI, 1998). A Figura 1 esboça a trajetória histórica da questão fundiária brasileira a partir dos acontecimentos de 1530 até os acontecimentos dos anos 2000.

Naquela época, cerca de 30 anos após a chegada dos portugueses, por volta do ano 1530, se estabelece o latifúndio com a criação das capitâneas hereditárias, padrão de ocupação do solo já aplicado pelos portugueses em Cabo Verde e na Ilha da Madeira (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012) e do sistema de sesmarias que previa a concessão de grandes glebas de terra pela Coroa Portuguesa a aqueles que se dispunham a cultivá-las. Num sistema de permuta, a Coroa cedia, mas exigia em troca um sexto da produção (INCRA, 2015); segundo Graziano da Silva (1980) as sesmarias resultaram em latifúndios escravistas devido à necessidade de diminuir a escassez de mão de obra na Colônia, culminando com um intenso e rentável tráfico de escravos.

O autor cita que as atividades produtivas da colônia gravitavam em torno da agricultura e do comércio e que praticamente não havia indústrias. Nesta época o

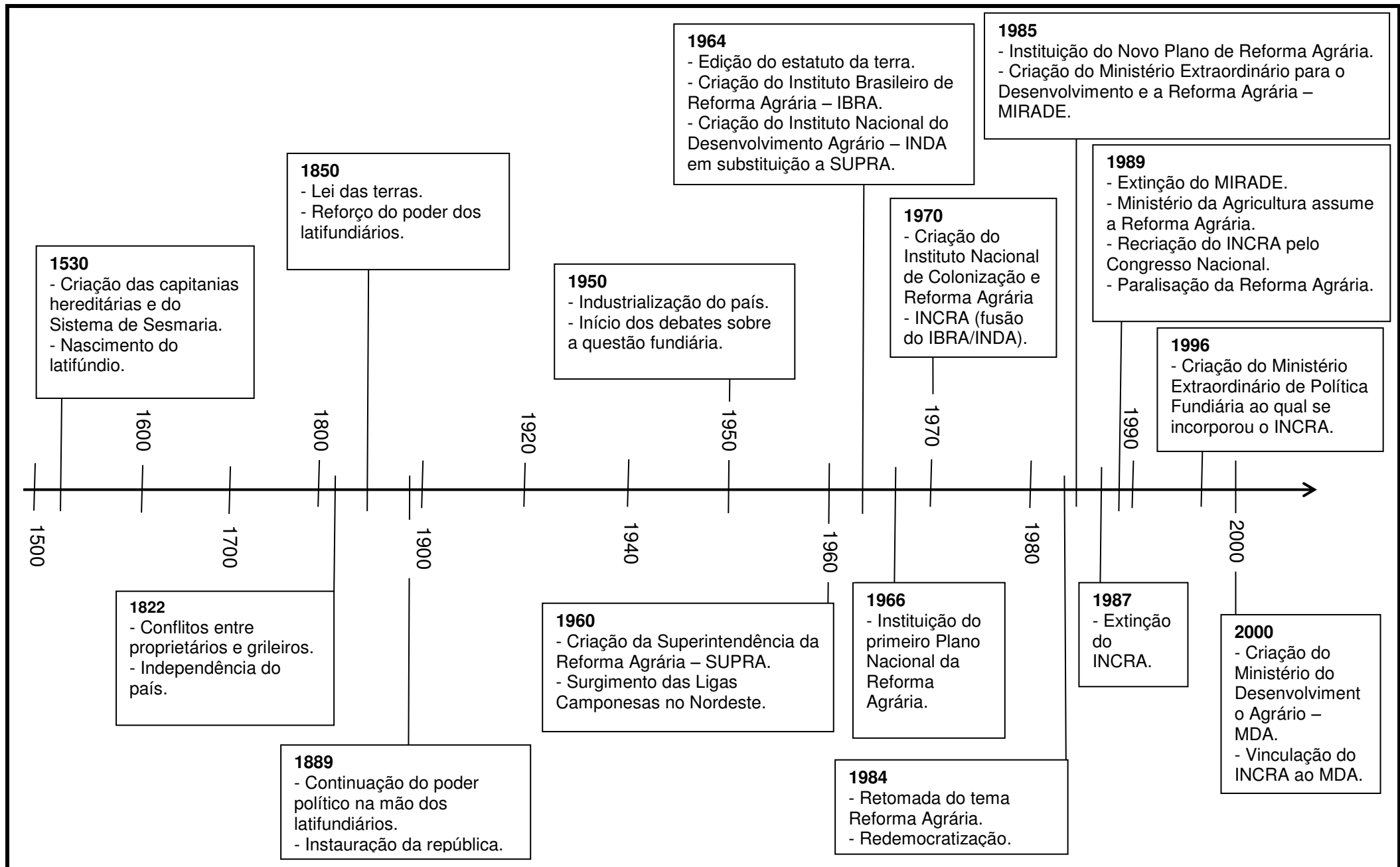
latifúndio escravista produzia para a metrópole. Os produtos mudavam “[...] de acordo com os interesses da metrópole: primeiro açúcar e, no fim da escravidão, o café” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 10). A exportação da produção, paralela ao tráfico negreiro garantiam os lucros comerciais da coroa (GRAZIANO DA SILVA, 1980). Ainda segundo o autor:

O latifúndio escravista era o eixo de atividade econômica da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: Os Senhores e os escravos. Mas em torno deles havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros livres, que não eram escravos, de índios e de mestiços, e desempenhavam uma série de atividades. Vários eram ‘técnicos’ empregados nos próprios latifúndios, como escreventes, contadores, capatazes, etc. Outros se dedicavam ao pequeno comércio, como mascates, vendedores ambulantes, etc. outros ainda eram agricultores, ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 10).

Já no ano de 1822 dados apresentados pelo INCRA (2015) revelam que na ocasião da Independência do Brasil o problema fundiário no país teve um agravante. A troca de donos das terras se dá sob a lei do mais forte e em meio a grande violência. Os conflitos ainda não envolviam trabalhadores rurais porque até então todos eram escravos. As tensões eram geradas entre proprietários e grileiros apoiados por bandos armados. Somente em 1850 [FIGURA 1] o Império, num esforço para impor ordem no campo, editou a Lei de Terras. A proibição de ocupação de áreas públicas, presentes em um de seus dispositivos, e de que a posse da terra dependia do poder aquisitivo reforçou o poder dos latifundiários.

Graziano da Silva (1980) comenta que a Lei de Terras definia que elas somente poderiam ser apropriadas mediante compra e venda e que o governo destinaria os recursos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa o quê, para ele, implicou diretamente em duas questões: restringiu-se o acesso à terra àqueles que tivessem poder aquisitivo para compra-las e criou-se as bases para um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista que vigorava até então.

Figura 1 - Linha do Tempo do Processo Evolutivo da Reforma Agrária no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do INCRA (2015).

A terra, assim, despontou como algo que estabelecia limites, impunha poder político e, por extensão, a divisão das classes sociais, isto é, ter ou não ter terra influenciava o poder e a representatividade das pessoas (GUIMARÃES; BRISOLA; ALVES, 2005). Segundo os autores, os coronéis de outrora, por exemplo, representavam forte poder político baseados apenas na posse da terra, fato que respingou nos primeiros anos da república, quando alguns governos ainda mantinham um poder oligárquico.

A instauração da República em 1889, mais de um ano após a abolição da escravidão, não foi suficiente para melhorar o caráter da distribuição das terras (INCRA, 2015). Os temidos coronéis do interior, principalmente no Nordeste do Brasil, continuaram detendo poder político em virtude da posse de grandes latifúndios e terminaram por exercer influência no delineamento dos modelos políticos adotados pelos próximos governos para o crescimento e desenvolvimento do setor agrário (GUIMARÃES; BRISOLA; ALVES, 2005).

Graziano da Silva (1982) em “A Modernização Dolorosa” ressaltou que em função desse poderio a expropriação dos pequenos produtores e a valorização dos grandes perdurou por longo tempo no meio rural e que essa política contribuiu para gerar desigualdade e exclusão, excedente de mão de obra e êxodo. Por sua vez, Ianni (1984) reitera que os reflexos desse sistema somente agravaram a situação do trabalhador rural porque os grandes latifundiários sempre exerceram o poder de mando de forma mais ou menos arbitrária e indiscriminada aos camponeses, aos assalariados e aos povos indígenas e sempre impuseram seus interesses de forma mais ou menos brutal.

Em 1950, já em meados do século XX, o país inicia seu processo de industrialização e dá-se um ponto de partida para uma era de debates sobre a questão fundiária. Almeida (2009) remonta a esta época explicando que os debates sobre o desenvolvimento industrial no Brasil pautavam-se na solução da questão agrária¹, considerada um obstáculo para a plena instalação da indústria moderna. A autora ressalta que era compreendido na época que, sem a instituição de uma

¹ A questão agrária brasileira, conforme Stedile (2012), pode ser discutida e analisada sob diversos enfoques, dentre eles a economia política, a história, a análise da evolução das classes sociais no campo, a análise do desenvolvimento das forças produtivas e a análise do desenvolvimento das lutas e dos movimentos sociais. O autor afirma que para todos esses vieses existe uma literatura rica de estudos realizados e publicados por historiadores, cientistas políticos e sociólogos. Os debates sobre o tema perduram desde 1500, perpassando assuntos como a questão agrária no período colonial, programas de Reforma Agrária, natureza e comportamento das classes dominantes agrárias etc.

Reforma Agrária que promovesse o acesso à terra pelos agricultores sem terra, não seria possível o aumento da produção de alimentos destinada às populações urbanas e, concomitantemente, matérias-primas necessárias à indústria.

Acaloradas por esse debate surgem, em 1960, as Ligas Camponesas no Nordeste, ao mesmo tempo em que o Governo Federal criava a Superintendência de Reforma Agrária – SUPRA. As duas instituições foram severamente combatidas pelo *establishment*² dentro do quadro que resultou no golpe militar de 1964. Foi neste mesmo ano que o regime militar tomou a iniciativa para a realização da reforma agrária ao editar o Estatuto da Terra e ao criar o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, em substituição à SUPRA (INCRA, 2015).

Guanziroli *et al.* (2009) ressaltam que na década de 60 o Estatuto da Terra [Lei nº 4.504, de 1964] previa a Reforma Agrária como um processo de transformação da estrutura agrária no Brasil mediante a desapropriação dos latifúndios improdutivos, bem como a aquisição de terras produtivas para a redistribuição às famílias trabalhadoras sem terra que as tornariam produtivas e cumpririam sua função social.

Consoante a isso, em seu Artigo 16º, o Estatuto da Terra previa os objetivos da Reforma Agrária:

[...] estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (BRASIL, 1964).

Mais adiante, em 1970, o Decreto nº 59.465 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária que permaneceu apenas no papel até que em 9 de julho do ano de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA que foi o resultado da fusão do IBRA com o INDA. Com a criação do INCRA o governo, mais do que reforma agrária, incentivou a colonização e ocupação da Amazônia. Nessa perspectiva, levas de imigrantes dos estados brasileiros ocuparam as margens da rodovia Transamazônica e empresas

² O Dicionário Online de Português (2015) apresenta o significado da palavra como sendo um “grupo sociopolítico que exerce sua autoridade, controle ou influência, defendendo seus privilégios [...]”. No Brasil o *establishment* representou, nesta época, uma elite social, econômica e política no cenário anterior ao golpe militar.

receberam incentivos fiscais para a implementação de projetos agropecuários, experiências que não tiveram sucesso (INCRA, 2015).

Nestes anos da década de 70 e parte dos anos 1980 o debate agrário foi norteado pela redemocratização do país em 1984 (INCRA, 2015), pelo avanço do capital no campo e pela concepção de que a transformação da estrutura fundiária estava sendo feita por meio da modernização das técnicas produtivas aumentando, assim, a oferta de produtos agropecuários de modo satisfatório e compatível com o nível de demanda e isentando o país de uma reforma agrária (ALMEIDA, 2009; GUANZIROLI *et al.*, 2009).

Em 1985 o Decreto n.º 97.766 de 10 de outubro instituiu o Novo Plano Nacional de Reforma Agrária com a missão de destinar quarenta e três milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989 a partir da criação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária – MIRAD. Após quatro anos de intento apenas oitenta e duas mil, seiscentas e oitenta e nove famílias foram assentadas em menos de 4,5 milhões de hectares (INCRA, 2015).

Esses números baixos provocaram um intenso debate político e ideológico em torno do tema reforma agrária na Assembleia Constituinte e disso resultou a extinção do INCRA em 1987 e a do MIRAD. Ao Ministério da Agricultura foi delegada a responsabilidade pela Reforma Agrária; o Congresso Nacional recriou o INCRA ao rejeitar o decreto que o extinguiu, no entanto, as limitações orçamentárias e a falta de fundamentação política paralisaram a Reforma Agrária (INCRA, 2015). Os dois últimos acontecimentos apresentados na Figura 1 mostram que a questão fundiária vinculou-se diretamente à Presidência da República em 1996 com a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária ao qual se incorporou o INCRA e que, em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, órgão ao qual o INCRA se vincula hoje.

Conforme Schmidt, Nolasco e Rosa (1998), em face de sua história, as questões agrárias do Estado brasileiro foram vistas como integrantes de um conjunto de políticas sociais compensatórias³, mesmo porque, como realça Mendras (*apud* WANDERLEY, 2001) toda historiografia e desfechos agrários podem ser analisados sob o ponto de vista da luta pela posse total da terra e da liberdade a despeito dos direitos senhoriais e das servidões coletivas.

³ As políticas sociais compensatórias são assim denominadas por terem a finalidade de amenizar as mazelas do modelo agrário de produção capitalista adotado no Brasil (MATTEI, 2014).

Mesmo a despeito de intenso debate e extensa produção acadêmico-científica, os discursos recentes versam sobre a pertinência dos modelos de Reforma Agrária no país. Autores como Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Caio Prado Júnior e Celso Furtado entendem a Reforma Agrária “clássica” como um mecanismo para modificar a realidade rural, desconcentrar a riqueza e regularizar as relações de trabalho com a finalidade de apoiar a agricultura familiar e minorar a desigualdade econômica, política e social dos rurícolas (SILVA; RAMOS, 2012).

Silva e Ramos (2012) apresentam um quadro das principais visões de autores contemporâneos do tema Reforma Agrária no Brasil. A favor da Reforma Agrária “clássica”, além dos apresentados, os autores Guilherme Delgado, Sérgio Pereira Leite e Pedro Ramos defendem-na como instrumento de desenvolvimento socioeconômico, político e ambiental; na mesma linha Miguel Carter a vê como instrumento de distribuição de riqueza e José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay a consideram como uma via para ampliar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural.

No que se denomina Reforma Agrária “clássica-social” destaque se dá para José Graziano da Silva ao defendê-la como uma necessidade exclusivamente social e Claus Germer por considerá-la como meio de restabelecer a função social da terra; as visões a favor de uma Reforma Agrária “não-clássica”, ou seja, “de mercado”, via crédito fundiário e devida ao fim da especulação fundiária/tributação da terra são as de Antônio Márcio Buainain, Edson Teófilo, José Maria da Silveira e Bastiaan Reydon; a Geraldo Miller [a industrialização e urbanização eliminaram o público da reforma agrária], Zander Navarro [Reforma Agrária regionalizada] e Francisco Graziano [relação custo-benefício e insuficiência de políticas agrícolas] são atribuídas as visões contrárias à Reforma Agrária “clássica” (SILVA; RAMOS, 2012).

Mattei (2014), analisando as principais teses favoráveis à Reforma Agrária [as de José Graziano da Silva, Guilherme Delgado, Sergio Pereira Leite e José Juliano de Carvalho Filho] e as contrárias [as de Zander Navarro e Eliseu Alves] conclui que as teses contrárias procuram isolar o problema agrário do contexto geral que continua marcado pela concentração de terra, pobreza e exclusão.

Evidências disso podem ser constatadas nos fragmentos do texto “Sete Teses sobre o Mundo Rural Brasileiro” quando Buainain *et al.* (2013, p. 115-116), dentre eles Alves, Silveira e Navarro, polemizam a questão: “[...] desaparecem alguns temas do passado, entre os quais a reforma agrária”; “meio século depois [...] ainda

se mantém uma autarquia com volumoso orçamento destinado à política redistributiva de terras – quando não é significativa uma demanda social que reclame tal política”; “a evolução da agricultura, das regiões rurais e da sociedade vem sepultando definitivamente a questão agrária, pelo menos nos termos propostos no passado”; “reforma agrária [...] não se relaciona mais com a oferta de alimentos e de matérias primas [...]. Diferentemente do passado a incorporação de novas terras explica pouco do crescimento da produção” e “[...] o dinamismo da agropecuária decorre principalmente de investimentos e da intensificação tecnológica” e ainda

o tema reforma agrária, concretamente perdeu sua relevância, e a insistência (e correspondente alocação de recursos) em ações estatais nesse campo não encontra nenhuma justificativa razoável. Ignorando-se outros aspectos já vencidos, sequer cabe menção a certa literatura que propõe uma discussão sobre ‘campesinatos’, os quais seriam outra via possível de desenvolvimento agrário. É argumento estapafúrdio que não merece comentário (BUAINAIN *et al.*, p. 116).

Costa (2013), em crítica feita ao texto de Buainain *et al.* (2013), sustenta que os autores das teses não admitem a existência de uma diversidade estrutural substantiva de natureza e essência, da mesma forma que não problematizam o sentido das suas relações em termos políticos e territoriais e que abolem o vasto discurso existente com golpes de autoridade quando expressam: “sequer cabe menção” e “argumento estapafúrdio”.

Na avaliação de Mattei (2014) as teses em geral são produtos de modificações sofridas pelo percurso histórico que marcou o debate sobre o papel da Reforma Agrária na sociedade brasileira. Para ele, se nas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial a Reforma Agrária era tida como um dos caminhos mais decisivos para a definição dos rumos do desenvolvimento do país, atualmente se verifica, por conta das transformações estruturais sofridas no contexto rural, a existência de diferentes concepções sobre o papel que a Reforma Agrária representa no modelo de desenvolvimento que se intenciona construir.

Por seu turno, Martins (1999) propõe que o tema Reforma Agrária carrega uma bagagem de sub informações, descabidas paixões e uma real ignorância que se manifesta em muitas opiniões a respeito. Mesmo nos círculos acadêmicos, segundo o autor, estudiosos confundem ciência e ideologia, marxismo panfletário, senso comum e descabidas raivas pessoais e terminam por prestar desserviços aos

próprios trabalhadores rurais que não raro arriscam a vida optando pelo enfrentamento e pelas ocupações ilegais numa tentativa de sair da pobreza.

Entretanto, ao considerar uma Reforma Agrária capitalista, Bergold (2012) pontua que a Reforma Agrária brasileira tem outras finalidades que não a contribuição para a redução da concentração fundiária, estabelecendo territórios em que modos de produção diferentes podem ser exercidos; de acordo com esse autor, a reforma agrária tem sido realizada no país a partir de elementos puramente capitalistas. Por ela promove-se a inclusão de terras ociosas e de mão de obra sub explorada numa lógica de produção e consumo. Ao propor novas formas de se relacionar com a terra, a Reforma Agrária reforça os padrões capitalistas que a tornaram necessária. Nessa perspectiva, o Estado age como mediador dos interesses burgueses, servindo à organização da sociedade para a ampliação da prosperidade do sistema.

Em outra via, temas como a redução da concentração fundiária e a luta pela Reforma Agrária deslocou uma parcela da população do país em direção aos movimentos sociais nos quais estreitaram-se laços coletivos e sociais. Instituição representativa desse fenômeno é o associativismo, tema discutido na próxima seção.

2.2 Associativismo

Dissertar sobre temas como Reforma Agrária, projetos de assentamento, assentados e seus dilemas, limites e possibilidades na dimensão da organização coletiva requer que se recorra ao associativismo.

Em uma concepção mais ampla, o associativismo é um meio pelo qual determinado grupo de pessoas se aliam para ganhar força de representação social e ter oportunidades de alcançar objetivos coletivos para sair do anonimato e passar a ter maior representatividade política, ambiental, econômica e social (SIQUEIRA; BINOTTO, 2013). A expressão pode ser entendida também como as possibilidades de cooperação organizada entre pessoas para que se atinja determinados objetivos (CARVALHO, 1998).

Em projetos de assentamento de Reforma Agrária, o conceito de associativismo surge como cooperação mútua, se configurando como um mecanismo de sustentação (TONIASSO, *et al.*, 2007) além do que, de acordo com

Oliveira *et al.* (2009, p. 104), “a existência da associação comunitária da qual todos os assentados são automaticamente membros é obrigatório no momento da implantação de um projeto de reforma agrária”.

As associações são, por sua vez, organizações sociais democráticas (embora nem sempre abertas a todos) e sem fins lucrativos cuja finalidade é a de representar e defender os interesses dos associados ao estimular a melhoria técnica, profissional e social por meio de compromissos sociais, econômicos e educativos (CARVALHO; RIOS, 2007). Enquanto instância de mediação e tendo como pano de fundo os projetos de assentamento, Carvalho (1998) reforça que a associação é mediadora de interesses pessoais e familiares dos trabalhadores rurais assentados e o seu ambiente social que é expresso pelo conjunto total das famílias assentadas, pelo mercado e pelas políticas públicas.

Carvalho e Rios (2007) pressupõem que a ação associativa não se reduz meramente a uma fachada ou a um local em que se registram atas, mas antes se revela por intermédio de ações coletivas pautadas nos princípios da cooperação. Oliveira (2010; 2012) admite as ações associativas ou associativismo como vinculadas à questão da participação. Afirma que o associativismo abarca diversas modalidades de organização da sociedade civil, como o sindicalismo, o cooperativismo, as organizações não governamentais, as associações de bairro, os movimentos sociais e as associações de agricultores.

Em meio às razões pertinentes para a criação de associações legitimadas por articuladores sociais e gestores de serviços públicos, em especial em projetos de assentamento, estão o abastecimento de insumos e o processamento e comercialização dos produtos (OLIVEIRA *et al.*, 2009). Em acréscimo, os autores consideram que as associações comunitárias são promotoras de infraestruturas sociais e atividades culturais; podem “[...] surgir também de tensões e divisões internas entre as famílias, ou de intervenções de agentes externos por motivos ideológicos ou eleitorais” (OLIVEIRA *et al.*, 2009, p. 105).

O associativismo rural, como destaca Oliveira (2012, p. 2), constitui-se numa estratégia importante de inserção econômica e numa possibilidade de inserção social, tendo em vista que ele “[...] potencializa a superação de barreiras impostas pelos capitais comercial, industrial e financeiro tanto para a compra de insumos quanto para a comercialização de produtos agropecuários” alcançando, além de eficiência operacional e qualidade na propriedade, a coordenação da cadeia

logística para atingir níveis de escala requeridos pelo mercado (CARVALHO NETO, 2009).

Os agricultores, ao organizarem-se em associações, as veem como oportunidade de buscar soluções para problemas comuns num regime de cooperação mútua. As associações, por natureza, conseguem atuar de forma localizada e com estruturas simples, o que permite maior facilidade nos processos de gestão associativa (LEGLER; LAGO; CORONEL, 2007).

Sua historiografia aponta que a organização de associações na dimensão da agricultura familiar e, portanto, rurais, é um fenômeno que se tornou mais expressivo por volta da década de 80 na ocasião do processo de abertura política que provocou a organização da sociedade civil em grandes manifestações (OLIVEIRA, 2012).

Neves (2008) esclarece que no processo de redemocratização do Brasil, representativo de diversos modos de encaminhamento de um quadro de reivindicações provenientes dos segmentos populares, a luta pelo acesso a terra e por maneiras de organização de interesses coletivos constitutivos dos agentes políticos emergidos desses movimentos se sobressaíram.

A autora explica que para dar corpo às questões demandadas, um dos modelos institucionais mais viáveis passou a ser o associativismo que foi reconhecido como uma forma de legitimação da comunicação delegada e da intervenção na constituição do país. Sua legalidade se ampara, inclusive, no Artigo 5º da Constituição Federal que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos: “é plena a liberdade de associação para fins lícitos [...]” (BRASIL, 1988), ao que comenta Sauer (2010, p. 119):

A partir dessa perspectiva política, os movimentos, sociais e suas reivindicações ganham legitimidade, reforçada na medida em que a Constituição assegura liberdade de associação, de reunião, de convicções filosóficas ou políticas [...].

O resultado foi que, no decorrer dos anos 1980, assentamentos rurais e associações de produtores agrícolas assentados foram se constituindo com variadas atribuições de gestão do processo de assentamento; deste momento em diante, o associativismo como forma institucionalizada de organização dos interesses coletivos iniciou um processo de expansão e passou a ser considerado como condição de diálogo e negociação dos produtores agrícolas com representantes de

órgãos estatais responsáveis por colocar em prática políticas e programas públicos (NEVES, 2008).

Desde então, os modelos de associativismo rural vem provocando debates na dimensão acadêmica em função de seu reconhecimento adquirido em nível nacional, sobretudo entre os pesquisadores que têm se preocupado com a formulação de políticas públicas direcionadas à produção familiar e ao desenvolvimento rural (OLIVEIRA, 2012).

Carvalho e Rios (2007), ao estudarem uma associação de produtores de leite, discutem a questão do desenvolvimento ao argumentarem que as interações sociais são vias para isso. Para os autores, os debates atuais têm percebido a importância de considerar, dentre outros aspectos, a organização social e os arranjos produtivos locais e, “a associação, como representante legítima do interesse dos produtores, proporciona meios para o desenvolvimento” (CARVALHO; RIOS, 2007, p. 408).

A própria posse da terra, da casa, dos instrumentos de trabalho e do acesso ao crédito, por exemplo, condiciona relações mercantis para a aquisição de fatores de produção e para a comercialização de mercadorias produzidas pelos produtores assentados em um mundo de documentos, contabilidade e escrita (NEVES, 2008) (portanto, condicionado pelo desenvolvimento).

Do mesmo modo, segundo Neves (2008), a vinculação a um mundo social mais amplo exige que os produtores ultrapassem sua cultura individual e social ao mesmo tempo em que o Estado impõe outras formas de saber e de representação de si mesmos. Para a autora, nesse processo, os assentados são dependentes de mediadores políticos que sejam voltados ao investimento em um ideário que abranja organização política fundamentada na constituição de uma associação de produtores.

No direito de propriedade da terra, o princípio da função social transcendeu o antigo sentido do direito privado de propriedade, tornando-a um fator de desenvolvimento social e econômico, deixando ela de representar meramente uma parcela do patrimônio privado de outrem (TONIASSO *et al.*, 2007). Ora, se assim o for, naturalmente, a valorização atribuída ao associativismo tende a moralizar a igualdade de condição e reconhecer formalmente a igualdade de direitos e de chances (NEVES, 2008).

Contudo, Carvalho e Rios (2007) atentam para o fato de que uma associação será uma configuração como agente de desenvolvimento somente se houver a

participação efetiva dos associados e a sua viabilidade econômica e social só se dará mediante sustentabilidade social que garantiriam, antes de qualquer coisa, parcerias institucionais e saldos financeiros positivos para assegurar sua continuidade.

Por outro lado, Almeida (2009), ao pautar suas reflexões na formação de agentes de desenvolvimento local, se sustentam na educação enquanto promotora da identidade social do agricultor que, para eles, se tornou uma das principais reivindicações dos movimentos pela Reforma Agrária no país. A educação envolve, nesse patamar, a constituição humana do sujeito que vive e trabalha no campo, em que ele seria “[...] capaz de interagir com o conhecimento tradicional e científico, o saber da organização familiar e comunitária e o saber político que promove seu protagonismo no processo de desenvolvimento territorial” (ALMEIDA, 2009, p. 222).

A capacidade crítica dos associados desponta como elemento relevante para que a associação resista às adversidades que, via de regra, podem surgir quando suas necessidades imediatas [acesso a recursos financeiros, melhoria da comunidade local etc.] não forem supridas; a tendência é de que os grupos se dispersem, fragilizando seu nível de empoderamento frente ao Estado e aos grupos de poder que os consideram uma ameaça, sendo, por conseguinte, necessária a capacitação permanente e a conscientização política para sedimentar o sentimento dos sujeitos de pertencerem ao grupo ao qual estão circunscritos (OLIVEIRA, 2010).

Passaria a reconhecer-se [ao mesmo tempo em que o assentado passaria a adotar] sistemas de pensamento e ação subjacentes à formação do assentado e ao seu reconhecimento como ator social, econômico e político na medida em que a configuração de percepções e ações pertinentes ao processo de assentamento rural (NEVES, 2008) sinalizaria um palco para o desenvolvimento. A incorporação desse papel protagonista permitiria, ademais, a reprodução dos produtores familiares assentados nas suas múltiplas dimensões [social, política, econômica, cultural e temporal] (OLIVEIRA, 2010).

Para Oliveira (2010, p. 42), os assentados, por meio de sua organização em associações, não estariam apenas perseguindo mero acesso a crédito ou tecnologias, assistência técnica, direitos de propriedade ou reprodução de seu passado e de suas raízes, estariam também buscando “[...] garantia de direitos do grupo na correlação de forças e poder perante outros seguimentos da sociedade”.

Destarte, a premissa que se defende neste estudo é a de que o êxito de um programa de Reforma Agrária, espelhado nos projetos de assentamento, seria dependente não apenas do número de famílias assentadas, da quantidade de hectares desapropriados e de fatores políticos, jurídicos e técnicos externos para assisti-lo como ressalta Nolasco (1999), mas de um conjunto de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e temporais internos aos assentamentos e assentados evidenciados em associações e em modos de ações coletivas que, logo, se configurariam como operadores de desenvolvimento.

Nesta seção, cujo foco principal foi o associativismo, procurou-se entender seu conceito, de forma geral, como uma união organizada de pessoas para defender seus interesses e, de forma mais específica, atrelado à Reforma Agrária, como meio de sustentação dos assentamentos. Apresentou-se dados teóricos sobre seu histórico e discussões sobre o associativismo rural, tido como recurso para facilitar a inserção social e econômica dos associados e oportunizar soluções de problemas coletivos quando seus membros atuam de forma cooperativa e mútua.

2.3 Breves Comentários sobre a Teoria da Lógica da Ação Coletiva

A lógica da ação e dos arranjos coletivos pode ser compreendida como uma construção teórica que explica o surgimento e manutenção de grupos (NASSAR, 2001).

Ao considerar as ideias de Nassar (2001), sobre o crescimento de novos segmentos da economia alheias à esfera governamental e ao ambiente privado e que essas organizações assumem frequentemente a forma de ações coletivas aglutinadoras de interesses comuns que de forma individual dificilmente seriam alcançados, os grupos surgem como alternativa para substituir o Estado ou as empresas.

Para Garcias (2001) os grupos são formados com a intenção de alcançar objetivos comuns que dificilmente seriam alcançados por iniciativa individual e continuarão sendo formados enquanto forem bem sucedidos. Entretanto, quando os indivíduos procuram participar de grupos, eles estão procurando agir no sentido de satisfazer seus interesses individuais, ou seja, mesmo que os interesses do grupo impliquem benefícios individuais, nas circunstâncias em que o indivíduo precisará

escolher, sua prioridade será sempre seus próprios interesses, a despeito dos interesses do grupo.

Um exemplo é a ação coletiva de maior flexibilidade percebida por Nassar (2001) que ocorreria no âmbito do Estado, em que os gestores e funcionários teriam objetivos comuns como legislar, executar leis e monitorar sua aplicação e cumprimento de acordo com os interesses da sociedade que nem sempre são comuns e homogêneos. Em detrimento disso, o funcionário pode criar leis para assegurar seu emprego e o gestor pode executar medidas que favoreçam apenas seus eleitores.

Ribeiro, Andion e Burigo (2015) mostram que a ação coletiva pode ser estudada e entendida mediante três paradigmas: 1) o clássico ou do comportamento coletivo em que se define a ação coletiva tendo em vista efeitos de tensão e pressões da estrutura, como agitações sociais e auto reprodução de figuras da sociedade; 2) o racional estrutural em que se define a ação coletiva como composta por “atores racionais apoiados em organizações que buscam utilizar recursos e oportunidades políticas disponíveis” (RIBEIRO; ANDION; BURIGO, 2015, p. 127) e 3) o da sociologia pragmática em que a ação coletiva é definida como resultado da coordenação de uma pluralidade de formas de engajamento.

No paradigma racional estrutural, Mancur Olson, um dos seus principais precursores, em trabalho sobre a lógica da ação em grupos ou coletiva datado originalmente de 1971, postula que raramente os indivíduos se engajam em grupos por altruísmo (OLSON, 2011). O autor tem seu ponto de partida no fato de que as pessoas são racionais e auto interessadas e que, ao participarem de grupos será improvável que abram mão do seu bem-estar em função dos objetivos comuns.

Esses comportamentos pressupõem algumas implicações. Segundo Garcias (2001) para atingir os objetivos do grupo, será necessário adotar determinados mecanismos de incentivo e coerção em relação aos membros indicando que não existe uma relação direta entre os interesses comuns e os interesses individuais. O autor sustenta que

os grupos não atuam em seu próprio interesse simplesmente porque as pessoas buscam satisfazer os seus interesses individuais. Numa organização representativa de um grupo, existe simultaneamente uma combinação de interesses individuais e interesses comuns. No grupo, há objetivos comuns a serem alcançados, e os indivíduos, com seus interesses particulares, precisam ser motivados ou induzidos a atuar no sentido de atingi-los (GARCIAS, 2001, p. 53).

Na Teoria da Lógica da Ação Coletiva Mancur Olson discute questões como essas e examina os motivos pelos quais os indivíduos atuam de forma conjunta ao invés de promoverem suas necessidades por conta própria; inclusive, foi Olson quem estabeleceu primeiramente uma explicação de cunho econômico para a formação e manutenção de grupos e sua teoria produziu duas contribuições, a produção de bens coletivos pelos grupos e a presença do “carona”, figura que dificulta sua existência e que permeia toda a teoria de Olson (NASSAR, 2001).

O “carona” é entendido como o indivíduo que tem incentivos para não contribuir uma vez que indivíduos do grupo, ao associarem alto valor a um bem coletivo, estão dispostos a contribuir com sua aquisição ou manutenção; o primeiro entende que isso acontecerá de qualquer forma, mesmo que ele não dê o mesmo valor ao bem dado pelos outros, conquanto tenha interesse em usufruir dele (NASSAR, 2001).

Essa situação é percebida por Olson (2011) como uma tendência sistemática de exploração, especificamente dos pequenos em relação aos grandes. Para Olson (2011) isso inibe as ações em grupos, todavia, o autor explica que mesmo diante dessas dificuldades as ações coletivas acabam se concretizando, apesar de dependerem de uma estrutura pessoal de incentivos [preferências, importância diferenciada dos bens] e do tamanho do grupo.

No que concerne ao tamanho do grupo, Olson (2011) defende a sua descrença na eficácia dos grandes grupos porque um sujeito auto interessado não tem incentivos para contribuir em uma associação formada por um grande grupo e a sua evasão não implicaria na responsabilidade de todos os outros, ou seja, o sujeito acreditaria que sua saída não levaria outros sujeitos a fazerem o mesmo. Outro fato defendido pelo autor e ressaltado por Nassar (2001) é que grupos grandes possuem custos altos de negociação e comunicação, aspectos que podem inibir a ação coletiva pela dificuldade de coordenação dos membros; já nos pequenos, os custos são menores e, por isso, na visão de Olson (2011), os grupos menores seriam mais eficazes. Os ganhos totais dos grupos, como explica Olson (2011), dependem essencialmente do número de pessoas que o compõem [tamanho] e dos benefícios individuais proporcionados pelo bem.

Em síntese, conclusões importantes de Mancur Olson sobre a lógica da ação coletiva no paradigma racional estrutural direcionam-se à diferenciação do valor dos bens coletivos dados pelos sujeitos do grupo. De um lado, os sujeitos estariam

dispostos a pagar mais ou menos por um bem, dependendo do seu valor. Por outro, devido à coletividade do bem, sujeitos que não arcaram com seu custo [“caronas”] não são impedidos de utiliza-lo.

Além de discutir sobre a questão da formação, do tamanho e da taxonomia dos grupos e sobre a figura do “carona”, Olson (2011) aborda outros pontos na construção teórica que propõe. Analisa mais detalhadamente itens respectivos aos incentivos sociais e aos comportamentos relacionais; investiga as implicações de sua teoria em várias organizações como sindicatos e estado. Alude aos grupos de pressão destacando o papel dos *Lobbies* e reflete sobre falhas coletivas. Estes assuntos não serão aprofundados neste trabalho porque não constituem o ponto nuclear do seu desenvolvimento teórico.

De toda sorte, é preciso observar que uma ação coletiva vai envolver cooperação entre os indivíduos fora do sistema hierárquico (NASSAR, 2001) e que “[...] o alinhamento de interesses em uma ação coletiva não reside na equivalência do interesse próprio [...], mas sim na constatação de que os indivíduos têm necessidades comuns [...]” (NASSAR, 2001, p. 27) que somente poderão ser supridas se ações conjuntas forem empregadas.

Na seção que se segue é apresentada uma revisão de trabalhos que foram elaborados à luz de conceitos da ação coletiva no contexto rural.

2.3.1 Ações Coletivas: Estudos Empíricos no Agronegócio

Esta seção apresenta uma revisão de estudos empíricos que tiveram como campo de investigação o meio rural e levaram em conta, em seu delineamento, as ações coletivas. O Quadro 1 sintetiza os estudos revisados.

Quadro 1 - Síntese de Estudos sobre Ações Coletivas no Agronegócio

Autor(es)/Ano	Título	Objetivo	Método	Resultados
Ribeiro, Andion e Burigo (2015)	Ação coletiva e Coprodução para o Desenvolvimento Rural: um Estudo de Caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense	Verificar se a ação coletiva promovida pelo CODETER colaborou para mobilizar um processo de coprodução do bem público no planejamento e gestão do desenvolvimento rural no território.	Estudo de caso com técnicas qualitativas para coleta de dados – entrevistas, questionários e análise de documentos com membros do CODETER.	A ação coletiva promovida oportunizou um novo tipo de ação pública, ampliando a participação e a colaboração entre os atores sociais na co-construção de soluções para os problemas públicos do território.

Continua...

Continuação... Fonseca e Fiúza (2015)	Ação Coletiva e Medição Religiosa no Campo no Brasil: Evidências Históricas na Arquidiocese de Mariana - Minas Gerais	Alinhar os movimentos de Ação Coletiva intermediados pela Igreja Católica Progressista no Brasil às grandes teorias sobre movimentos sociais.	Análise documental e bibliográfica.	Movimentos eclesiais progressistas incidiram em dois tipos de Estruturas de Oportunidades Políticas: a nomeação de um bispo simpatizante com os ideais da Teologia da Libertação e o aparecimento dos conflitos socioambientais.
Lugo-Morin (2013)	A Ação Coletiva Rural nos Sistemas Produtivos Dinâmicos	Aproximar-se de uma formalização lógica da ação coletiva rural que possibilite medir a intensidade da dinâmica de mudanças de um sistema produtivo como consequência da sinergia de suas formas de capital social sobre um objetivo comum.	Estudo de caso privilegiando entrevistas semiestruturadas e questionários com produtores, fornecedores de bens e serviços e comerciantes de Acatzingo, no município do vale Tepeaca, Puebla [México] e observações participantes.	As relações de cooperação e confiança, o nível de organização e as instituições informais são expressões de capital social que, em seu estado sinérgico, possibilitam concretar objetivos comuns dentro de um sistema produtivo.
Nassar (2001)	Eficiência das Associações de Interesse Privado nos Agronegócios Brasileiros	Discutir o papel do agronegócio no país quanto ao oferecimento de bens públicos e coletivos dos seus membros.	Análise múltipla de casos de Associações de Interesse Privado – AIP's. O critério de escolha foi o voluntarismo e maior expressão no setor econômico em que atuam. As variáveis estudadas foram histórico, posicionamento estratégico, estrutura interna e ações da entidade.	Os bens coletivos ofertados pelas associações são determinados pela estrutura da indústria em que atuam os associados, pela estratégia dessas empresas e pelo tamanho e heterogeneidade do grupo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os trabalhos dos autores Nassar (2001), Lugo-Morin (2013), Fonseca e Fiúza (2015) e Ribeiro, Andion e Burigo (2015) revelam interesse dos pesquisadores em compreender como as representações sociais em grupos se concretizam em situações específicas. Suas preocupações centraram-se em entender a colaboração da ação coletiva para o desenvolvimento rural, para as dinâmicas de mudança nos contextos produtivos e para enriquecer as discussões teóricas sobre a temática. Os trabalhos apresentados permitem inferir que o tema tem sido foco de interesse e pesquisa ao longo dos últimos anos.

No trabalho de Ribeiro, Andion e Burigo (2015) é exposto que no limiar dos anos 2000 o campo no Brasil ganha uma nova amplitude, marcada, definitivamente, pelas questões ambientais e pelo ressurgimento da noção de território na dimensão do planejamento rural. Estes aspectos, segundo os autores, demandaram maior

atenção aos papéis desempenhados pelos atores que vivem ou que se relacionam com o meio rural, principalmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável que pressupõe novas formas de governança para o planejamento e para a gestão do desenvolvimento rural. Apoiados nessas premissas, os autores ressaltam uma necessária construção coletiva.

Embasados por essas concepções, os autores analisaram como o processo de coprodução de bens públicos é construído na prática a partir da análise da implementação de um colegiado para o desenvolvimento rural na região da Serra Catarinense, sul do país. Os resultados apontaram que as ações coletivas engendradas pelo colegiado viabilizaram maior participação dos atores sociais na solução de problemas públicos no território. Além disso, os autores constataram que a ação coletiva não ocorre motivada apenas por uma causa comum e nem pela soma dos interesses individuais, mas por meio de conflitos e de negociações, vias pelas quais os membros do colegiado têm construído regras e convenções aceitas e legitimadas.

Por sua vez, Fonseca e Fiúza (2015) discutiram a ação coletiva intermediada pela Igreja Católica e sua relação com as teorias sobre os movimentos sociais no que se refere às resistências de comunidades rurais da Zona da Mata/ Minas Gerais contra barragens e processos de mineração.

Os autores ressaltam que o ano de 2014 foi um período de esperança para os movimentos sociais e, acima de tudo, pelos movimentos progressistas da Igreja Católica reforçados pela figura do Papa Francisco que “[...] acendeu a chama da luta popular em diversas partes do mundo” (FONSECA; FIÚZA, 2015, p. 372) na ocasião de um encontro com duzentos representantes de organizações sociais em Roma (FONSECA; FIÚZA, 2015). Segundo os autores o Pontífice encorajou as lutas sociais e enfatizou que a Reforma Agrária é necessária para erradicar a fome e a desigualdade provocada pela concentração fundiária e pelo capitalismo.

Nessa perspectiva, os autores acreditam que estudar a atuação dos movimentos sociais no campo pelos vieses teóricos da ação coletiva se torna relevante para entender e analisar as dinâmicas da organização de agricultores em conjunto com a Igreja Católica no Brasil. Fonseca e Fiúza (2015) concluem que os resultados de seu estudo apontam para movimentos eclesiais progressistas que incidiram em dois tipos de estruturas de oportunidades políticas, uma representada pela nomeação de um bispo simpatizante com os ideais da Teologia da Libertação e

a outra pelo aparecimento de conflitos socioambientais. Uma constatação feita pelos autores é que para os casos de ação coletiva ressaltados no trabalho a fé, alinhada aos casos de injustiça social, são elementos importantes para a reunião de sujeitos que, de outro modo, não se mobilizariam.

Finalmente, Fonseca e Fiúza (2015) observaram que ao mesmo tempo em que os movimentos de resistência utilizam estratégias antigas como invasões, acampamentos e passeatas, utilizam-se também de elementos novos, como o uso das redes sociais na defesa coletiva de suas causas.

Lugo-Morin (2013), ao estudar a ação coletiva, as dinâmicas de produção e de mudanças e a sinergia de formas de capital social entre produtores, fornecedores e comerciantes ligados a uma região rural do México em torno de um objetivo coletivo, especialmente no que se refere ao acesso a financiamentos e comercialização de hortaliças, afirma que numa determinada realidade social existe uma variedade de circunstâncias para o surgimento de descontinuidades e de processos de auto-organização. Nessa realidade, de acordo com o autor, vislumbram-se processos com um espaço-temporal limitado, com foco no comportamento coletivo dos grupos cujos elementos [sujeitos ou organizações] podem estar culturalmente sendo regulados por um padrão de comportamento desejado e operando em interferência mútua constante, sem necessariamente estarem organizados, ou seja, sem que seu comportamento esteja sendo coordenado na dimensão de um plano de ação.

O autor fez uso de um modelo matemático para representar a formalização de um índice de ação coletiva e da metodologia de abordagem de redes na identificação dos atores sociais e dos tipos de relações estabelecidas entre eles. Dentre outros resultados, Lugo-Morin (2013) observou que os dados revelaram diferentes formas de capital social que permitiram a formalização lógica de um índice de ação coletiva no contexto pesquisado. Entre essas formas de capital social, o autor identificou organização, instituições informais, relações de cooperação, confiança, negociação, conflito e subordinação que podem afetar [tanto positiva quanto negativamente] a sinergia do processo relacional. Outro aspecto observado pelo autor é que os sujeitos estabelecem as redes e as mantêm a fim de construir um sistema de acordos que lhes possibilite ter um lugar no sistema produtivo. Por fim, o autor conclui que este complexo de relações, redes, estruturas e regras emergem para o alcance de objetivos comuns.

Nassar (2001), estudando a eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros, objetivou discutir o papel do agronegócio no país quanto ao oferecimento de bens públicos e coletivos dos seus membros tendo como objetivo final contribuir para a discussão teórica sobre a emergência e a organização das associações de interesse privado sob o enfoque da Teoria da Ação Coletiva de Olson.

A partir dos resultados, o autor concluiu que os bens coletivos ofertados pelas associações são determinados pela estrutura da indústria em que atuam os associados, pela estratégia dessas empresas e pelo tamanho e heterogeneidade do grupo. Nos grupos menores e mais homogêneos os bens coletivos são produzidos porque existem custos de transação altos para as empresas produzirem por conta própria e, nessa função, as associações demonstraram eficiência no cumprimento das suas metas.

Nos grupos maiores e mais heterogêneos, os bens coletivos, como constatou o autor, são produzidos pelas associações por duas razões: a primeira, pelo efeito do “carona” que inibe as empresas de produzirem elas mesmas, transferindo para as associações o papel da produção dos bens; e a segunda, em que os associados demandam diferentes tipos de bens levando as associações a produzirem incentivos seletivos e prestação de serviços. Em última instância, o autor conclui acrescentando que a Teoria da Ação Coletiva explica a formação e atuação de grupos grandes e heterogêneos ao passo que os custos de transação explicam a ação das associações nos grupos pequenos e homogêneos.

2.4 Redes Sociais e suas Aplicações em Pesquisas no Campo dos Agronegócios

As relações sociais que envolvem os sujeitos nas suas diferentes dimensões podem ser entendidas como redes sociais (NEIVA; PANTOJA, 2008). A dinâmica de formação e manutenção das redes sociais se desenvolveu mais enfaticamente com pesquisas empíricas no campo da Sociologia (ANDRADE, 2002) e os esforços analíticos para compreender as redes foram multiplicados nas últimas décadas e tem proposto sua influência nos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (MIZRUCHI, 2009).

Isso significa dizer que nas redes sociais são valorizadas as relações informais em detrimento das estruturas hierarquizadas e burocratizadas (ANDRADE, 2002); nos moldes relacionais a construção de confiança, o compartilhamento de valores, o fato de dar e receber, a criação de produtos e eventos, o investimento em lideranças, a sistematização de conhecimentos, o aprendizado (ROSSETI, 2005), a veiculação de informação e construção de relações afetivas como amizade e influência (NEIVA; PANTOJA, 2008) seriam princípios basilares para a formação das redes.

Ao contrário das organizações, Castro e Gonçalves (2014) explicam que as redes funcionam a partir de um processo de barganha entre seus atores que decidem participar ou não dos relacionamentos tendo como ponto de partida a expectativa de que a participação poderia trazer benefícios individuais. Embora esses autores apresentem essa concepção, assim como Olson (2011) e Garcias (2001) defendem que indivíduos participam de grupos em nome de demandas mais egoísticas, neste trabalho considera-se a hipótese de que também benefícios do ponto de vista coletivo podem ser alcançados com a criação e manutenção de redes, aqui em destaque, as sociais.

No que tange à sua origem, o verbete rede se origina do latim *retis* e significa entrelaçamento, o que sugere por si mesmo certa complexidade nos círculos de atuação e articulação social ao possibilitar flexibilidade, conectividade e descentralização (CARVALHO NETO, 2009). Seu conceito, conforme o autor, que a considera como uma organização, vem passando por modificações e transformações nos últimos anos decorrentes das suas características múltiplas e sua análise, de acordo com Estivalet (2007), tem sido empregada nas análises organizacionais como uma tentativa de compreender fenômenos complexos em duas frentes: uma mais objetivista [características estruturais; possibilidade de alcance de objetivos individuais e coletivos] e outra mais funcionalista [redução dos custos de transação, dependência de recursos e eficácia nos resultados].

Seus antecedentes históricos envolvem diversas concepções teóricas [mais bem detalhadas no item 2.4.1]. Para Mizruchi (2009, p. 133) “alguns encontram sua origem no trabalho do psiquiatra J. L. Moreno (1934), que desenvolveu uma abordagem conhecida como sociometria, em que as relações interpessoais eram representadas graficamente”. Outros, de acordo com o mesmo autor, as encontram no trabalho dos antropólogos ingleses John Barnes (1954), Elizabeth Bott (1957) e J.

Clyde Mitchell (1969) e ainda outros, como Berkowitz (1982, *apud* MIZRUCHI, 2009), enxergam a análise de redes como um adendo das proposições estruturalistas do francês Claude Lévi-Strauss (1969).

Carvalho Neto (2009) ressalta que a visão sistêmica de rede vai surgir a partir das pesquisas realizadas entre os anos 1920 e 1930, época em que a Biologia apresentou o conceito de teias alimentares e ciclos de vida, propondo a rede como um padrão único de organização, comum a todos os sistemas vivos.

No campo do agronegócio a formação de redes representa um processo evolutivo das abordagens que envolvem o seguimento (ESTIVALETE, 2007); nos sistemas agroindustriais, a título de exemplo, Brisola e Guimarães (2014) afirmam que existe agregação de especificidades que os diferenciam de outros sistemas econômicos evidenciadas na natureza dos processos e produtos que envolvem sua estrutura, na importância social diferenciada promovida pelos diversos produtos e na natureza econômica dos diferentes elos e atores que integram toda a cadeia e que estariam organizados em redes. Em torno dos elos e dos agentes organizados em rede, Mizruchi (2009) destaca a troca, o engajamento e a reciprocidade em prol de objetivos comuns.

Souza Filho, Guanzioli e Buainain (2008) defendem a teoria de redes aplicada aos estudos dos sistemas agroindustriais porque esta permite incorporar ações coletivas no âmbito mercantil e às condicionantes políticas que facilitam o entendimento sobre os mercados e seu funcionamento.

Morgan, Marsden e Murdoch (2008), ao desenvolverem uma análise para auxiliar na compreensão do sistema agroalimentar/agroindustrial, discutem a teoria ator-rede sugerindo que as redes e cadeias de produtos mobilizam uma multiplicidade de atores, dentre os quais os sociais. Ao invés de um mundo simplificado de ordem capitalista, encontra-se arranjos completos compostos de múltiplas racionalidades inter-relacionadas em uma variedade de formas de entidades organizadas em rede.

Também Lazzarini, Chaddad e Cook (2001), em termos mercantis, analisam cadeias de suprimentos em rede demonstrando tipos de interdependência organizacional. Os autores mencionam três tipos de interdependência a serem consideradas nos processos: 1^a) a coletiva – tipo mais simples, ocorrendo quando cada sujeito em um grupo possui uma contribuição discreta e bem definida em

relação à tarefa; 2ª) sequencial – quando as tarefas são estruturadas em série e 3ª) recíproca – quando envolve relacionamentos simultâneos entre as partes.

Radomsky (2009) entende que a regulação coletiva de mercado, numa perspectiva mais macro, parece favorecer um panorama profícuo para entender as lógicas e arranjos não mercantis e como esses podem ser organizados através de práticas de reciprocidade e relações de proximidade entre as pessoas que assumem importância crucial nos contextos sociais de ação. Para esse autor,

[...] é paradoxal que, ao rejeitar que o império da mercadoria se projete entre suas relações sociais, as próprias práticas de reciprocidade, por meio de redes sociais, estejam sendo utilizadas como recurso para formas de trabalho e produção caracteristicamente orientadas para os mercados. Disso decorre uma forma particular de ação de indivíduos e de famílias que assegura a sua reprodução econômica, mas que tem como objetivo também a manutenção, ainda que diferenciada, de suas relações sociais primárias e da sua sociabilidade local (RADOMSKY, 2009, p. 107-108).

Nesse sentido, o estudo das redes recorrerá às investigações de processos que envolvem relações informais que muitas vezes consolidam a dinâmica organizacional e os processos de decisões; na teoria de redes sociais admite-se que as relações entre as pessoas são fenômenos básicos que geram formas sociais sujeitas à regeneração e adaptação a situações mutantes (NEIVA; PANTOJA, 2008).

Ao estudar as mudanças rurais e seu impacto no processo de desenvolvimento Mior (2009) analisa a contribuição da noção de redes sociais e sociotécnicas afirmando que estudiosos como Marsden e seus colaboradores argumentam que os processos de mudança no contexto rural não podem ser enxergados como fatos determinados exclusivamente por forças presentes na globalização do sistema alimentar, mas que seu estudo precisa incluir processos de estruturação e reestruturação rural que, inegavelmente, envolve as dinâmicas sociais e econômicas. Este autor, ao referir-se também a Lowe e colaboradores, pontua que esses estudiosos enfatizam a utilização da noção de redes em virtude da necessidade de relacionar as dimensões espacial e social levando em conta as relações de poder preexistentes.

As redes, uma vez construídas por relações sociais de proximidade, de amizade ou de poder como ressalta Radomsky (2009), são abstrações que explicam relações didáticas e de extensões variadas. Ao citar o trabalho de Marcel Mauss, pioneiro na adoção da noção de dádiva, Radomsky (2009) admite as redes como

ponto de partida para o entendimento das relações humanas e das trocas sociais. No campo da Antropologia, Radomsky (2009) explica que Mauss analisou diferentes sociedades e constatou que em todas elas existiam e, portanto, existem, mecanismos sociais reguladores de atitudes generosas para com seus membros.

Estudando o capital social, a reciprocidade e os valores humanos, Sabourin (2009) faz referência às redes sociais como dependentes de relações humanas construídas socialmente. No entanto, o autor afirma que para a promoção do desenvolvimento da coletividade tendo em vista as redes sociotécnicas ou socioeconômicas seria necessário caracterizar as redes constituintes, isto é, além das que produzem valores materiais, as que produzem valores humanos.

Para o autor, a mobilização coletiva das redes de agricultores segue, normalmente, duas orientações, a primeira desenvolvida na base do sistema de intercâmbio capitalista gerador de riquezas, mas limitadas e cada vez mais desiguais, sendo insustentáveis do ponto de vista dos recursos naturais, da exploração do homem e da exclusão dos mais pobres; a segunda pressupõe a participação dos agricultores na reprodução de relações e de estruturas econômicas e sociais de reciprocidade. Essas estruturas, não obstante serem muitas vezes ignoradas e da dominação do sistema de intercâmbio capitalista, garantem a sobrevivência material da maior parte da população rural e contribuem para a manutenção de valores humanos (SABOURIN, 2009).

Em contrapartida é preciso considerar, conforme Sabourin (2009), que fenômenos como a exclusão dos que não fazem parte das redes, a cobrança excessiva dos que fazem, a pressão social para a conformidade nos pequenos grupos ou atitudes solidárias ligadas a uma experiência de desconfiança podem se configurar como consequências de arranjos sociais em rede.

2.4.1 Metodologia para Análise de Redes Sociais

As redes sociais são estruturas que possuem subjacentes a elas complexidades orientadas por aspectos relacionais e a compreensão desse fenômeno se dá por meio de sua análise.

A análise de redes e de seu funcionamento é uma técnica que oportuniza uma leitura dinâmica das interações sociais; para estudar as opiniões, os comportamentos e atitudes de indivíduos em rede, a unidade de análise será

relacionada a um conjunto de relações que os sujeitos estabelecem em suas interações (MARTELETO, 2001).

O processo analítico das redes sociais pode ser aplicado às ligações relacionais entre atores sociais que podem ser tanto pessoas ou empresas, analisadas como unidades individuais ou coletivas numa estrutura em forma de rede (MATHEUS; SILVA, 2006).

A análise das redes sociais, de acordo com Mertens *et al.* (2011, p. 483) é realizada “[...] por meio da integração de dados atributivos (as características dos indivíduos) e relacionais (os elos entre os indivíduos)”. Os autores sustentam que os dados relacionais são o ponto crucial para a análise das redes sociais, uma vez que são utilizados para denotar os padrões de interação entre os indivíduos.

Scott (2000 *apud* CARVALHO NETO, 2009) discorre que houve três correntes teóricas das quais se originou o conhecimento atual acerca da teoria das redes sociais bem como suas formas de análise. A primeira delas refere-se aos analistas sociométricos que avançaram técnica e metodologicamente com a teoria dos grafos que se refere, conforme Carvalho Neto (2009), ao ramo da matemática que possibilita a resolução de problemas por meio de representações gráficas, dentre elas pontos, arcos etc. Silva (2003, p. 24) ressalta que Jacob L. Moreno, pesquisador que integrava um grupo de teóricos da *Gestalt*⁴ que partiram da Alemanha nazista rumo aos Estados Unidos no início dos anos 30, se destacou na corrente sociométrica ao trabalhar num grupo de pesquisa da Universidade de Michigan explorando “[...] a possibilidade de uso de métodos terapêuticos para revelar a estrutura de escolhas de amizades em grupos”. Fazendo uso de experimentos, observações e questionários, Moreno e sua equipe exploravam as maneiras pelas quais as relações entre as pessoas serviam de limitações e oportunidades para suas ações e para o seu desenvolvimento psicológico (SILVA, 2003). O trabalho de Moreno e de sua equipe resultou em pesquisas importantes em fábricas e comunidades ao enfatizar a estrutura dos grupos em sociogramas, representações gráficas que indicam as relações sociais dos indivíduos em vilas, tribos e até em cidades (LAGO JÚNIOR, 2005).

Na segunda corrente, estudiosos da Universidade de Harvard nos Estados Unidos exploraram padrões de relacionamentos informais e formação de subgrupos,

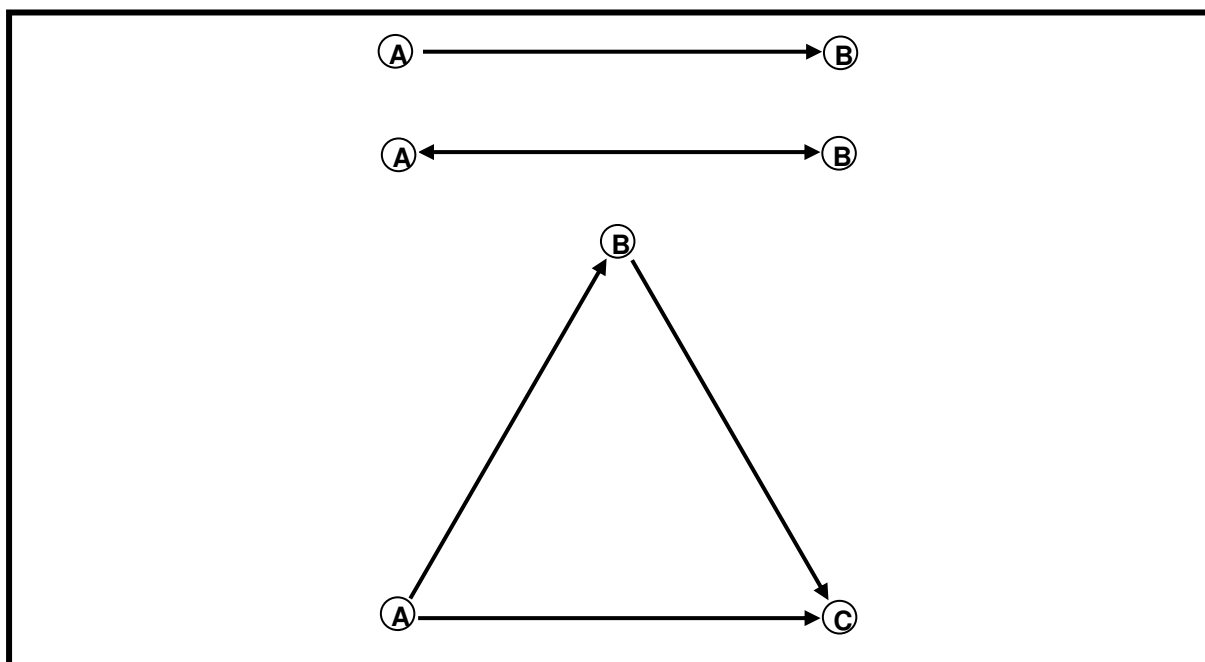
⁴ Segundo Silva (2003) a palavra alemã *Gestalt* significa forma, padrão ou estrutura.

denominados nas redes sociais de cliques (CARVALHO NETO, 2009). Os anos ainda eram os 30 e antropólogos e sociólogos, baseados nas concepções de Radcliffe-Brown, W. Lloyd Warner e Elton Mayo produziram pesquisas importantes em fábricas e comunidades enfatizando as relações informais e interpessoais nos sistemas sociais; destacam-se neste intervalo os estudos de Hawthorne e de Yankee City, reconhecidos como trabalhos de maior envergadura (LAGO JÚNIOR, 2005).

Como explica Carvalho Neto (2009), a terceira corrente, composta por antropólogos da Universidade de Manchester, utilizou conceitos das vertentes anteriores para analisar a estrutura das relações sociais em pequenas comunidades tribais africanas e, posteriormente, em pequenas cidades rurais da Inglaterra. Foi essa a corrente que impulsionou o arcabouço das teorias de análise de redes sociais; ainda que influenciados pelos pesquisadores de Harvard, Jonh Barnes, J. Clyde Mitchell e Elizabeth Bott procuraram desenvolver, nessa corrente, concepções em outras direções, focando, por exemplo, a atenção nos arranjos reais das relações que se originavam em situações de poder e de conflito (SILVA, 2003).

Tecnicamente, as redes são, de forma básica, constituídas por dois componentes, os atores ou nós e suas ligações. Os primeiros podem ser representados por pontos e as segundas são representadas graficamente por setas que indicam a direção dos relacionamentos. As setas podem ainda indicar relações unidirecionais [sentido único]; bidirecionais [sentido duplo, revelando ligações de reciprocidade] e ainda tríades [que indicam relacionamentos do tipo “amigo do amigo”] (CARVALHO NETO, 2009). A Figura 2 apresenta os atores e suas ligações.

Figura 2- Relações Unidirecionais, Bidirecionais e Tríades



Fonte: Adaptado de Carvalho Neto (2009).

De acordo com Silva (2003) as redes podem ser analisadas sob o ponto de vista de suas características estruturais ou morfológicas, havendo duas perspectivas possíveis para a análise estrutural; a primeira, a partir de uma forma visual como discorre Carvalho Neto (2009), em que se analisa a estrutura das redes como um todo e, a segunda, conforme o mesmo autor, a partir de uma perspectiva quantitativa que permite uma análise mais precisa da estrutura da rede ao focar os atores e suas ligações.

A análise visual possibilita uma visão global da rede a ser analisada e de seus padrões de relacionamentos observáveis (CARVALHO NETO, 2009). Já a análise dos indicadores quantitativos das redes sociais se dá em três níveis, a saber: 1) características estruturais – que envolvem os conceitos de tamanho, densidade, distância geodésica, diâmetro e coesão; 2) características relacionais – que envolvem a identificação de subgrupos como cliques e clãs e 3) identificação dos atores críticos – que indicam os principais atores e seus papéis nas redes analisadas (NEIVA; PANTOJA, 2008).

Sobre as características estruturais, Vieira (2008) expõe que este é um levantamento que contempla critérios estruturais significativos que são provenientes da teoria dos grafos. É imprescindível que ao analisar uma rede social formada se

observe os cinco critérios que caracterizam a estruturação da rede nesse nível (NEIVA; PANTOJA, 2008) que podem ser assim conceituados e descritos:

- **Tamanho** – Refere-se ao total das ligações efetivas ou potenciais da rede (NEIVA; PANTOJA, 2008). O tamanho das redes é um aspecto crítico para a estrutura das relações sociais porque a capacidade dos atores de manter os laços é limitada (VIEIRA, 2008). Silva (2003) explica que os demais critérios estruturais são calculados a partir do tamanho, por esse motivo o tamanho da rede é o critério estrutural mais importante da rede pessoal de um ator ou da rede social de um grupo, quer seja ela total, quer seja ela parcial.
- **Densidade** – Como explica Silva (2003, p. 58, grifo do autor) “[...] é o *quociente* das ligações efetivamente existentes entre os atores da rede pelo total de ligações possíveis entre estes atores”. Em outras palavras, para este autor, ela é um índice da quantidade e dos tipos de informação que podem ser trocadas, não de uma medida do fluxo real de informação, mas de uma medida do fluxo potencial. A densidade também permite entender a velocidade das informações e como elas são difundidas entre os atores (VIEIRA, 2008).
- **Distância Geodésica** – Definida como o caminho mais curto entre dois atores de uma rede (LAGO JÚNIOR, 2005; NEIVA; PANTOJA, 2008; SILVA, 2003) é associada à intermediação das transações entre dois atores por terceiros, quartos e assim por diante; numa rede de amizade, a título de exemplo, seriam os amigos dos amigos (SILVA, 2003).
- **Diâmetro** – Entendido como a maior distância geodésica entre quaisquer atores de uma rede (LAGO JÚNIOR, 2005; NEIVA; PANTOJA, 2008; SILVA, 2003).
- **Coesão** – Relaciona-se ao grau de afinidade entre os atores de uma rede para que os vínculos possam se estabelecer (SILVA, 2003). Lago Júnior (2005) reforça que se trata do forte relacionamento entre os atores que acabam formando subgrupos em função das afinidades e que este campo de estudo possui um forte apelo na correlação entre a coesão e padrões de comportamento desses subgrupos. É, de acordo

com Silva (2003), o mais complicado critério estrutural da rede e pressupõe três abordagens usuais à análise da coesão de um subgrupo; a primeira baseia-se na reciprocidade das ligações, em que um subgrupo coeso ou clique (pares) fazem escolhas mútuas; a segunda baseia-se em propriedades de acessibilidade mensuradas em termos de distâncias geodésicas e diâmetro, assim, foram definidos dois novos conceitos, o n-clique, que amplia o conceito de clique considerando intermediários entre as transações de atores pares e o n-clã, que é também uma possibilidade de intermediação entre atores, desde que os intermediários estejam dentro do subgrupo e a terceira baseia-se nas propriedades relacionadas à adjacência entre os atores e é mensurada em virtude dos graus de conectividade de cada nodo. Aqui surge outro conceito que amplia ainda mais o conceito de clique, o de k-plex, um conjunto de nodos em que cada um deles é adjacente a quase todos os outros, sendo k o número de exceções, “[...] eliminando a necessidade de existência de ligações entre todos os atores de um subgrupo [...]” (LAGO JÚNIOR, 2005, p. 55).

As características relacionais referem-se ao conjunto de ligações específicas entre os membros de um grupo, por exemplo, as ligações de amizade entre os atores (SILVA, 2003). Neiva e Pantoja (2008), ao citarem que as características relacionais envolvem a identificação de subgrupos nas redes como cliques e clãs, dão a entender que também os conceitos de n-cliques, n-clãs e k-plex podem ser considerados nesse nível de análise, aspectos que, conforme visto, integram as abordagens analíticas mais usuais e relacionadas ao quinto critério do nível de análise estrutural, a coesão.

É necessário ressaltar que a respeito da natureza das ligações entre os atores, isto é, o que eles trocam em suas relações ou em uma relação particular, se definem os conteúdos transacionais, que podem ser elementos materiais ou imateriais e dependem fundamentalmente de como os atores desempenham seus papéis em rede (SILVA, 2003). O mesmo autor exemplifica amizade, confiança, informação e influência como conteúdos transacionais mais recorrentes nos estudos sobre redes sociais. Pela natureza e objetivo deste estudo, além dos conteúdos transacionais influência e informação, acrescenta-se a cooperação/ajuda mútua,

configurando os três conteúdos transacionais e, por consequência, as três redes sociais analisadas.

No terceiro e último nível de análise das redes sociais destaca-se a identificação e atuação dos atores críticos. O estudo das redes permite identificar os papéis críticos que os atores assumem (NEIVA; PANTOJA, 2008) e, neste nível, Carvalho Neto (2009), Neiva e Pantoja (2008) e Silva (2003) revelam que normalmente os estudos das redes sociais têm focado em quatro papéis críticos de ligação:

- **O conector central** – Pessoas que possuem um grande número de relacionamentos na rede (CARVALHO NETO, 2009) e que ligam a maior parte das pessoas de uma rede umas com as outras (NEIVA; PANTOJA, 2008; SILVA, 2003).
- **O expansor de fronteiras** – Pessoas que conectam uma determinada rede social com outras partes de uma organização ou com outras organizações (NEIVA; PANTOJA, 2008; SILVA, 2003). Outra denominação para essas pessoas é a de interfaceadoras, já que conectam subgrupos, exercendo o papel de interface entre eles (CARVALHO NETO, 2009).
- **O corretor de conteúdo transacional** – Pessoas que mantêm a comunicação entre os diferentes subgrupos de uma rede, unindo-os e impedindo que a rede se fragmente (NEIVA; PANTOJA, 2008; SILVA, 2003). Podem ser denominados também como intermediários de informação porque estão mais próximas, mesmo que de uma forma indireta, a todos os membros das redes (CARVALHO NETO, 2009).
- **O especialista periférico ou pessoas periféricas** – Para Carvalho Neto (2009) são pessoas que possuem poucas conexões dentro da rede mas que todas as outras “[...] podem recorrer sempre que algum conhecimento específico é necessário [...]” (SILVA, 2003, p. 80).

Importante é esclarecer que os papéis derivam dos diversos campos de atividades dos quais cada sujeito de um grupo participa e que as relações pessoais que ligam as pessoas se originam desses campos (SILVA, 2003). Silva (2003, p. 72), explicando melhor os aspectos relacionados aos papéis que as pessoas exercem nos seus grupos, ressalta:

Cada pessoa assume um papel específico: vizinho, empregado, marido, pai, jogador de buraco. Através de cada papel, uma pessoa entra em contato com grupos particulares de pessoas que compartilham a mesma atividade ou interesse. O conceito de papel é uma abstração da realidade, pois pressupõe que se consiga isolar os vários sistemas institucionais ou campos de atividades compostos pelas posições ocupadas por uma pessoa. Sob este ponto de vista, a rede pessoal de um ator é composta pelo total dos indivíduos dos diversos campos de atividades em que o ator desempenhe um determinado papel.

Uma interposição de papéis também pode ser considerada na medida em que um sujeito pode ser de outro do mesmo grupo, além de colega de trabalho, irmão e vizinho. É um fenômeno que ocorre comumente em pequenas comunidades isoladas, que são tradicionalmente objetos de estudos antropológicos. Em grandes cidades a probabilidade é de que as pessoas se contatem por meio de apenas um dos diferentes papéis que exercem (SILVA, 2003).

É preciso considerar também as medidas de centralidade quando se analisa as redes do ponto de vista dos atores críticos. Silva (2003) denomina essas medidas como medidas centradas em ego. O conceito de centralidade remete à medida de acessibilidade de um ator em relação aos demais atores; calcular a centralidade significa identificar a posição que o ator se encontra em relação às trocas e à comunicação na rede analisada (LAGO JUNÍOR, 2005).

A literatura sobre análise de redes sociais reúne possíveis medidas de centralidade; cada uma delas é indicada para determinados propósitos (SILVA, 2003) não sendo necessário que todas sejam utilizadas em todos os estudos sobre redes. Silva (2003) e Lago Júnior (2005) ressaltam que as medidas de centralidade são a centralidade de grau, a centralidade de proximidade, a centralidade de intermediação e a centralidade de Bonacich.

A centralidade de grau, segundo Lago Júnior (2005, p. 56), “é a medida do número de ligações que um ator recebe de outros atores, denotando popularidade ou receptividade”; Silva (2003) explica que essa centralidade é mensurada pelo número de ligações que cada ator tem e corresponde ao grau de conectividade da teoria dos grafos. Segundo o mesmo autor, em grafos orientados distinguem-se dois tipos de centralidade de grau, a centralidade de grau de entrada que representa o número de ligações que os atores recebem de outros e a centralidade de saída que representa o número de ligações que os atores estabelecem com os outros.

A medida do número mínimo de ligações que um ator necessita empreender para estabelecer uma relação com qualquer outro ator de uma rede para denotar autonomia refere-se à medida de centralidade de proximidade (LAGO JÚNIOR, 2005). Dessa forma, quanto mais central estiver um ator em uma rede, mais ele estará próximo dos outros e, portanto, mais rápido ele entrará em contato ou interagirá com eles (SILVA, 2003).

A centralidade de intermediação, segundo Silva (2003), é baseada especificamente no controle exercido por um determinado ator sobre as interações entre dois outros, isso porque desde que dois atores não sejam adjacentes eles dependerão de outros do grupo que estarão no meio do percurso para estabelecer suas trocas. “Quanto mais um ator estiver no meio do caminho e for passagem obrigatória para outros se juntarem, mais elevada será sua capacidade de intermediação” (SILVA, 2003, p. 70).

Através da medida de centralidade de Bonacich⁵ é possível mensurar qualitativamente a centralidade uma vez que se leva em conta não apenas o número de referências que um ator recebe de outros, mas também seu prestígio (LAGO JÚNIOR, 2005).

Neste estudo as medidas de centralidade do grau de entrada e de centralidade do grau de saída foram utilizadas por serem essas as que permitem a visualização do posicionamento dos atores em relação às ligações/laços originados deles e destinados a outros e de outros destinados a eles. Um exemplo hipotético seria uma analogia com os canais de comunicação. Da mesma forma que o emissor envia as mensagens, o ator direciona suas relações. Da mesma forma que o receptor recebe as mensagens, o ator recebe as ligações. O caminho inverso é feito nas redes. Quem recebe também pode emitir. Esse processo é particularmente interessante quando o campo de estudo são associações rurais como as aqui analisadas uma vez que possibilita identificar o potencial das relações entre seus membros e observar a concentração de centralidade nos atores revelando, por exemplo, os papéis que desempenham.

Tamanho, densidade, distância geodésica, diâmetro e coesão são critérios da análise estrutural das redes que foram mensurados neste trabalho em virtude de

⁵ Pesquisador que criou uma fórmula de centralidade estrita de grau de acordo com os prestígios individuais das ligações diretas (SILVA, 2003).

serem utilizados comumente em estudos que têm como proposta a análise de redes sociais.

Os papéis – conector central, expensor de fronteiras e corretor de conteúdo transacional – admitidos e comuns na identificação dos atores críticos também foram levados em conta neste estudo. A análise de todos esses itens viabilizou inferências qualitativas acerca das características relacionais que permeiam os três conteúdos transacionais e os atores dos três assentamentos estudados assim como sua influência no processo de organização e gestão coletiva.

A exemplo da revisão de trabalhos sobre ação coletiva no contexto rural, uma revisão de trabalhos sobre redes sociais é apresentada na seção seguinte. O enfoque dos estudos empíricos apresentados é direcionado à análise das redes sociais no campo dos agronegócios.

2.4.2 Redes Sociais: Estudos Empíricos no Agronegócio

Acredita-se que o estudo das redes sociais em projetos de assentamentos de Reforma Agrária pode se revelar particularmente útil no sentido de identificar a dinâmica social preexistente entre os grupos e sua influência nos processos de ação coletiva empregados culminando, por extensão, em compreensões mais profundas acerca dessa dinâmica.

Nessa perspectiva, analisar e compreender outros estudos que tiveram como orientação basilar o estudo das redes no campo dos agronegócios representa um auxílio importante nessa tarefa. O resumo dos estudos revisados é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Síntese de Estudos sobre Redes Sociais no Agronegócio

Autor(es)/Ano	Título	Objetivo	Método	Resultados
Santos (2015)	Configurações das Redes Sociais em Diferentes períodos da Gestão	Caracterizar as configurações de redes sociais de profissionais de uma associação no setor do agronegócio em diferentes períodos de sua gestão.	Mapeamento das redes de amizade e parceria de trabalho por meio da realização de entrevistas e questionários.	Existência de maior reciprocidade de relações entre os atores na rede parceria de trabalho em ambos os períodos de gestão.
Saraiva de Loreto, Souza e Cunha (2010)	Reforma agrária e Redes Sociais na Situação Concreta do Assentamento Cuiabá, Canindé do São Francisco-SE	Analisar o papel das redes sociais das famílias do assentamento Cuiabá/SE, na provisão de recursos e satisfação das necessidades básicas, visando uma melhoria da qualidade de vida.	Pesquisa documental, entrevistas e oficinas participativas.	Predomínio do trabalho individualizado pela escassez de laços societários, apesar da existência das relações de parentesco no assentamento.

Continua...

Continuação... Carvalho Neto (2009)	Modelo de Análise de Redes Sociais Aplicado à Cadeia Logística do Agronegócio de Base Econômica Familiar	Propor um modelo de análise de redes sociais para a cadeia logística do agronegócio de base econômica familiar para produzir um diagnóstico que apoie a gestão de três entidades.	Diagnóstico das redes das entidades sob as perspectivas da análise estrutural, dos relacionamentos e dos atores críticos.	Identificação de problemas e oportunidades nas redes informais das organizações. Uso do diagnóstico para aumentar a eficiência das cadeias logísticas.
Vieira (2008)	Redes Sociais no Contexto de Mudança Organizacional	Verificar a ocorrência de alterações nas redes intraorganizacionais de uma empresa pública considerando intervenções para a mudança organizacional.	Mapeamento das redes de amizade e comunicação da empresa por meio de questionários aplicados aos empregados.	Existência de alterações mais significativas na rede de amizade a partir da redução do tamanho da rede e da diminuição da distância geodésica.
Neiva e Pantoja (2008)	Redes Sociais e Mudança em um Grupo de Produtores Rurais do Planalto Central	Descrever e analisar a estrutura social e as reações dos indivíduos durante a implantação de uma associação de produtores rurais no Distrito Federal.	Entrevistas semiestruturadas e questionários para investigar as redes sociais de amizade, informação, confiança e influência.	Verificação de reações de desconfiança e temor. Existência de redes com pouca interação, possibilidade de crescimento e potenciais atores para melhor estruturação das redes.

Fonte: Elaborado pela autora.

Todos os estudos apresentados no Quadro 2 são resultados de propostas de estudos sobre redes sociais desenvolvidas nos últimos anos e que, de alguma forma, são relacionados ao contexto rural. Como ressalta Santos (2015) as pesquisas que envolvem o assunto permitem verificar a diversidade de temáticas que podem ser abordadas e analisadas sob a perspectiva das redes sociais e o lugar importante que as estruturas em rede vêm assumindo nos mais variados campos do conhecimento.

Dos cinco trabalhos revisados, aquele que mais se aproxima da proposta deste estudo é o estudo de Saraiva de Loreto, Souza e Cunha (2010) por ter tido como pano de fundo um assentamento de Reforma Agrária e por ter proposto uma análise das redes sociais das famílias assentadas na provisão de recursos para a satisfação das suas necessidades mais básicas e conseqüente melhoria da qualidade de vida.

Estes autores justificam a realização do estudo por terem observado nos últimos tempos um registro maior do número de assentamentos rurais de Reforma Agrária. Para eles grande parte desses projetos tem surgido sem um planejamento prévio e, por isso, acabam enfrentando situações adversas, sejam físicas e/ou socioeconômicas, que comprometem uma dinâmica organizacional mais eficiente e trazem problemas à reprodução social das famílias.

Os resultados do estudo, após terem sido caracterizados os elementos ou nós das redes criadas ou ativadas pelos sistemas familiares investigados, bem como identificados seus laços ou o sentido de suas ações, revelaram laços de parentesco nos assentamentos, embora tenha sido observado o trabalho individualizado e raros laços sociais. Os laços de parentesco, como ressaltam os autores, tem mobilizado recursos e atuado como estratégias de sobrevivência, contudo, isso não é suficiente para criar oportunidades sociais no sentido de aproximação de instituições locais para o estabelecimento de relações coletivas para o aprimoramento das redes de solidariedade e relações de reciprocidade pautadas na cooperação e confiança mútua para a promoção do desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida dos assentados.

A proposta de estudo de Carvalho Neto (2009) girou em torno de um diagnóstico das redes sociais de três empresas da cadeia logística do agronegócio de base familiar sob a justificativa de problemas de gestão encontrados nesse contexto, principalmente no que se refere à precária logística e a má coordenação das ações. Sua preocupação manifesta é que os desafios da ausência de um ambiente de confiança e colaboração em que sejam coordenados os interesses individuais em função de um objetivo coletivo nas organizações no agronegócio de base econômica familiar sejam superados em virtude de efetividade e inserção no mercado.

Além de criar um modelo para mapeamento e análise de redes sociais para a cadeia logística do agronegócio de base econômica familiar, Carvalho Neto (2009) objetivou ainda contribuir para o setor ao diagnosticar as redes relevantes para essa análise [redes de relacionamentos, informação, propósito, confiabilidade, competência, sinceridade, assertividade, mais comunicação e fluxo de produção] e os problemas e oportunidades mais comuns relacionados a cada uma nas empresas por ele estudadas.

Os estudos de Vieira (2008) e Neiva e Pantoja (2008) se assemelham na medida em que tratam de redes sociais e mudanças organizacionais. No estudo de Vieira (2008) a intenção foi verificar as alterações e/ou modificações nas redes intraorganizacionais de uma empresa pública considerando intervenções direcionadas às mudanças. A empresa pesquisada, uma instituição pública federal tem, entre outros objetivos, a função de atuar na implantação de distritos agropecuários e estruturar atividades produtivas. Além dos resultados de diminuição

do tamanho e da distância geodésica da rede de amizade tidos como os mais significativos, a rede de comunicação apresentou poucas alterações, sendo pouco afetada pela mudança, um resultado, segundo o autor, contrário ao que a literatura na qual se baseou o estudo revela.

O estudo de Neiva e Pantoja (2008) se concentrou numa associação de produtores rurais vinculada à EMATER e em profissionais de uma empresa de extensão rural do Distrito Federal para compreender as reações dos indivíduos durante a implantação de uma associação de produtores rurais através da análise das redes de amizade, informação, confiança e influência. O processo de mudança nesse cenário resultaria na fundação de uma cooperativa de produtores e na alteração do funcionamento dos pequenos negócios familiares com a introdução de uma associação com o objetivo de profissionalizar a produção. Os resultados demonstraram reações de desconfiança e temor a partir de posições ambíguas dos produtores ao sinalizarem a intenção de “ficar”, caso desse certo ou de “sair”, caso desse errado.

Por fim, no estudo de Santos (2015), a análise das redes de amizade e parceria de trabalho em uma associação que atua defendendo os interesses dos produtores e coordenando grandes projetos de interesse de um determinado setor do agronegócio para exportação permitiram caracterizar a configuração dessas redes em dois períodos da gestão definidos pela autora como “atual gestão” e “gestão anterior”. Além de Santos (2015) ter observado maior reciprocidade de relações entre os atores na rede de parceria de trabalho, observou também uma mudança no desenho dessa mesma rede nos dois períodos da gestão. De acordo com a autora, na gestão anterior havia duas sub-redes e um único indivíduo estabelecia a comunicação entre elas; na atual verificou-se um maior número de ligações entre os atores.

Acredita-se que estudos similares aos aqui apresentados tendem a se intensificar cada vez mais na tentativa de aprofundar os conhecimentos das relações que se estabelecem entre empresas, instituições ou associações numa linha mais competitiva e entre os grupos de pessoas que delas fazem parte numa linha mais social/relacional. A expansão desses estudos, muito além de promover o avanço do conhecimento das interações, dos papéis e das relações de troca entre os atores do agronegócio podem ainda detectar problemas para os quais soluções originadas da pesquisa científica podem ser sugeridas.

2.5 O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF

A criação de um projeto de crédito fundiário, segundo Lima, Vieira e Castro (2011) já estava, há algum tempo, na agenda dos setores até então envolvidos com a questão agrária e o desenvolvimento rural. Conforme os autores, dois programas piloto foram tidos como as primeiras iniciativas relacionadas ao crédito fundiário, o Projeto São José no Estado do Ceará [em fevereiro de 1997] e o Projeto Cédula da Terra [1997-2000] em cinco estados brasileiros, quatro na região Nordeste e um na região Sudeste [Minas Gerais]. Com a instituição da Lei Complementar 93/98, de 04/02/1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.027 de 13/04/1999, criou-se o Fundo de Terras e da Reforma Agrária denominado na época de Banco da Terra e Cédula da Terra [1999-2002] com os objetivos principais de financiar programas de reordenamento fundiário e de assentamento rural.

Posterior a isso, uma nova regulamentação, por meio do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003, interrompeu a contratação de financiamentos sob o amparo do Banco da Terra criando-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF que resultou de processos de consulta às organizações do movimento sindical [Contag e Fetraf-Sul], aos estados e associações de municípios que participaram dos Projetos Cédula da Terra e Combate à Pobreza Rural, da participação efetiva da sociedade civil e do apoio do Banco Mundial (LIMA; VIEIRA; CASTRO, 2011).

O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, assim instituído pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, refere-se às ações que objetivam promover, por intermédio de crédito fundiário, o acesso à terra bem como a investimentos produtivos que permitam a estruturação das propriedades adquiridas com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (PNCF, 2005; 2009). Sobre o PNCF, Guedes (2010, p. 4) contextualiza:

O crédito [*sic*] fundiário constitui-se numa política pública que possibilita o acesso a terra ao público que não se mobiliza em luta para a sua aquisição, embora sonhe com a terra própria, podendo também ser utilizado pelo público mobilizado em acampamentos, que, no entanto, é geralmente atendido pela Reforma Agrária tradicional, pela desapropriação por interesse social.

Nessa concepção, entende-se que o objetivo final do PNCF conforme o Manual de Operações Consolidação da Agricultura Familiar (PNCF, 2005, p. 8) é “[...] contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de

vida, mediante o acesso a terra e o aumento de renda dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

Lima (2011) ressalta que a base conceitual do Programa Nacional de Crédito Fundiário está sustentada em um Modelo de Reforma Agrária de Mercado – MRAM que surgiu como uma alternativa ao modelo de Reforma Agrária tradicional que se baseia na desapropriação de terras improdutivas. O MRAN “[...] é um modelo proposto pelo Banco Mundial (BIRD) para o combate à pobreza rural nos países periféricos, dentre eles o Brasil, situado na América Latina [...]” (GUEDES, 2010, p. 1). Segundo a autora, sua implantação situa-se no contexto das políticas e programas governamentais e passou a ser conhecido no Brasil através do PNCF. O MRAN surgiu no país em um cenário de intensas e expressivas ocupações de terra que foram redirecionadas pelas políticas do Banco Mundial que, desde a década de 70, assumiu princípios de ação e reconheceu a importância da propriedade familiar em termos de eficiência e equidade (MEDEIROS, 2002 *apud* GUEDES, 2010).

A compra de terras pelo Governo Federal diretamente dos proprietários tem sido a modalidade mais utilizada para aquisição de áreas para a Reforma Agrária no Brasil. Esse mecanismo de acesso à terra foi criado por meio do INCRA em 1992 com o Decreto nº 433/92 que prioriza a aquisição em áreas de tensão social manifesta para o assentamento de trabalhadores rurais em atendimento à função social da propriedade (LIMA, 2011).

Executado pelo Governo Federal, o PNCF é tido como um mecanismo que complementa outros Programas de Reforma Agrária e Reordenação Fundiária ao permitir a adesão, ao Programa de Reforma Agrária, de áreas que não poderiam ser abarcadas por outros mecanismos, especificamente propriedades com áreas inferiores a quinze módulos fiscais ou propriedades produtivas, o que amplia, por consequência, a redistribuição de terras, a consolidação de regimes de propriedade e seu uso em esferas familiares (PNCF, 2009).

A operacionalização do PNCF é viabilizada por dois manuais de operações. O primeiro, datado de 2005, atua na linha de financiamento Combate à Pobreza Rural – CPR. O segundo, de 2009, atua na linha Consolidação da Agricultura Familiar – CAF. Os manuais contêm princípios, normas, diretrizes e procedimentos operacionais do PNCF em cada uma das linhas (LIMA, 2011).

Em seu arranjo institucional o PNCF é executado pelo Governo Federal num sistema de descentralização composto pelo MDA, Unidades Técnicas Estaduais –

UTE's, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, Redes de Apoio e Agentes Financeiros (PNCF, 2005; 2009).

O manual de operações Combate à Pobreza Rural (PNCF, 2009) institui que trabalhadores rurais sem terra como assalariados permanentes ou temporários, pequenos produtores rurais com acesso precário a terra [arrendatários, parceiros, meeiros, agregados e posseiros] e proprietários de minifúndios cujas áreas não alcancem a dimensão da propriedade familiar podem acessar e ser beneficiados pelo PNCF na linha CPR desde que estejam organizados em associações legalmente constituídas, tenham renda familiar anual inferior a nove mil reais e patrimônio familiar inferior a quinze mil reais, excluindo o valor da moradia da família, tenham experiência de no mínimo cinco anos em exploração agropecuária, não tenham sido beneficiados por outros programas de Reforma Agrária, não tenham sido proprietários nos três últimos anos de estabelecimento com área superior à de uma propriedade familiar e não sejam funcionários públicos.

A linha CAF adota critérios como atendimento dos agricultores familiares com renda familiar inferior a quinze mil reais e patrimônio inferior a trinta mil reais para a elegibilidade dos beneficiários; nessa linha as aquisições podem ser individuais ou coletivas, desde que os grupos estejam organizados em associações. Os demais requisitos são semelhantes ao da linha CPR (PNCF, 2005).

Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2010) dão conta de que desde sua criação em 2003 até o ano de 2009, o PNCF destinou mais de dois bilhões de reais para o financiamento da compra de terras. Neste período, o crédito concedido oportunizou o acesso à terra e aos primeiros investimentos em infraestrutura comunitária e produtiva como energia elétrica, construção de moradias, estradas e abastecimento de água a setenta e sete mil, quinhentos e sessenta e um agricultores familiares que se organizaram para explorar as áreas adquiridas em regime de agricultura familiar.

O PNCF conta ainda com ações destinadas a jovens filhos de agricultores ou alunos de escolas técnicas na área da agropecuária por meio do Nossa Primeira Terra – NPT, adicionais de projetos que objetivam a segurança hídrica na região do semiárido e o desenvolvimento de projetos ambientais. O incentivo à inclusão de trabalhadores rurais negros – Terra Negra e de mulheres – PNCF-Mulher também faz parte da pauta do programa (BRASIL, 2010).

2.6 A Região de Unaí – Minas Gerais

Predominantemente agrário, o município de Unaí situa-se no Planalto Central, na Mesorregião do Noroeste do Estado de Minas Gerais e estende-se por uma área de 8.447 km² [oito mil, quatrocentos e quarenta e sete quilômetros quadrados] de extensão territorial (ATLAS ESCOLAR, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS, 2003) sendo seu bioma, o cerrado. A Figura 3 identifica o município na Região Noroeste de Minas. A região de Unaí também é considerada como entorno ou região geoeconômica de Brasília-DF.

Até a década de 50 a região Noroeste de Minas Gerais praticamente conservou as características herdadas do Período Colonial, cenário que começou a modificar-se com a construção da barragem de Três Marias e com a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central com o objetivo de promover a interiorização do desenvolvimento, até então concentrado no litoral do país (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2015).



Fonte: Prefeitura Municipal de Unaí (2015).

Dados da Prefeitura Municipal de Unaí (2015) dão conta de que até o final desta década a vasta área do Planalto Central era um “vazio” demográfico e econômico e a pecuária extensiva era a única atividade que se destacava economicamente na região. Com a inauguração de Brasília acelerou-se o processo de ocupação do território com expansão da fronteira agrícola, facilitada pela

implantação de rodovias como a BR-040, que interliga Brasília com o restante do país. Estes fatos resultaram num melhor aproveitamento dos terrenos planos e com vales abertos do cerrado e dos recursos oferecidos pelo solo. Uma agricultura do tipo empresarial foi introduzida intensificando-se a mecanização e o uso de insumos agrícolas voltada, de modo especial, para a produção de grãos, com destaque para a soja, milho, feijão e café.

Esse processo de ocupação produtiva foi impulsionado pela criação de

[...] projetos de aproveitamento e colonização do cerrado, realçando o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília – PERGEB, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER, o PLANOROESTE – I e II e o POLOCENTRO (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2015).

O acordo firmado entre o Brasil e o Japão, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, sob a coordenação da Companhia de Promoção Agrícola – CAMPO, merece destaque porque priorizou os municípios de Unaí e Paracatu a partir dos anos 1981 (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2015). Idealizado em 1974 e implementado a partir de 1978 esse programa objetivou a incorporação racional de áreas de cerrado previamente selecionadas pela CAMPO destinadas ao processo produtivo mediante utilização de tecnologias mais modernas para o crescimento da produtividade de *commodities* demandadas internacionalmente (RODRIGUES; VASCONCELOS; BARBIERO, 2009).

Em decorrência de programas como esse presenciou-se um grande fluxo migratório em direção à região entre os anos 70 e 80 por pessoas vindas, em sua maioria, da região Sul do país. Seu papel vai-se definindo como forte expoente da agropecuária nacional em função das condições climáticas favoráveis, da qualidade do solo e do nível de mecanização e adoção de modernas tecnologias de produção agropecuária, especialmente nos municípios de Unaí e Paracatu (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2015).

O município de Unaí registrou nas safras 2010/2011 um volume de 249 [duzentos e quarenta e nove] mil toneladas em lavouras espalhadas por 30 [trinta] mil hectares, destacando-se ainda por ser o segundo maior produtor de milho de Minas Gerais. Na safra indicada foi o primeiro do Estado em produção de soja [trezentas e trinta mil toneladas em cento e dez mil hectares] e em sorgo [oitenta e quatro mil toneladas em vinte mil hectares]. O feijão é outro destaque, nesta safra o

IBGE apurou uma produção de 72 [setenta e duas] mil toneladas cultivadas em 48 [quarenta e oito] mil hectares. Na pecuária a expressiva criação de bovinos chega a 340 [trezentas e quarenta] mil cabeças (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2015) sendo, também, significativo produtor de leite.

O município também presencia, além da produção agropecuária empresarial, a ocorrência de unidades de produção distribuídas em pequenas e médias fazendas de proprietários, arrendatários, camponeses e assentados de programas de Reforma Agrária que tem sua base de sustentabilidade econômica na agricultura familiar. Conforme o Atlas Escolar, Histórico e Geográfico do Município de Unaí Estado de Minas Gerais (2003) essas unidades produzem, entre outros produtos, milho, café, cebola, laranja, banana, mandioca, cana-de-açúcar, suínos, aves, ovos, leite e hortaliças.

Embora o município destine um espaço que abriga muitas unidades de camponeses, de arrendatários e de assentados existem, segundo Oliveira *et al.* (2009), poucas organizações e entidades populares que atuam na luta pela terra; o principal protagonista nessa ação é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí, filiado à Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura - CONTAG que representa “a maioria dos trabalhadores sem terra, os assalariados e acampados, os assentados e uma parte de agricultores familiares das comunidades tradicionais [...]” (OLIVEIRA *et al.*, 2009, p. 99). As organizações de base são constituídas pelas associações comunitárias das comunidades rurais e dos projetos de assentamento de Reforma Agrária que representam os agricultores familiares em escala local (OLIVEIRA *et al.*, 2009).

No que se refere às cooperativas agrícolas do município, Oliveira *et al.* (2009) ressaltam a existência de três que são administradas por grandes produtores: duas voltadas para a produção de grãos e fibras e outra voltada para a produção leiteira, esta última associa empresários, agricultores patronais e agricultores familiares, inclusive das áreas de Reforma Agrária.

O próximo capítulo apresenta o percurso técnico-metodológico seguido nesta pesquisa.

3 MÉTODO

Esta seção apresenta uma descrição das características de cada uma das etapas da pesquisa no que se refere aos aspectos metodológicos, especificando o contexto do estudo e o perfil da amostra de participantes. Aborda-se, do mesmo modo, a natureza da pesquisa e descreve-se as técnicas utilizadas para a coleta e tratamento dos dados.

3.1 O Contexto da Pesquisa

Do total de trinta e quatro assentamentos de Reforma Agrária no município de Unaí, três são do PNCF e os demais são do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Informação verbal)⁶. Informações gerais sobre os assentamentos do PNCF, foco deste estudo, são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Informações Gerais dos PA's do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Município de Unaí/MG

Informações gerais dos PA's do Programa Nacional de Crédito Fundiário no município de Unaí/MG				
Ordem	Assentamento	Ano de criação	Área (ha)	Famílias assentadas
1º	PA São João Batista	2002	511	20
2º	PA Picos	2007	236	20
3º	PA Modelo	2008	450	40
Total	3	-	1197	80

Fonte: Dados repassados pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí/MG durante conversa informal no mês de setembro de 2013.

Como revelam os dados, os projetos de assentamento são recentes. São oitenta famílias assentadas em uma área total de 1.197 [um mil, cento e noventa e sete] hectares.

O perfil produtivo dos assentamentos é caracterizado pela pequena produção de subsistência, salvo raras exceções. A maioria da produção agropecuária se concentra na criação de suínos, gado leiteiro, aves e ovos. Pouquíssimos são aqueles que produzem leite em maior quantidade para a venda na cooperativa local. Em determinadas épocas do ano, principalmente nos períodos de seca, quando a

⁶ Informação fornecida pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí/MG durante conversa informal.

produção leiteira diminui, os tanques comunitários de resfriamento de leite ficam desusados, como foi constatado em um dos assentamentos. Em face da diminuição da produção leiteira os assentados produzem queijos, doces e derivados para a venda em feiras locais ou nos próprios estabelecimentos. Ainda para a venda em feiras locais são beneficiadas, em pequena quantidade, polpas de “frutas da época” como manga, pitanga, amora, caju e acerola.

O plantio de milho sequeiro para consumo e produção de ração, mandioca para consumo e produção de polvilho e farinha, cana-de-açúcar para moagem e produção de melado, rapadura, doces e ração para o gado e hortaliças são as formas predominantes de cultivo da terra. A falta de água impede, de acordo com alguns assentados, que se plante qualquer lavoura irrigada no sentido de possibilitar melhor utilização e cultivo da terra e, por consequência, aumentar a produção uma vez que o abastecimento de água dos três assentamentos é feito por poços artesianos.

A renda é baseada, na maioria dos casos, nos excedentes da produção. Nas palavras dos assentados *“aquilo que sobra da despesa, vende”*, significando que a princípio a produção é para suprir suas próprias necessidades de subsistência.

Informações sócio demográficas dos participantes que auxiliam melhor na caracterização do contexto da pesquisa são apresentadas no item 3.3 desta parte.

3.2 Natureza da Pesquisa e Instrumentos

O estudo pretendeu integrar as abordagens descritiva, qualitativa e quantitativa para a coleta e análise de dados teóricos e empíricos. A priori, foi realizada uma revisão das informações secundárias de maior relevo e disponíveis na literatura recorrente de modo a privilegiar uma adequada fase exploratória.

Em seguida, na ocasião do levantamento dos dados empíricos, entrevistas semiestruturadas foram realizadas, grupos focais foram organizados e questionários foram aplicados a sujeitos direta e indiretamente envolvidos com os projetos de assentamento de Reforma Agrária do PNCF, com o escopo de auxiliar no mapeamento e nos desenhos das redes.

Salienta-se que esta pesquisa apresenta, em seu delineamento, características de pesquisa-ação, não no sentido de resolver os problemas, mas como defende Thiollent (2011), de pelo menos esclarecê-los. Esse fato contribui

para a compreensão de uma realidade que pode servir como pano de fundo para a sustentação de políticas públicas relacionadas aos assentamentos do PNCF. Este autor pontua que na pesquisa-ação não há o simples fato de levantar dados e gerar relatórios para arquivamento, antes disso, nesse tipo de pesquisa as pessoas implicadas tem algo a dizer e a fazer. Os pesquisadores, por sua vez, desempenham um papel ativo nas situações observadas. Considerando a pesquisa-ação como uma estratégia metodológica da pesquisa social, Thiollent (2011, p. 22-23) resume seus principais aspectos que, inclusive, vão ao encontro da metodologia desta pesquisa:

[...] há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; [...] o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados [...]; o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; [...] a pesquisa-ação não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o 'nível de consciência' das pessoas e grupos considerados.

Thiollent (2011) também discute a aplicação desse tipo de pesquisa na área do desenvolvimento rural afirmando que nos últimos tempos as possibilidades de pesquisa participante ou pesquisa-ação têm sido experimentadas em virtude de interesses de pequenos e médios produtores. Gow e Vansant (1983 *apud* THIOLENT, 2011, p. 98) explicam que numa concepção mais participativa do desenvolvimento rural “[...] considera-se que os produtores devem se organizar em torno dos problemas que acham importantes para adquirir capacidade coletiva de decisão [...]”. Em vista disso, Thiollent (2011) ressalta que desenvolvimento rural participativo e pesquisa ativa ou participativa sobre o desenvolvimento rural são coisas diferentes porque não se pode confundir a pesquisa e o objeto pesquisado. Contudo, explica ele, uma concepção participativa do desenvolvimento rural requer que a concepção de pesquisa a ser desenvolvida nesse contexto seja também participativa. “No caso, isso implica que os pesquisadores recorram às técnicas utilizadas em pesquisa participante e pesquisa-ação: reuniões, [...] entrevistas coletivas [...] etc.” (THIOLENT, 2011, p. 99).

Demo (2008, p. 8) discute a pesquisa-ação ou participante afirmando que ela não negligencia a metodologia científica no que tange aos seus rigores sistemáticos, “[...] mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados”. Exemplo disso é o MST que se notabilizou pela

presença de intelectuais e pesquisadores importantes que colaboram na construção de conhecimentos relacionados à Reforma Agrária e que investem-nos diretamente nesse campo (DEMO, 2008).

Por seu turno, Minayo (2011) reforça que o “pesquisador participante” fica em contato direto com seus interlocutores no seu espaço social e cultural para coletar dados e compreender o contexto da pesquisa. Como resultado final, o pesquisador modifica esse contexto, pois interfere nele, mas também é modificado pessoalmente.

Ao refletir sobre a importância de técnicas de pesquisa participante, Malinowski (1984 *apud* MINAYO, 2011) valoriza esses processos em detrimento de *surveys* como técnicas de coleta de dados em pesquisas sociais e os critica severamente afirmando que esse tipo de lógica pesquisadora percebe apenas o esqueleto de uma organização social e não a vida que pulsa porque o cientista está distante do lugar em que a vida acontece. *“Toda a estrutura de uma sociedade encontra-se incorporada no mais evasivo de todos os materiais: o ser humano”*, afirma Malinowski (1984, p. 40 *apud* MINAYO, 2011, p. 71, grifo do autor).

Os instrumentos utilizados na coleta de dados são descritos nas próximas seções.

3.2.1 Entrevistas

Por meio de um roteiro previamente elaborado, entrevistas do tipo semiestruturadas (APÊNDICE A) foram realizadas com o objetivo de auxiliar na identificação de categorias úteis ao mapeamento das redes sociais. As ações coletivas empreendidas pelas associações foram assuntos constantes na pauta das entrevistas.

Conforme seus objetivos mais fundamentais, as entrevistas foram realizadas para que fosse possível, como afirmam Laville e Dionne (1999), a exploração em profundidade dos saberes, representações, crenças e valores dos entrevistados, em síntese, para possibilitar uma investigação mais profunda dos pontos de vista e das motivações para melhor compreensão e representação subjetiva da realidade social investigada neste estudo.

3.2.2 Questionários

Seguindo a metodologia para análise de redes sociais apresentada no item 2.4.1 deste estudo, questionários (APÊNDICE C) foram elaborados com a finalidade de alcançar simultaneamente os membros das associações dos PA's através de questões uniformizadas que asseguraram que cada respondente as percebesse da mesma maneira e facilitasse a compilação e comparação quando do momento do emprego do programa de análise (LAVILLE; DIONNE, 1999).

A amostra foi constituída por todos os membros das associações que são os titulares dos estabelecimentos, denominados de lotes, que efetivamente participam do processo de gestão e suas opiniões foram utilizadas para quantificar as situações representativas do fenômeno estudado relacionadas a três conteúdos transacionais: influência, informação e cooperação/ajuda mútua. Tais conteúdos constituem-se nas redes sociais analisadas e, neste trabalho, são definidos e descritos da seguinte forma:

- **Influência** – ação que uma pessoa exerce sobre outra pessoa; pressupõe prestígio, crédito, ascendência e predomínio (FERREIRA, 2001). Neste estudo a influência atrelou-se à questão da liderança, isto é, os respondentes foram solicitados a indicar quais colegas assentados lhes inspiram respeito e incorporam o papel de líderes.
- **Informação** – ato ou efeito de informar; dados acerca de alguém ou de algo (FERREIRA, 2010). Neste trabalho a informação relacionou-se à percepção dos respondentes sobre os colegas assentados que são bem informados, que compartilham informações e que transmitem informações importantes e corretas.
- **Cooperação/ajuda mútua** – ação de trabalhar em conjunto; ato de colaborar e de ajudar (FERREIRA, 2010). Nesse item foi solicitado aos respondentes que indicassem, entre seus colegas assentados, aqueles que são prestativos, que trocam coisas e favores e que sempre estão dispostos a ajudar.

Os dados coletados por meio desse instrumento oportunizaram, além do levantamento do perfil dos respondentes, a análise estrutural das redes, a identificação dos atores críticos, dos papéis exercidos por eles e das relações predominantes.

3.2.3 Grupos focais

Enquanto pesquisa social de natureza qualitativa que intenciona apreender a complexidade de um fenômeno ao levar em conta a interação de certos aspectos, compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais e, em maior profundidade, compreender as peculiaridades dos comportamentos dos sujeitos (RICHARDSON, 1999), este estudo se guiou em seu escopo metodológico também pela técnica de coleta de dados denominada Grupos Focais que é caracterizada por diferentes formas de trabalho em grupo (GATTI, 2012).

Sua utilização, como destaca Cruz Neto, Moreira e Sucena (2002), tem se expandido e conquistado um lugar privilegiado nas mais diversas áreas de estudo desde os anos 80 e, no campo das ciências sociais, destaque lhe foi dado pelo viés político com sua utilização no mapeamento e delineamento do perfil dos eleitores. Desde então sua adoção nos mais diversos campos da pesquisa social se ampliou, reconhecendo-se, todavia, o fato de que o Grupo Focal não é uma técnica “[...] capaz de iluminar por si própria os caminhos metodológicos de uma pesquisa social, nem tampouco condicionar ou influenciar a escolha de seus objetos e objetivos” (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002, p. 3).

Tratando-se de uma entrevista em grupo, o grupo focal representa uma interação que promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico para obter os dados necessários à pesquisa (BACKES *et al.*, 2011; TRAD, 2009) que se desenvolve a partir de uma perspectiva dialética, crítica e criativa (BACKES *et al.*, 2011; CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002). Pressupõe-se que sua maior riqueza seja basear-se na tendência humana de construir opiniões e atitudes na interação com outros sujeitos, contrastando com dados coletados por intermédio de questionários e entrevistas (BACKES *et al.*, 2011).

Em última análise, Gatti (2012) alerta que a utilização do grupo focal como meio de pesquisa precisa estar coerentemente integrada ao corpo da pesquisa, atentando-se para as teorizações existentes e as pretendidas, ou seja, para a autora, é um instrumento eficiente no levantamento de dados nas pesquisas em ciências humanas e sociais, porém a opção por este recurso tem que ser cuidadosa e adequada aos propósitos da pesquisa.

Combinada às técnicas de aplicação de questionários e realização de entrevistas, a técnica Grupo Focal (APÊNDICE B) em uma versão adaptada à realidade pesquisada permitiu o acesso e o refinamento das informações acerca das ações coletivas desenvolvidas pelas associações dos PA's. Auxiliou ainda no mapeamento das redes sociais existentes entre os grupos que podem impactar e/ou impactam a configuração do processo de gestão coletiva.

3.2.4 Análise de documentos

Recorreu-se neste estudo a fontes documentais secundárias como a Constituição Federal em seus Artigos 181 a 184 que regulamentam a Lei de Reforma Agrária no Brasil, o Estatuto da Terra constituído em 1964, demais leis e decretos pertinentes à questão agrária, os dois manuais do PNCF que atuam nas frentes Combate à Pobreza Rural e Consolidação da Agricultura familiar, levantamentos estatísticos do IBGE etc. A análise desses documentos se configurou numa etapa de grande valia para a fase exploratória, em que se buscou aproximação, familiaridade e esclarecimento de ideias (GONSALVES, 2003) concernentes ao tema da pesquisa.

3.3 Amostra de Participantes

A amostra de participantes deste estudo foi constituída pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí - STR, pelo coordenador do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR no município e região que também é o profissional responsável pelos processos pleiteadores do PNCF [por meio de entrevistas], os titulares dos lotes [por meio de questionários] e as famílias assentadas [por meio de grupos focais] na ocasião das visitas feitas em suas propriedades.

Gênero, número de membros da família, faixa etária, grau de instrução e tempo de afiliação à associação, ou seja, o período de assentamento no lote foram questões que permitiram levantar o perfil dos participantes titulares dos lotes que responderam aos questionários. Conforme o Quadro 3, das oitenta famílias assentadas, foram questionados os titulares de setenta e um estabelecimentos, alcançando a pesquisa, portanto, um percentual de 89% do total de participantes. As

Tabelas 1, 2 e 3 apresentam o perfil dos participantes de cada assentamento e a Tabela 4 apresenta o perfil geral.

De acordo com a Tabela 1, dos vinte titulares das famílias assentadas do PA São João Batista, o mais antigo do PNCF em Unaí, com treze anos de criação, dezoito ou 90% responderam aos questionários.

Tabela 1 - Perfil dos Participantes do PA São João Batista

Gênero				
Feminino		Masculino		
-		100%		
Número de membros da família				
1 membro	Até 2 membros	Até 3 membros	Até 4 membros	5 ou mais membros
28%	33%	33%	6%	-
Faixa etária				
Até 21 anos	Entre 22 a 30 anos	Entre 31 e 40 anos	Entre 41 e 50 anos	Acima de 51 anos
-	6%	-	16%	78%
Grau de instrução				
Não estudou	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
11%	72%	17%	-	-

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Todos os titulares de lotes são do gênero masculino e as famílias são consideradas pequenas, possuindo até três membros. A faixa etária prevaiente dos titulares ultrapassa a faixa dos cinquenta anos. A maioria dos titulares [72%] possui o ensino fundamental – do 1º ao 9º ano de escolaridade, embora se tenha constatado que estes não ultrapassaram o 5º ano. Alguns possuem o ensino médio e 11% declararam-se semianalfabetos ou analfabetos, sabendo apenas assinar “*mal, mal o nome*”, como comentou um dos respondentes; 66,6% são afiliados à associação do assentamento desde o início e os demais são assentados substitutos, caracterizando o fenômeno da evasão.

Todos os vinte titulares [100%] do PA Picos participaram da pesquisa respondendo aos questionários. A Tabela 2 apresenta os dados que os caracterizam.

Tabela 2 - Perfil dos Participantes do PA Picos

Gênero				
Feminino			Masculino	
25%			75%	
Número de membros da família				
1 membro	Até 2 membros	Até 3 membros	Até 4 membros	5 ou mais membros
30%	25%	15%	15%	15%
Faixa etária				
Até 21 anos	Entre 22 a 30 anos	Entre 31 e 40 anos	Entre 41 e 50 anos	Acima de 51 anos
-	-	20%	30%	50%
Grau de instrução				
Não estudou	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
25%	60%	15%	-	-

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

No PA Picos observa-se a presença de mulheres [25%] como titulares de lotes, apesar de que os indivíduos do gênero masculino ainda são prevaletentes [75%] quando se considera essa situação. Embora esse assentamento apresente famílias mais numerosas, com cinco ou mais membros [15%], a maioria das famílias possuem poucos ou apenas um membro. Os percentuais relacionados à idade revelam que 50% dos titulares estão entre trinta e um e cinquenta anos e 50% estão acima dos cinquenta anos de idade. Também neste assentamento a maioria [60%] frequentou os primeiros anos do ensino fundamental e 25% são semianalfabetos ou totalmente analfabetos, não sabendo sequer assinar o nome. Desde sua criação, há oito anos, 65% dos titulares originais e seus familiares permanecem no assentamento.

Os dados do PA Modelo, o mais jovem, com sete anos de criação, são apresentados na Tabela 3. Do total de quarenta titulares, trinta e três ou 82,5% participaram da pesquisa.

A maioria dos titulares [76%] é do gênero masculino, as famílias, de forma geral, também são pouco numerosas e observa-se uma redução no percentual de titulares com faixa etária acima de cinquenta e um anos, não obstante a soma dos percentuais de indivíduos entre quarenta e um e cinquenta e acima de cinquenta e um anos perfaça mais de sessenta por cento. Neste assentamento observa-se a prevalência de um percentual considerável de indivíduos mais jovens, entre trinta e um e quarenta anos [30%].

Tabela 3 - Perfil dos Participantes do PA Modelo

Gênero				
Feminino			Masculino	
24%			76%	
Número de membros da família				
1 membro	Até 2 membros	Até 3 membros	Até 4 membros	5 ou mais membros
6,1%	36,4%	27,3%	12,1%	18,1%
Faixa etária				
Até 21 anos	Entre 22 a 30 anos	Entre 31 e 40 anos	Entre 41 e 50 anos	Acima de 51 anos
-	6,1%	30,3%	24,2%	39,4%
Grau de instrução				
Não estudou	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
21%	73%	6%	-	-

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

O grau de instrução neste assentamento também não oferece surpresas. A maioria [73%] cursou os primeiros anos do ensino fundamental e 21% revelaram não ter estudado, conseguindo apenas assinar o nome. A maioria [63,6%] dos titulares permanece no assentamento desde a data da sua criação.

O perfil dos participantes da pesquisa, para fins de uma análise geral, é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Perfil Geral dos Participantes da Pesquisa

Gênero				
Feminino			Masculino	
18,3%			81,7%	
Número de membros da família				
1 membro	Até 2 membros	Até 3 membros	Até 4 membros	5 ou mais membros
18,3%	32,4%	25,3%	11,3%	12,7%
Faixa etária				
Até 21 anos	Entre 22 a 30 anos	Entre 31 e 40 anos	Entre 41 e 50 anos	Acima de 51 anos
-	4,2%	19,7%	24%	52,1%
Grau de instrução				
Não estudou	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
19,7%	69%	11,3%	-	-

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Uma análise geral do perfil dos participantes da pesquisa confirma que a maioria dos titulares dos lotes é do gênero masculino e que as famílias são pequenas, existindo, inclusive, lotes com apenas um morador, no caso o próprio titular. No que se refere à faixa etária, observa-se o predomínio de indivíduos titulares mais velhos e a pouca ocorrência de indivíduos mais jovens, abaixo dos trinta anos.

O problema do analfabetismo no meio rural brasileiro é uma realidade que parece prevalecer ao se constatar que 19,7% dos titulares não frequentaram a escola; 69% avançaram nos primeiros anos do ensino fundamental e 11,3%

disseram ter cursado o ensino médio. Não foram observados titulares com nível superior ou pós-graduação.

Um fenômeno que chama atenção é o da evasão e substituição de assentados, comuns em projetos de assentamento de Reforma Agrária no Brasil. Os autores Oliveira *et al.* (2009) ressaltam que este fenômeno é tolerado, muito embora não contribua para a coesão e organização dos assentamentos. A rotatividade de assentados compromete, entre outras coisas, a regularização do quadro social dos assentamentos que é burocrática e trabalhosa. Constatou-se nos três projetos de assentamento pesquisados que os quadros sociais encontram-se irregulares devido às desistências de permanência nos lotes e vendas indiscriminadas⁷.

O baixo nível educacional é um fenômeno também percebido por Sabourin, Oliveira e Xavier (2007) já que a maioria dos assentados frequentou a escola de forma precária, avançando pouco no ensino fundamental. Para os autores isso fragiliza a capacidade de argumentação das lideranças com outros interlocutores. Soma-se a essa realidade uma precária formação política em processos de negociação e perpetuam entre eles posições subalternas e de dependência de interlocutores.

Persiste ainda o estigma de serem desprezados e enganados, gerando uma desconfiança, inclusive da própria capacidade coletiva. Na construção política e social dos assentados de Reforma Agrária orbita um sentimento frustrante de dependência, de “assistidos” e uma sensação de impotência fortalecida pelo estigma manifestado pelo restante da sociedade (SABOURIN; OLIVEIRA; XAVIER, 2007).

Esses aspectos de caráter mais geral, conforme os autores, podem explicar problemas de organização coletiva, de gestão, de funcionamento das associações e as dificuldades de relacionamento com outras entidades, como os poderes públicos, as empresas de assistência técnica e instituições financeiras.

⁷ A regularização dos quadros sociais dos três projetos de assentamento foi pauta das reuniões mensais das associações em que se esteve presente. A presidente do PA Modelo, durante a reunião, por exemplo, foi clara acerca da necessidade de “frear as vendas dos lotes” para fins de regularização do quadro social, fato importante para “*estar em dia com a documentação legal*” e para “*dar força à associação*” no momento de pleitear financiamentos e implementar projetos.

3.4 Procedimentos para Coleta, Tratamento e Análise dos Dados

A coleta de dados, realizada nos meses de agosto, setembro e outubro de 2015, aconteceu em etapas simultâneas. As entrevistas foram realizadas com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí e com o coordenador do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR com o auxílio de um equipamento de gravação e caderneta para anotações do comportamento latente dos entrevistados. As entrevistas tiveram a duração média de quarenta e cinco minutos cada.

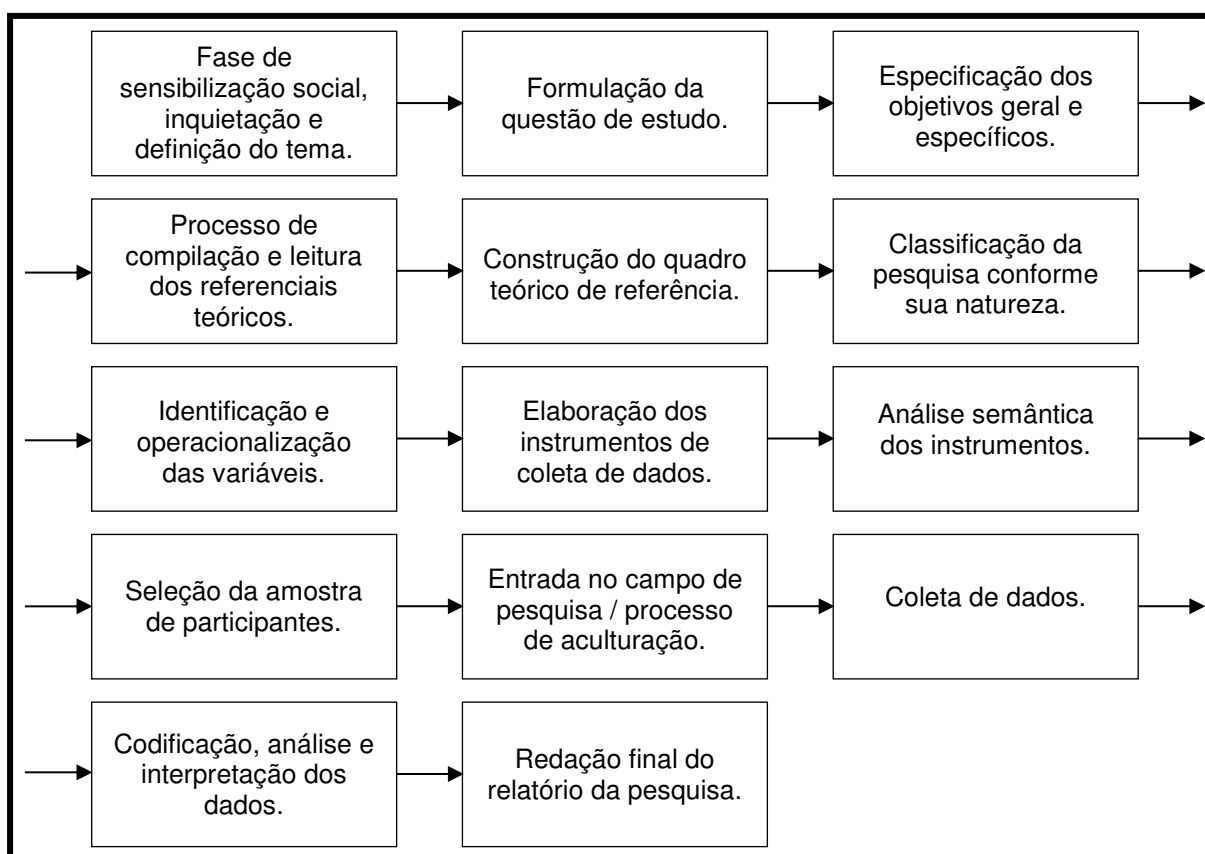
Os questionários foram aplicados aos titulares dos lotes na oportunidade de visitas às suas casas e em ocasião de reuniões ordinárias e/ou extraordinárias das associações. Antes, porém, os questionários foram submetidos a uma análise semântica dos itens para que se apresentassem de maneira clara, objetiva e de fácil entendimento.

A técnica dos Grupos Focais foi aplicada respeitando os passos apresentados por Gatti (2012), Cruz Neto, Moreira e Sucena (2002): a) distribuição das funções de mediador, relator, observador e operador de gravação exercidas durante a realização do grupo; b) definição do roteiro de debate; c) definição dos critérios de escolha e do número dos participantes e d) definição do local. Trabalhou-se com quatro grupos focais. Dois grupos respectivos ao PA com o maior número de famílias assentadas [PA Modelo com quarenta] e um grupo respectivo a cada PA com menor número de famílias assentadas [PA Picos e PA São João Batista com vinte cada um]. Os grupos, definidos intencionalmente, foram compostos por quatro famílias escolhidas pela disponibilidade em participar e pelo número de pessoas, ou seja, foram escolhidas famílias com mais membros para que o debate fosse mais profícuo. Os debates foram agendados de forma prévia e realizados nas próprias casas das famílias.

O tratamento e a análise dos dados foram orientados por técnicas estatísticas [dados quantitativos] e análises de conteúdo [dados qualitativos]. No que se refere aos procedimentos de análise de dados relativos às redes sociais, foram utilizados os programas Ucinet 6.0 e Netdraw. O Ucinet 6.0 é um programa para análise de redes com o qual foi possível montar uma matriz a partir das indicações dos assentados, e analisar estruturalmente as redes informais e seu tamanho, bem como os papéis dos assentados dentro das redes, por meio de rotinas e funções de análise de vários atributos de redes pré-definidas e automatizadas baseadas em

cálculos matemáticos. As análises se concentraram principalmente nas medidas estruturais, relacionais e no posicionamento dos assentados dentro das redes. O programa Netdraw, por sua vez, representou graficamente as relações entre os assentados, permitindo ver, por meio de pontos e setas, os dados relatados pelos participantes do estudo. A Figura 4 apresenta a descrição global das etapas desta pesquisa, desde a escolha do tema até a redação do relatório final.

Figura 4 - Diagramação da Pesquisa



Fonte: Adaptado de Gil (2010).

Gil (2010) ressalta que embora as etapas da pesquisa não sejam necessariamente rígidas, sendo perfeitamente possível simplificá-las ou modificá-las para facilitar o acompanhamento das ações correspondentes, é usual que se siga o fluxo da pesquisa representado em um diagrama. Esse diagrama viabiliza o encaminhamento organizado do processo de pesquisa e garante, sobretudo, que nenhuma etapa seja desconsiderada.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são elencados e discutidos os principais resultados obtidos na pesquisa. Inicialmente são focalizados os dados quantitativos, referentes ao mapeamento das redes sociais. Nessa perspectiva, são realizadas análises comparativas e discussões dos resultados. Posteriormente os dados qualitativos, provenientes das entrevistas e grupos focais, são apresentados e discutidos. À medida que o texto se desenvolve, os aspectos objetivados vão sendo verificados, favorecendo a compreensão da problematização posta.

4.1 Mapeamento das Redes Sociais

O mapeamento das redes sociais de cada assentamento nos níveis de análise sugeridos pela literatura revisada e levados em conta neste estudo é apresentado a seguir. A análise estrutural, relacional e dos atores críticos oportuniza o diagnóstico da qualidade dos relacionamentos, da integração entre os assentados e de sua atuação no alcance de metas e objetivos coletivos.

4.1.1 Assentamento 1: PA São João Batista

Os cinco critérios da análise estrutural das redes sociais – tamanho, densidade, distância geodésica, diâmetro e coesão das redes de influência, informação e cooperação/ajuda mútua do PA São João Batista são apresentados na Tabela 5. Na literatura relacionada ao estudo das redes sociais o levantamento estatístico desses critérios contribui para a compreensão das configurações das redes formadas e graficamente representadas.

Cabe ressaltar que os atores são denominados pela letra inicial do nome do assentamento, isto é, os atores do assentamento São João Batista são denominados de S1, S2, S3 e assim por diante. A lógica de identificação dos atores dos demais assentamentos é a mesma: P1, P2, P3 etc. referentes ao PA Picos e M1, M2, M3 etc. referentes ao PA Modelo.

O tamanho de uma rede corresponde à quantidade total das ligações existentes e das possíveis ligações que podem se estabelecer entre os atores ou participantes dela, portanto, o tamanho das redes em questão é dado pela quantidade de assentados titulares, nesse caso, vinte.

Tabela 5 - Critérios Estruturais/PA São João Batista

Critérios estruturais	Redes		
	Influência	Informação	Cooperação/ajuda mútua
Tamanho	20	20	20
Densidade	0,071	0,042	0,324
Distância geodésica	0,889	0,958	0,401
Diâmetro	1,644	1	1,728
Coesão	0,111	0,042	0,599

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Conforme sistematizado na Tabela 5, a rede de cooperação/ajuda mútua apresenta 0,324 de densidade, isso significa que 32,4% do potencial de relações da rede estão sendo utilizados. Em comparação com as duas outras redes constata-se que a rede de informação possui a menor densidade [0,042%]. Os dados revelam as menores densidades nesta e na rede de influência.

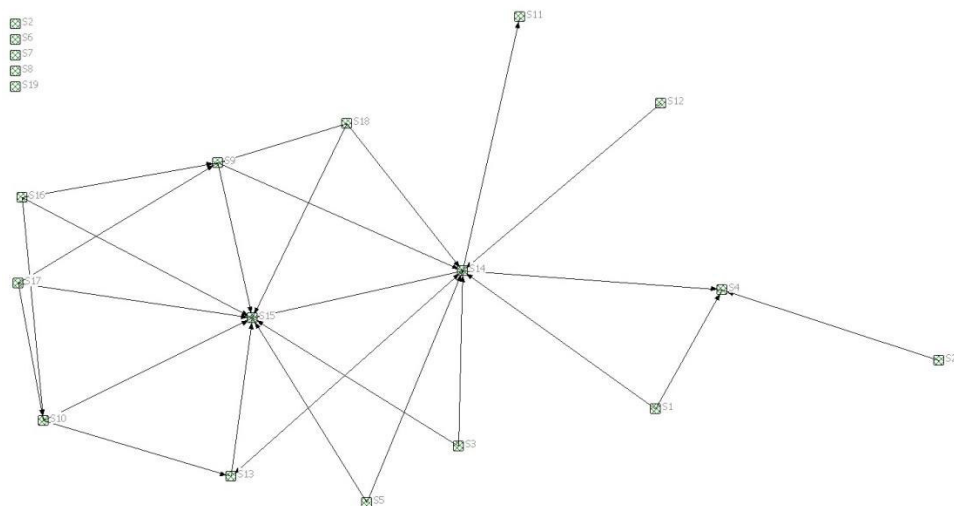
A distância geodésica é a menor trajetória entre os atores de uma rede. Normalmente associada à intermediação das relações por outros atores os índices desse critério indicam que quanto maior a distância entre os atores, menos se constata influência entre eles (VIEIRA, 2015). Verifica-se que na rede de influência esse índice é de 0,889; na rede de informação é 0,958 e na de cooperação é 0,401. Esses números revelam a quantidade de contatos que os atores precisam ter para alcançar qualquer outro dentro das redes. Nesse caso, a distância geodésica média está em torno de um indivíduo, o que significa dizer que é necessário apenas um contato para que cada ator tenha acesso a outros atores. São números que demonstram distâncias pequenas e, por extensão, a existência de maior influência entre os participantes das referidas redes.

O diâmetro é o número máximo de pessoas que precisam ser contatadas (NEIVA; PANTOJA, 2008) para que os atores mais distantes possam estabelecer contato e relações. Nas redes apresentadas o diâmetro variou entre 1 [na rede de informação] e 1,728 [na rede de cooperação/ajuda mútua], ou seja, uma, duas ou até três pessoas podem ser contatadas nas redes de cooperação/ajuda mútua e influência e apenas uma na rede de informação.

Pelo índice de coesão é possível entender o quanto uma rede está compactada. Este índice varia em uma escala de 0 a 100% de coesão e indica a reciprocidade das ligações (VIEIRA, 2015). Os índices apresentados nas três redes demonstram que a rede de cooperação aparece mais coesa [0,599] e a de informação [0,042] apresenta o menor grau de coesão.

As representações gráficas das redes de influência, informação e cooperação/ajuda mútua desse assentamento são apresentadas respectivamente nas Figuras 5, 6 e 7.

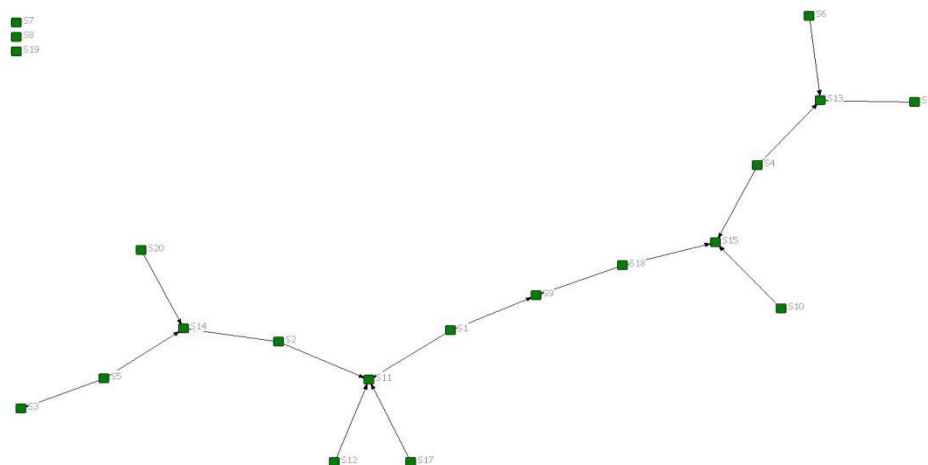
Figura 5 - Representação Gráfica da Rede de Influência/PA São João Batista



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesta rede os atores S2, S6, S7, S8 e S19 não estabelecem relações entre os demais, isto é, estão à margem da rede. O S15, o S14, o S4 e o S9 são aqueles que estabelecem o maior número de relações com os demais atores da rede.

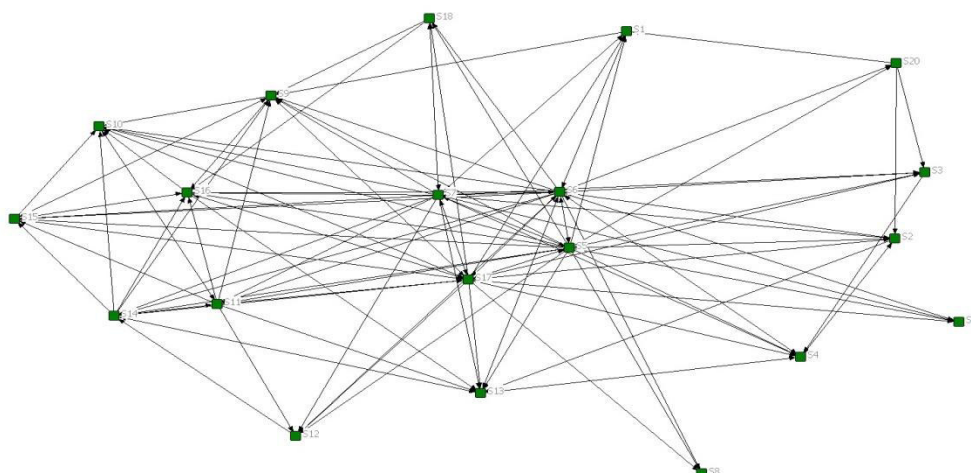
Figura 6 - Representação Gráfica da Rede de Informação/PA São João Batista



Fonte: Dados da pesquisa.

Na rede de informação os atores S7, S8 e S19 estão à margem da rede e não estabelecem relações com quaisquer dos outros atores, estes atores também aparecem “fora” da rede de influência. O S11 e o S15 são os atores que estabelecem o maior número de relações. O S14 e o S13 mantêm pouquíssimas relações.

Figura 7 - Representação Gráfica da Rede de Cooperação/Ajuda Mútua/PA São João Batista



Fonte: Dados da pesquisa.

Na rede de cooperação/ajuda mútua não existem atores à margem ou “fora” dela. Todos aparecem integrados e, de alguma forma, se relacionando com outros atores. Os atores que aparecem como aqueles que mais estabelecem relações são o S13, S6, S16 e o S17. Contudo, todos os demais aparecem como potenciais de relações no momento de cooperar ou necessitar de cooperação.

A centralidade de grau ou medidas centradas nos atores são, do mesmo modo, importantes no processo analítico das redes sociais. Neste trabalho são consideradas a centralidade do grau de saída e do grau de entrada. A centralidade é tida como uma medida que revela o quão importantes e prestigiados são os atores de uma rede.

O Quadro 4 apresenta os atores mais significativos do ponto de vista da centralidade de grau do PA São João Batista nas três redes analisadas.

Quadro 4 - Centralidade de Grau/PA São João Batista

Centralidade de grau	Redes		
	Influência	Informação	Cooperação/ajuda mútua
Saída	S1, S2, S5, S9, S10, S12, S13, S14, S6, S7, S8 e S20	S1, S2, S4, S5, S6, S10, S12, S6, S17, S18 e S20	S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7, S9, S10, S11, S12, S13, S14, S15, S16, S17, S18 e S20
Entrada	S4, S9, S10, S11, S13, S14 e S15	S3, S9, S11, S13, S14 e S15	S1 ao S20

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Na rede de influência as relações saem de mais da metade dos atores e entram em menos de dez [sete], como apresenta o Quadro 4. Na rede de informação uma situação parecida é constatada. Nessas duas redes as relações saem mais do

que entram. Na rede de cooperação/ajuda mútua a maioria dos atores [dezoito] estabelecem relações com outros [saída] e, quando se considera o grau de entrada, os dados revelam que todos os atores recebem relações. Nota-se que alguns atores aparecem tanto no grau de saída quanto no de entrada das redes analisadas e que há um potencial de relações em todas as redes, com destaque para a rede de cooperação/ajuda mútua.

Os atores críticos do PA São João Batista identificados são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Identificação dos Atores Críticos/PA São João Batista

Atores	Influência	Redes	
		Informação	Cooperação/ajuda mútua
Conector central	S9, S10, S13 e S14	-	S6, S14, S17
Expansor de fronteiras	S4 e S14	S1, S2, S4, S5, S9, S11, S13, S14, S15 e S18	-
Corretor de conteúdo transacional	S14, S9, S13 e S10	-	S17, S6, S5, S7, S14, S2, S13, S1, S9, S3, S11, S16, S4, S10 e S15

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Nesse nível da análise de redes sociais os papéis exercidos pelos atores são evidenciados. Aqui se identifica “quem” e o “que” representa.

Os atores S9, S10, S13 e S14 aparecem como conectores centrais; o S4 e o S14 aparecem como expansores de fronteiras e o S14, S9, S13 e S10 aparecem como corretores de conteúdo transacional ou de informação na rede de influência. O S14 apareceu como ator crítico que desempenha os três papéis dentro desta rede.

A rede de informação não apresenta atores críticos nas funções de conector central e corretor de conteúdo transacional. Como expansores de fronteiras aparecem dez atores, dentre eles o S14, que foi identificado nos três papéis da rede de influência.

Na rede de cooperação/ajuda mútua não aparecem atores como expansores de fronteiras, mas foram evidenciados o S6, S14 e S17 como conectores centrais e quinze atores como corretores de conteúdo transacional, dentre eles, o S14. O S14, a título de informação, é o presidente desse assentamento. Infere-se, a partir daí, que parece haver uma concentração de papéis nesse ator, mesmo que ele não apareça como conector central e corretor de conteúdo transacional na rede de informação e como expansor de fronteiras na rede de cooperação.

4.1.2 Assentamento 2: PA Picos

O tamanho, a densidade, a distância geodésica, o diâmetro e a coesão das redes analisadas do PA Picos são apresentados na Tabela 6. Como no PA São João Batista, o tamanho das redes do PA Picos corresponde a vinte [quantidade de titulares assentados].

Tabela 6 - Critérios Estruturais/PA Picos

Critérios estruturais	Redes		
	Influência	Informação	Cooperação/ajuda mútua
Tamanho	20	20	20
Densidade	0,129	0,071	0,276
Distância geodésica	0,624	0,878	0,411
Diâmetro	3,275	2,118	2,047
Coesão	0,376	0,122	0,589

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

A rede de cooperação/ajuda mútua apresenta a maior densidade [27,6%] e a rede de informação apresenta a menor [07,1%]. O potencial relacional no que se refere à cooperação entre os assentados se destaca como o mais propício, embora haja um potencial de relações considerável [tendo como base as três medidas de densidade] na rede de influência [12,9%].

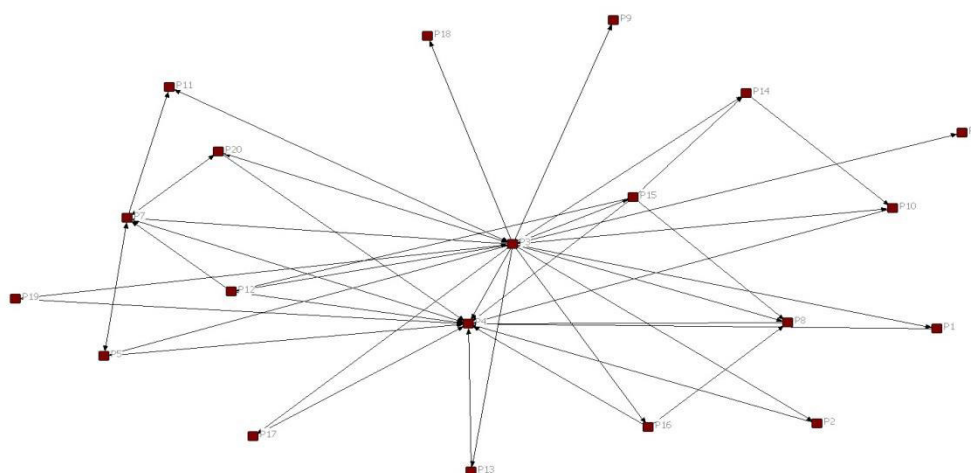
A distância geodésica média dessas redes também esteve em torno de um indivíduo; a rede de influência apresentou um índice intermediário [0,624], a de informação o maior [0,878] e a de cooperação/ajuda mútua o menor [0,411]. Nas redes desse assentamento parece haver também a presença de maior influência.

Os índices relacionados ao diâmetro nessas redes mostram que mais pessoas precisam ser contatadas para que os atores mais distantes possam estabelecer contato: cerca de três na rede de influência [3,275] e de duas nas redes de informação [2,118] e cooperação/ajuda mútua [2,047].

Os índices de coesão foram definidos como sendo de 0,376 para a rede de influência, 0,122 para a de informação e 0,589 para a de cooperação/ajuda mútua, esta última se apresentando como a que possui a maior coesão.

As Figuras 8, 9 e 10 representam graficamente as redes de influência, informação e cooperação/ajuda mútua do PA Picos.

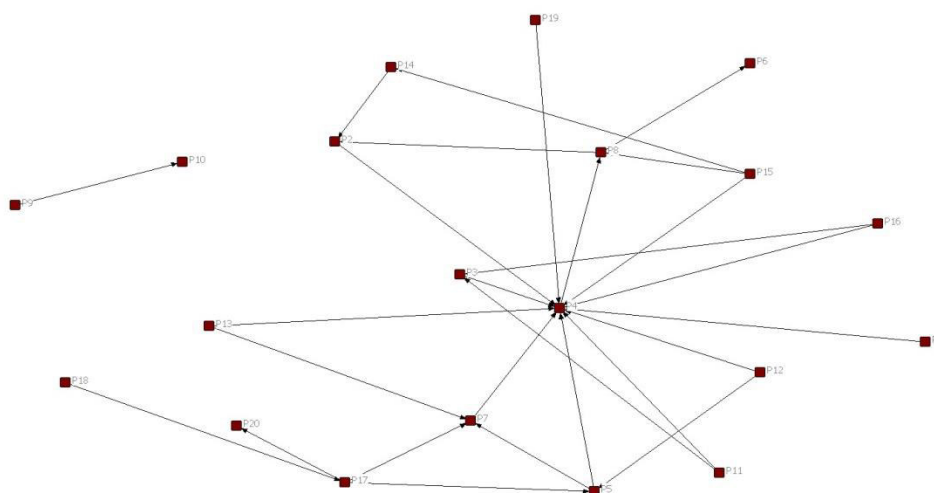
Figura 8 - Representação Gráfica da Rede de Influência/PA Picos



Fonte: Dados da pesquisa.

A representação gráfica desta rede [Figura 8] permite deduzir que não há atores “excluídos” das relações. Existem atores que estabelecem uma, duas, três ou quatro conexões tanto no nível de saída como no de entrada. O P4 [presidente do assentamento] aparece como o ator que estabelece o maior número conexões e, por conseguinte, parece ser aquele com maior influência.

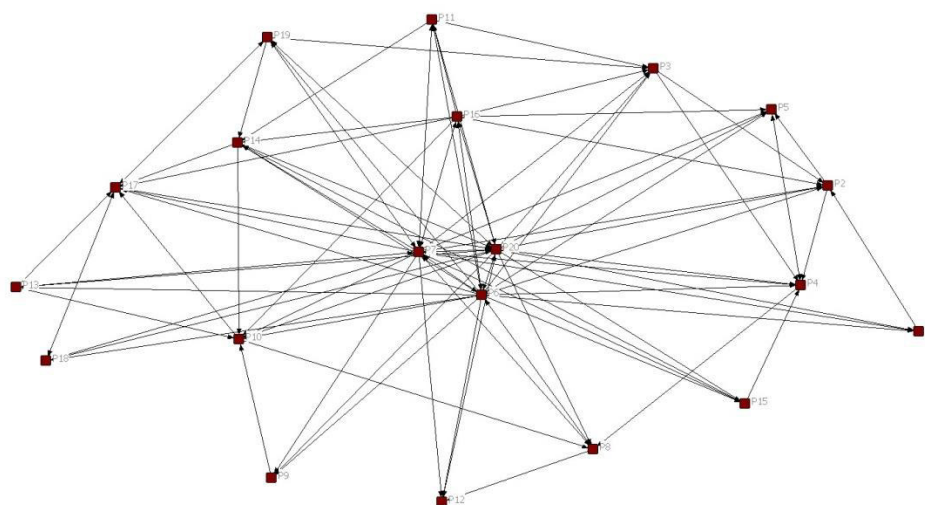
Figura 9 - Representação Gráfica da Rede de Informação/PA Picos



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 9 revela que também nesta rede o P4 apresenta o maior número de conexões, sendo ele o ator que parece difundir as informações com mais intensidade dentro do assentamento. O P9 e o P10, ao estarem à parte das conexões da rede, aparecem como um subgrupo, o que sugere uma afinidade do P9 para com o P10, uma vez que é do P9 que parte a ligação [relação unidirecional].

Figura 10 - Representação Gráfica da Rede de Cooperação / Ajuda Mútua / PA Picos



Fonte: Dados da pesquisa.

A rede de cooperação/ajuda mútua representada pela Figura 10 aparece mais compactada, revelando que muitos atores estabelecem conexões uns com os outros. Os atores P7, P20, P6, P4 e P3 se destacam pela quantidade de conexões estabelecidas. Nesta rede também parece existir um potencial relacional considerável em matéria de cooperação e ajuda mútua entre os assentados. Os atores identificados como os mais significativos no que se refere ao índice de centralidade do grau de saída e do grau de entrada do assentamento são apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 - Centralidade de Grau/PA Picos

Centralidade de grau	Redes		
	Influência	Informação	Cooperação/ajuda mútua
Saída	P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P10, P11, P12, P13, P14, P15, P16, P17, P19 e P20	P1, P2, P3, P4, P5, P7, P8, P9, P11, P12, P13, P14, P15, P16, P17, P18 e P19	P1 ao P20
Entrada	P1 ao P20	P2, P3, P4, P4, P5, P6, P7, P8, P10, P14, P17 e P20	P1 ao P20

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A centralidade dos graus de saída e de entrada aparece concentrada em vários atores das três redes. Destaca-se o grau de entrada da rede de influência e os graus de saída e de entrada da rede de cooperação/ajuda mútua uma vez que todos os atores da rede aparecem. Isso significa deduzir que os laços relacionais dos atores – tanto aqueles que direcionam suas relações quanto aqueles cujas relações são a eles direcionadas – são mais expressivos, representando um

potencial relacional no que tange à influência, informação e cooperação/ajuda mútua.

No Quadro 7 os atores críticos do PA Picos são identificados.

Quadro 7 - Identificação dos Atores Críticos/PA Picos

Atores	Redes		
	Influência	Informação	Cooperação/ajuda mútua
Conector central	P3 e P7	P5 e P8	P7 e P20
Expansor de fronteiras	P3	P4, P8 e P17	-
Corretor de conteúdo transacional	P3, P7, P4, P11, P20, P10, P12 e P14	P4, P8, P17, P5, P2, P7, P14	P7, P20, P4, P8, P10, P2, P17, P6, P14, P19, P3, P12 e P5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Como conectores centrais dois atores aparecem em cada uma das redes analisadas. O papel de expansor de fronteiras também é exercido por poucos atores nas redes de influência e informação e na rede de cooperação/ajuda mútua constata-se que nenhum ator aparece nesse papel. Os dados permitem visualizar que o papel de corretor de conteúdo transacional é o mais representado pelos atores do assentamento, especialmente no que tange à rede de cooperação/ajuda mútua.

4.1.3 Assentamento 3: PA Modelo

A Tabela 7 apresenta os critérios estruturais – tamanho, densidade, distância geodésica, diâmetro e coesão – do PA Modelo. Diferentemente dos dois outros assentamentos, o tamanho das redes analisadas corresponde a quarenta, número referente aos assentados titulares.

Tabela 7 - Critérios Estruturais/PA Modelo

Critérios estruturais	Redes		
	Influência	Informação	Cooperação/ajuda mútua
Tamanho	40	40	40
Densidade	0,044	0,030	0,109
Distância geodésica	0,934	0,957	0,668
Diâmetro	1,536	1,656	3,420
Coesão	0,066	0,043	0,332

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

A análise dos números da Tabela 7 evidencia que a rede com a maior densidade é a de cooperação/ajuda mútua [10,9%], seguida da rede de influência [04,4%] e da rede de informação [03,0%] que possui a menor. Em comparação com as redes do PA São João Batista e do PA Picos e levando em conta que o tamanho dessas redes é maior, elas parecem ser menos densas, o que pode significar a

existência de fragilidade entre os laços relacionais em termos de difusão de informação e de potenciais trocas.

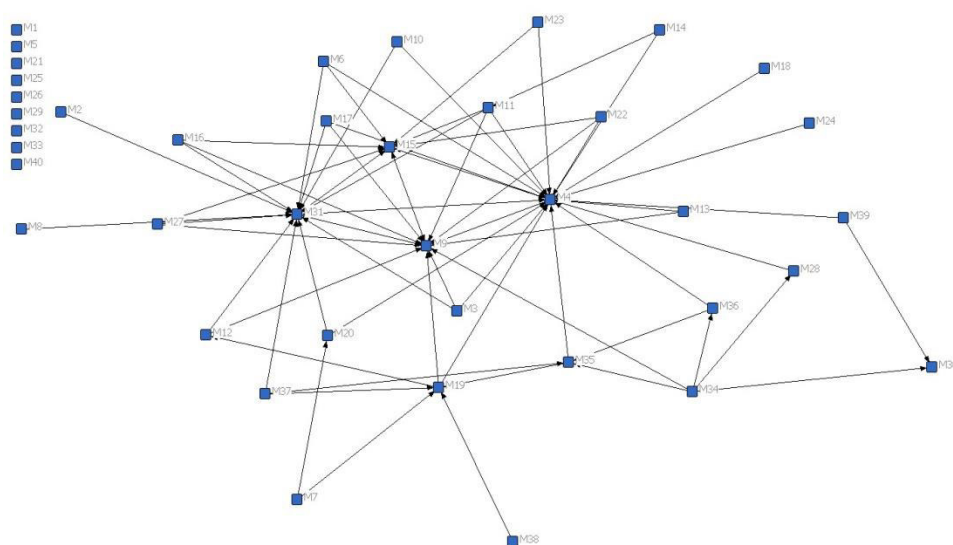
A distância geodésica das redes desse assentamento revela, como nos demais assentamentos, a necessidade de um indivíduo para que um ator tenha acesso a outros com demandas de 0,934 na rede de influência, 0,957 na rede de informação e 0,668 na rede de cooperação/ajuda mútua.

Na rede de influência o diâmetro foi definido como 1,536 e na de informação como 1,656. Nessas duas redes é necessário que uma ou duas pessoas sejam contatadas para os atores mais distantes estabelecerem seus contatos; na rede de cooperação/ajuda mútua são necessárias mais de três pessoas uma vez que o diâmetro apresentado é 3,420.

Em termos de coesão, a rede de cooperação/ajuda mútua aparece como a mais coesa, com um grau de 0,332, seguida da rede de influência [0,066] e da rede de informação [0,043] com graus de coesão mais próximos.

As Figuras 11, 12 e 13 apresentam as representações gráficas das redes.

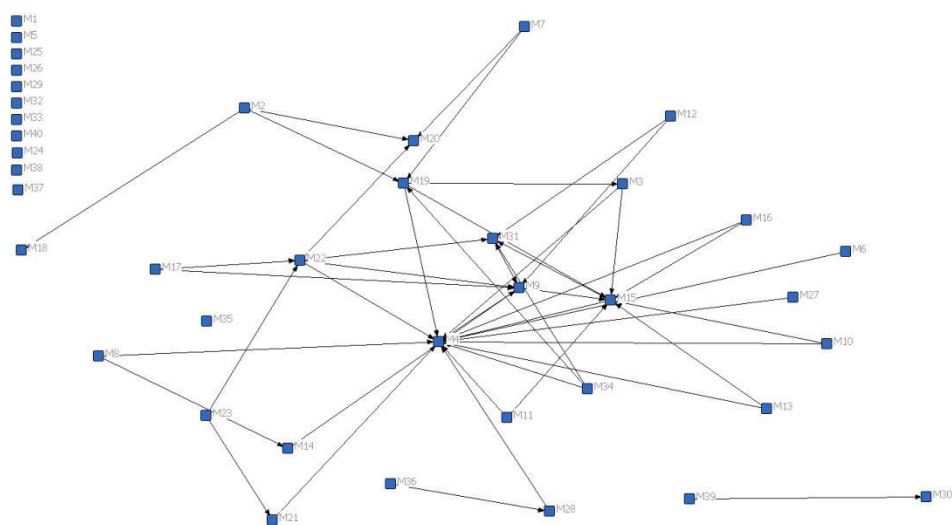
Figura 11 - Representação Gráfica da Rede de Influência/PA Modelo



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesta rede há oito atores à margem [M1, M5, M21, M25, M26, M29, M32, M33 e M40] que não estão estabelecendo relações com os outros atores. Em contrapartida aparecem quatro atores [M4, M31, M9 e M15] com o maior número de relações estabelecidas. Dentre esses, o M15, com o maior número de ligações, é o presidente atual do assentamento e o M31 é o presidente anterior.

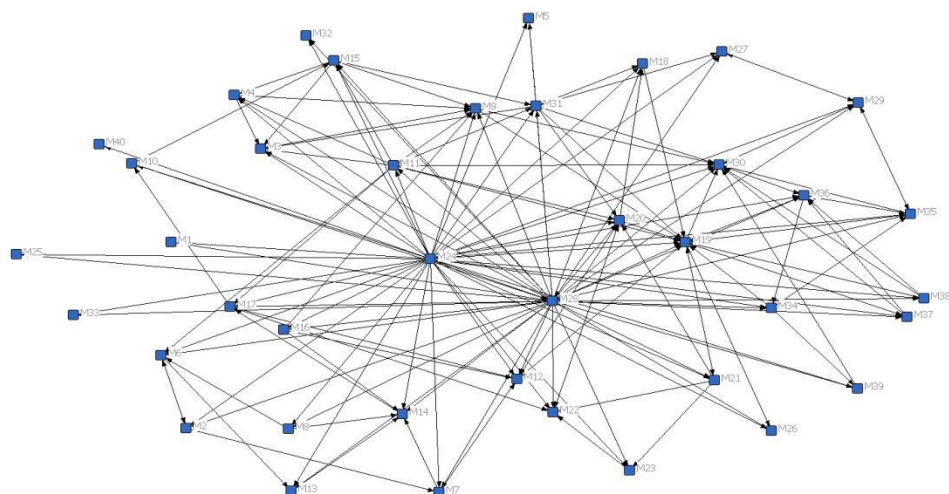
Figura 12 - Representação Gráfica da Rede de Informação/PA Modelo



Fonte: Dados da pesquisa.

Em comparação com a rede de influência, o M21 que aparece à margem da rede anterior está integrado nesta. Os atores M24, M38 e M37 dentro da anterior, aparecem à margem desta. Nota-se a formação de um subgrupo: uma ligação que parte do M39 em direção ao M30. Nota-se aqui que também o M4 [o presidente] estabelece o maior número de relações.

Figura 13 - Representação Gráfica da Rede de Cooperação/Ajuda Mútua/ PA Modelo



Fonte: Dados da pesquisa.

A exemplo das redes de cooperação/ajuda mútua dos outros dois assentamentos, esta rede aparece mais compactada. Não se verifica nenhum ator à margem dela e vários atores aparecem mantendo ligações. As conexões

visualizadas permitem concluir que há um potencial de relações e de troca presente entre os atores.

Os atores críticos identificados no nível da centralidade de grau das redes analisadas do PA Modelo são apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 - Centralidade de Grau/PA Modelo

Centralidade de grau	Redes		
	Influência	Informação	Cooperação/ajuda mútua
Saída	M2, M3, M4, M6, M7, M8, M9, M10, M11, M12, M13, M14, M15, M16, M17, M18, M19, M20, M22, M23, M24, M27, M28, M31, M34, M35, M36, M37, M38 e M39	M2, M3, M6, M7, M8, M9, M10, M11, M12, M13, M14, M15, M16, M17, M19, M21, M22, M23, M27, M28, M31, M34, M36 e M39	M2, M3, M4, M6, M7, M8, M9, M10, M11, M12, M13, M14, M15, M16, M17, M18, M19, M20, M21, M22, M23, M24, M27, M28, M29, M30, M31, M34, M35, M36, M37, M38 e M39
Entrada	M4, M9, M11, M12, M15, M19, M20, M28, M30, M31, M35 e M 36	M3, M4, M9, M14, M15, M18, M19, M20, M21, M22, M28, M30 e M31	M1 ao M40

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Tanto a centralidade dos graus de saída e do grau de entrada da rede de cooperação/ajuda mútua merece destaque. É uma rede na qual trinta e três atores estabelecem laços com outros e todos os outros recebem conexões, isto é, laços são estabelecidos com eles; o potencial relacional nesse nível de análise aparece de forma significativa tendo em vista os laços que saem e que entram.

As redes de influência e informação apresentam um número mais ou menos semelhante quanto à centralidade de grau dos atores com variações para mais na centralidade do grau de saída da rede de influência em detrimento da rede de informação e para mais na centralidade do grau de entrada na rede de informação em detrimento da rede de influência. O M4 [o presidente] aparece em todos os graus de entrada e de saída das redes, exceto no grau de saída da rede de informação. Isso pode ser explicado pelo fato dele ser o ator responsável por propagar “as notícias” dentro do assentamento. Os outros atores o procuram e o caso contrário não ocorre, os laços são recebidos por ele e não “saídos” dele.

Quanto à identificação dos atores críticos, os dados do Quadro 9 sugerem que o papel de corretor de conteúdo transacional é representado por um número maior de atores da rede de cooperação/ajuda mútua. Na mesma rede dois [M19 e

M35] representam o papel de conector central e nenhum aparece como expensor de fronteiras.

Quadro 9 - Identificação dos Atores Críticos/PA Modelo

Atores	Redes		
	Influência	Informação	Cooperação/ajuda mútua
Conector central	M4, M9, M15, M19, M31 e M35	M9, M15, M19, M22 e M31	M19 e M35
Expansor de fronteiras	M4, M19 e M31	M3, M4 e M28	-
Corretor de conteúdo transacional	M4, M31, M19, M9, M35, M20, M15, M11, M12, M28 e M36	M15, M31, M19, M9, M22, M14, M28 e M21	M28, M19, M35, M37, M20, M17, M22, M12, M15, M9, M27, M31, M36, M14, M10, M7, M30, M34, M2, M21, M6, M13, M29, M3 e M39

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Alguns atores aparecem como conectores centrais, expansores de fronteiras e corretores de conteúdo transacional nas redes de influência e informação. A partir dos dados constata-se que o papel representado pelo maior número de atores nos três assentamentos é o de corretor de conteúdo transacional na rede de cooperação/ajuda mútua.

4.1.4 Análise Discursiva das Redes Sociais Mapeadas

O mapeamento das redes de influência, informação e cooperação/ajuda mútua nos três projetos de assentamento de Reforma Agrária do PNCF no município de Unaí/MG permitiu elaborar um contexto comparativo-discursivo dos resultados apresentados.

Para todos os efeitos e a princípio, reforça-se a concepção de que a análise das configurações das redes sociais evidencia as trocas, a reciprocidade e o engajamento social no campo dos agronegócios, como destaca Mizruchi (2009). A análise das redes formadas pelos sujeitos que coexistem no meio rural e seus reflexos nas ações coletivas permitem vislumbrar as dinâmicas sociais que podem refletir em seu desenvolvimento social, econômico e político. Redes mais fragmentadas e menos coesas do ponto de vista dos conteúdos transacionais [aquilo que se troca] podem dificultar, atrasar, impedir ou mesmo anular as chances para isso.

Para Saraiva de Loreto, Souza e Cunha (2010) o estudo das redes em comunidades rurais de assentados da Reforma Agrária é um campo para a

compreensão do papel dos atores no processo de interação e de influências estruturais que permitem uma análise do desenvolvimento rural como produto de uma complexa rede de relações entre os atores sociais.

Neste estudo, os resultados das redes analisadas dos projetos de assentamento revelam, em maior ou menor grau, um potencial de trocas e de relações que efetivamente acontecem ou que podem vir a se estabelecer entre os atores das redes.

Os dados levantados apontam que as redes mais coesas do ponto de vista estrutural parecem ser as de cooperação/ajuda mútua nos três assentamentos. Os atores, por meio de uma análise observacional dos critérios estruturais desta rede, parecem estar mais dispostos a cooperar uns com os outros ou a solicitar cooperação. Parece haver uma conformidade grupal entre os atores dessas redes à medida que a coesão está relacionada com o encurtamento dos canais de comunicação mediante a interação entre os atores e o compartilhamento de ideias, conceitos e crenças entre eles (VIEIRA, 2015).

Uma orientação do ponto de vista da mobilização coletiva das redes sociais de agricultores, segundo Sabourin (2009), pressupõe a participação deles na manutenção e reprodução de relações e de estruturas econômicas e sociais de reciprocidade que produziriam valores humanos. A cooperação, conforme seu conceito mais básico – trabalho em conjunto (FERREIRA, 2010) – intensificaria a noção de reciprocidade e de mutualidade, reproduzindo valores e ações reconhecidos entre os atores das redes, como os de ajuda mútua.

Por seu turno, a mobilização coletiva envolve, necessariamente, a cooperação dos indivíduos que não têm pretensões advindas do interesse próprio, mas de necessidades comuns (NASSAR, 2001).

As redes de informação dos três assentamentos parecem ser as menos coesas; a rede de informação do PA São João Batista merece destaque porque, embora não apresente subgrupos, aparece como a menos compactada de todas em função do número reduzido de ligações, apresentando três atores à margem. A rede de informação do PA Modelo indica um subgrupo e onze atores à margem. A do PA Picos também apresenta um subgrupo. Isso pode indicar que os canais de comunicação nessas redes estão mais distantes, que há pouco compartilhamento e troca e maior assimetria de informação e ainda, que os atores são menos afetados por padrões de conformidade grupal (VIEIRA, 2015).

As redes de influência aparecem em uma posição intermediária. Seu nível de coesão, em comparação com as redes de cooperação/ajuda mútua e com as redes de informação é mediano. Nas redes de influência do PA São João Batista e do PA Modelo verifica-se atores à margem, não indicando nenhum potencial de influência proveniente deles.

No que se refere à centralidade de grau, uma medida que avalia o potencial de centralidade de um ator e o número de laços que ele estabelece (VIEIRA, 2015), os graus de saída e de entrada das redes analisadas dos três assentamentos evidenciam a rede de cooperação/ajuda mútua como a que possui maior número de atores nessas posições. Todos os atores dessa rede do PA Picos aparecem estabelecendo laços.

Vieira (2015) explica que os atores que buscam estabelecer mais laços (saída) são os que possuem maiores habilidades para acessar recursos e compartilhar suas opiniões. Esses atores, conforme o autor, são chamados de indivíduos influentes. Os que recebem mais laços (entrada) possuem mais prestígio e importância. Também Lago Júnior (2005), ao considerar os laços estabelecidos entre os atores, destaca aqueles com maior número de laços como os mais populares e/ou receptivos. Como já observado na apresentação dos dados do PA Picos quanto à centralidade de grau, pode-se afirmar que todos os atores da rede de cooperação/ajuda mútua desse assentamento parecem ser influentes, receptivos e prestigiados.

Fato a ser observado é que nas redes de influência e informação do PA Modelo e do PA São João Batista e na rede de informação do PA Picos as conexões “saem” mais dos atores do que “chegam”, o que pode indicar uma predisposição desses atores para estabelecer laços com outros. Já na rede de influência do PA Picos constatou-se que todos os atores recebem conexões, indicando que eles podem ser mais receptivos às relações.

A análise dos atores críticos objetiva identificar o papel dos atores das redes estudadas (CARVALHO NETO, 2009) e pode indicar ainda as pessoas com maior prestígio informal que são peças-chave na execução das tarefas e para o funcionamento da rede (VIEIRA, 2015).

Os atores críticos mais indicados nas redes de influência, informação e cooperação/ajuda mútua dos três assentamentos são aqueles que desempenham o papel de corretor de conteúdo transacional ou de informação, exceto na rede de

informação do PA São João Batista, uma vez que nenhum ator foi indicado, revelando que em termos de informação, nesse assentamento não há corretor de conteúdo transacional.

O corretor de conteúdo transacional é entendido como o ator que está mais próximo, mesmo que de forma indireta, de todos os atores da rede (CARVALHO NETO, 2009); é ele que mantém a comunicação entre os diversos subgrupos de uma rede informal ao uni-los; também é seu papel impedir que a rede se fragmente em subunidades menores e menos eficientes, em outras palavras, o corretor de conteúdo transacional auxilia na organização difundindo informações e promovendo a conectividade entre sub-redes (CROSS; PARK, 2004 *apud* VIEIRA, 2015). A partir dos dados das redes, infere-se que aparentemente nos assentamentos existem atores que se aproximam dos demais, se preocupam com a difusão das informações e com a preservação das conexões estabelecidas.

O número de atores que desempenham o papel de conectores centrais nas redes de influência e informação do PA Modelo, ainda que não significativo em virtude do tamanho dessas redes, é maior do que o número de atores no mesmo papel dos outros assentamentos. Somente na rede de cooperação/ajuda mútua desse assentamento esse número [dois atores] é superado pelo número de conectores centrais [três atores] do PA São João Batista. Em compensação o PA São João Batista não possui conectores centrais na rede de informação e possui somente quatro na rede de influência. O PA Picos possui dois atores como conectores centrais em todas as três redes.

O Conector central, lembrando as explicações de Neiva e Pantoja (2008), é o ator responsável por ligar a maior parte de uma rede informal umas com as outras; ele se engaja em vários aspectos relacionados ao trabalho e dá suporte ao grupo ao responder a várias demandas e auxiliar na solução de problemas (VIEIRA, 2015). São os atores, como explica Carvalho Neto (2009, p. 73) “[...] que possuem um desproporcional número de relacionamentos na rede”.

De forma geral, a identificação de poucos conectores centrais nas redes analisadas indica que aparentemente há poucos indivíduos com um número grande de relações e que procuram interligar as pessoas das redes, aproximando-as umas às outras. Do mesmo modo, deduz-se que poucos são aqueles que se envolvem com os problemas das comunidades e procuram resolvê-los.

O expansor de fronteiras é considerado o ator que conecta uma rede social com outras partes de uma organização ou outras organizações (NEIVA; PANTOJA, 2008) fazendo o papel de interfaceador entre os subgrupos (CARVALHO NETO, 2009). Sua importância, conforme Vieira (2015), reside no fato de ser ele uma via pela qual um grupo acessa outros grupos ou faz o repasse de recursos e informações essenciais para a realização de tarefas.

Poucos foram os atores observados nas redes analisadas que aparecem exercendo o papel de expansor de fronteiras. A rede que apresenta mais atores [10] nessa posição é a de informação do PA São João Batista. Nas redes de cooperação/ajuda mútua dos três assentamentos não aparecem atores como expansores de fronteiras. Na rede de influência dos PA's São João Batista, Picos e Modelo os expansores de fronteiras variam entre um e três atores. Na rede de informação dos PA's Picos e Modelo aparecem três atores.

A despeito do papel importante desse ator dentro das redes como afirma Vieira (2015), pouco foi observada a ocorrência deles nas redes estudadas, especialmente no que tange à rede de cooperação/ajuda mútua. Esse fato pode significar que apenas alguns atores providenciam conexões críticas entre redes informais ou sub-redes dentro das próprias redes ou com outras redes de outros assentamentos. Pode-se inferir também que o potencial de acesso a recursos e informações é reduzido, limitando as possibilidades de conexões importantes para o desenvolvimento de tarefas nos assentamentos.

Sobre a natureza dos papéis exercidos pelas pessoas e tendo como base a diversidade de ligações entre elas Silva (2003) faz menção à rede pessoal. Segundo ele uma das mais importantes características dessa rede é que as pessoas são ligadas entre si por variadas razões e “o estudo das redes sociais é em parte o estudo das maneiras como as relações associadas aos papéis influenciam-se mutuamente” (SILVA, 2003, p. 73). Ao citar a interconexão de papéis em qualquer campo de atividade, o autor ressalta que pode haver uma sobreposição de papéis dentro das redes.

Essa concepção teórica citada por Silva (2003) coaduna com os resultados encontrados neste estudo. Procurou-se, além de coletar os dados relacionados às redes, entender que tipo de ligação os atores indicados pelos respondentes mantinham com eles. Verificou-se, em muitos casos, que as ligações pessoais extrapolam uma simples ligação baseada em vizinhança. Especialmente no PA São

João Batista constatou-se que quatro dos assentados titulares são irmãos. Isso significa que além de vizinhos possuem grau de parentesco consanguíneo. Dessa situação surgem outros tipos de ligações, como a de compadrio ou de parentesco por afinidade.

No PA Modelo notou-se, dentre os titulares, um pai e dois de seus filhos estabelecidos em lotes. Verificou-se também relações de amizade e de coleguismo no PA Picos. Nesse sentido, Silva (2003) explica que esses tipos de ligações, por ele denominadas de multiplex [uma sobreposição de papéis entre duas pessoas], vão se tornando mais fortes ao longo do tempo na proporção em que os papéis se reforçam mutuamente.

Saraiva de Loreto, Souza e Cunha (2010) pressupõem, no que diz respeito às ligações de parentesco existentes entre as famílias assentadas, que elas podem ser importantes para a construção de uma identidade com o lugar em que vivem e podem contribuir com a permanência das famílias nos assentamentos. Essas ligações de proximidade, segundo os autores, também são relevantes para a sociabilidade porque muitos dos grupos de alianças são construídos em seu próprio *locus*, contribuindo para o estabelecimento de redes sociais locais.

4.2 Análise das Informações Provenientes dos Grupos de Foco

Foi realizada a análise categorial temática para sistematização dos dados qualitativos oriundos dos grupos focais. A categorização dos dados possibilitou o agrupamento das informações convergidas a um mesmo foco. Três foram os focos investigativos principais dessa etapa da pesquisa que se converteram nas categorias analisadas: 1^o) o dia a dia das comunidades; 2^o) compartilhamento e troca e 3^o) informação.

4.2.1 O Dia a Dia das Comunidades

Procurou-se investigar, a partir da realização dos grupos focais, como é o dia a dia dos assentados e da comunidade em relação ao trabalho e às suas mobilizações em torno de mutirões, rezas, festas, quermesses, barraquinhas e outras comemorações que objetivem a reunião das pessoas nos assentamentos. Do mesmo modo buscou-se informações sobre como são tratadas as questões mais “sérias” e quem, normalmente, despense esforços para a implementação de projetos

e para a solução de problemas de interesse comum [assuntos financeiros, projetos de capacitação e de comercialização de produtos, construção e melhoria de espaços comunitários como igrejas, escolas, sede das associações, pontos de ônibus, poços artesianos, transporte etc.].

A análise do discurso dos integrantes dos grupos focais evidenciou algumas representações que os assentados fazem das suas ações individuais, familiares e coletivas e de seu desenvolvimento econômico e social. Manifestações verbais que denunciam conflitos e desintegração parcial das relações entre os associados também apareceram no conjunto dos relatos.

No “*começo*”, como relatado pelos participantes da pesquisa dos três assentamentos, havia desejo, participação e interesse da comunidade por organização, progresso e sustentabilidade. Com o passar do tempo e com o aparecimento de conflitos e de problemas os assentados vão perdendo o entusiasmo e mesmo a motivação para a participação coletiva. Isso fica claro no depoimento de um dos participantes do grupo focal do PA Picos: “*o povo não é unido... o povo não tem união... às vezes a gente marca alguma coisa e o povo não vai...*”.

A participação coletiva, contudo, não parece deixar de acontecer como constatado durante o período de aculturação e pesquisa de campo; pelas evidências da pesquisa infere-se apenas que se fragmentaram parcialmente, resultando em “*panelinhas*” ou “*igrejinhas*”, subgrupos coesos das redes de relações que, segundo Silva (2003), se formalizam tendo em vista um grau de afinidade entre os atores.

A presença do “*carona*”, conceito expresso por Olson (2011) na lógica da ação coletiva, também ficou evidente em algumas situações presenciadas no campo de pesquisa. Exemplo disso foi a iniciativa, no PA Picos, para a venda de uma rifa cuja renda seria revertida para a construção da sede da Associação. Durante a reunião mensal deste assentamento verificou-se que alguns dos associados se recusaram a participar dessa ação. O fato de não terem tido incentivos para contribuir para a aquisição do bem não exclui o interesse nem anula as possibilidades de sua utilização por parte dos que não contribuíram, como explica Nassar (2001).

No que se refere ao cotidiano de trabalho nos assentamentos, foi expresso pelos participantes dos grupos focais que o trabalho é rotineiro e normalmente

individual. O mutirão é uma prática comum entre os assentados e atitudes de solidariedade foram relatadas conforme as verbalizações dos participantes:

- *É... trabalha mais individual né?... Cada um cuida do seu lote. É... quando o trabalho é coletivo, é o sistema de mutirão, fazemos mutirão, unimos todo mundo e realizamos o que tem que ser feito”* [assentado PA Modelo].
- *“No assentamento... cada um faz o seu, quando a gente começou tinha mutirão, agora cada um cuida do seu”* [assentado PA Picos].
- *“...aqui nós levanta todo dia cedo né?... Tem que levantar cedo pra tirar o leite, tratar dos bicho... e depois a gente faz qualquer coisa durante o dia, no intervalo do dia. Todo dia. Dia a dia”* [assentado PA Modelo].
- *Todo dia... não para não, é corrido, cê levanta cedo e vai até de tarde sem parar, só forga na hora dos alimentos. O resto é corrido, olha uma coisa aqui, outra ali e olha lá que tem muita coisa que fica sem olhar...”* [assentado PA São João Batista].
- *...teve um dia que nós chegou aqui e tava tudo capinado aqui, minha porta todinha”* [assentada PA Modelo].

O assentado do PA Picos ressaltou que poucos mutirões foram realizados nos oito anos do assentamento, esses mutirões foram realizados principalmente no sentido de limpar a “roça” e de capinar a “cana”. Somente uma cerca foi construída nesse sistema de trabalho, mas poucos dos assentados participaram, conforme fica explícito em sua fala: *“Fez só aquela ali da ponte [a cerca], mais dos vinte mesmo foi só cinco”*.

Embora nem todos participem dos mutirões, ações isoladas de solidariedade ocorrem. Os assentados procuram ajudar no sentido de alimentar os animais, “olhar” os lotes e até limpá-los na ausência temporária dos vizinhos.

Sabourin, Oliveira e Xavier (2007) explicam que a construção e reconstrução de práticas de ajuda mútua ou mutirão como relatado pelos participantes são dependentes de proximidade, de relações de parentesco e de reciprocidade bilateral como amizade ou da necessidade e da capacidade de compartilhar recursos.

Para esses autores a reciprocidade nesse tipo de relação depende do reconhecimento do outro, da abertura do círculo ao conjunto das famílias do

assentamento e não de uma divisão ou de um fechamento em pequenos clãs ou “panelinhas”. Os autores ainda ressaltam:

Tais situações apenas geram sentimentos de rancor, de ódio, de ciúme, de frustração e, portanto, de impotência e de incompetência. Isto é, tudo o contrário dos sentimentos de identidade coletiva positivos: conquista da terra e dos meios de produção autônoma, reconstrução da dignidade e da cidadania, que geralmente são oriundos das relações de reciprocidade na fase de luta e de aprendizagem coletiva (SABOURIN; OLIVEIRA; XAVIER, 2007, p. 48-49).

Nessa perspectiva, os autores atentam para a organização coletiva e para a constatação de uma identidade comum no que se refere aos propósitos das pessoas no período “pré-assentamento”, na fase da luta pela terra e da conquista da autonomia produtiva e sugerem que esse espírito precisa perdurar na fase de assentamento.

Todavia, como explicam Almeida *et al.* (2009), nos assentamentos de Reforma Agrária há uma complexidade de relações sociais e o conflito está presente, advindo não só do confronto com os outros, os representantes do Estado e do latifúndio, mas, sobretudo, com o outro, o próprio assentado. Segundo esses autores processos de aprendizagem e de inovação permitiriam a reprodução das famílias assentadas que recriariam espaços de vivências e convivências e se tornariam aprendizes de novas e densas relações sociais mais favoráveis às ações participativas e coletivas, além do mais, estão incrustadas também na própria concepção de associação as ações coletivas pautadas nos princípios da cooperação (CARVALHO; RIOS, 2007), não podendo ser ignoradas ou negligenciadas pelos assentados-associados.

Fonseca e Fiuza (2015) afirmam que a fé e a crença dos assentados são elementos que também mobilizam sujeitos nos casos de ação coletiva. A mesma questão é observada por Sabourin, Oliveira e Xavier (2007) ao sustentarem que a mística religiosa cria um sentimento de identidade e reciprocidade coletiva apesar dela não funcionar para reconstruir estruturas de reciprocidade na produção do tipo ajuda mútua ou mutirões no caso de pequenos grupos de novos proprietários.

No dia a dia das comunidades, o conjunto de dados verbalizados revela a presença de diferentes tipos de comemorações [das próprias associações, religiosas, datas especiais como o dia das mães, dos pais, das crianças ou até sem motivo aparente]. Nos relatos dos participantes constatou-se que após todas as

ações de mutirões habitualmente há uma comemoração que pode ser “*um churrasquinho*” ou “*uma janta*”, revelando que festejam o trabalho realizado em conjunto.

Os participantes do PA Picos relataram que sempre fazem a festa de São Sebastião, santo que dá nome à associação. Essa comemoração acontece sempre na casa do presidente no mês de janeiro: “*É uma reza e uma janta pra todo mundo e depois a gente dança um forró*”. As mulheres da comunidade se reúnem para cozinhar e dividem as tarefas nessas ocasiões, segundo uma das entrevistadas elas são mais predispostas a conviverem em comunidade porque “*...são mais concordadas que os homens, as mulheres são mais alegres que os homens, eles são bem fechados*”. Outras comemorações também acontecem nesse assentamento, como festas juninas: “*De festa também tem a fogueira de São João. Aí todo ano sorteia um para ser na casa dele. Ano que vem vai ser na casa do Chicão... e enquanto não visitar a casa de todos os vinte não vai começar de novo, quem já fez a festa não entra no sorteio até ser na casa de todos*”.

No PA Modelo as verbalizações dos entrevistados revelam o acontecimento de festas, missas e rezas. As missas e rezas são realizadas também nas casas das pessoas ou na comunidade de Santo Antônio do Boqueirão, próxima ao assentamento. Todos os sábados os assentados evangélicos se reúnem numa Igreja Batista [que se encontra em construção numa parcela de lote cedida por um assentado] para os cultos.

As festas nesse assentamento acontecem na sede da associação. Como revelado pelos participantes, já fizeram muitas festas e muitas das vezes não é necessário sequer agenda-las: “*vai uma turma pra lá e vai juntando gente...*”. Uma das participantes relatou: “*Igual no final do ano passado agora, gente, vamo fazer uma festa de final de ano? Há, mais que festa? Vamo fazer um junta panela? Mas quem? Muita gente não vem! Eu falei assim, Fulana eu venho, você vem? Vou. Então nós duas já somos uma festa, os outros, os demais, se quiser vim, venha também e traga o seu... Nós fizemos assim, um quilo de carne e um refrigerante, quem quisesse trazer sua bebida de fora trazia né?... E deu foi muita gente. E fizemos uma festa ótima de final de ano*”.

No PA São João Batista a festa do padroeiro do assentamento é comemorada tradicionalmente. Segundo um dos entrevistados “*tem bebida e arrasta pé até amanhecer o dia... Aí durante o dia tem o futebol... Torneio de futebol o dia inteiro*”.

É comum nesse assentamento as pessoas se reunirem para suas orações: *“Todo sábado tem o terço com o bingo, no caso cada sábado é na casa de uma família”...* *“Na quarta feira a gente reza também, reza mil Ave Maria”*. A renda dos bingos [produtos dos próprios estabelecimentos] é revertida para a manutenção da igreja do assentamento.

As ações coletivas na dimensão das comemorações parecem assumir um papel diferente [mas não menos importante] das lutas para a melhoria do espaço e para a solução de problemas da comunidade. Parecem sinalizar oportunidades para integração social e convivência. Suas comemorações oportunizam o fortalecimento de um sentimento de pertencimento ao local e de identidade individual e coletiva. São ações de uma lista de outras citadas por Sabourin, Oliveria e Xavier (2007) que se desenvolvem em escala local; são desenvolvidas a partir das condições, dos recursos e das características da terra e do território, agregando visões e recursos para a construção de um projeto maior.

Por unanimidade, os participantes dos grupos focais expressaram que as coisas mais “sérias” são tratadas nas reuniões ordinárias das associações realizadas uma vez por mês. Essas reuniões são sempre agendadas para os dias de domingo, assim, acontecem no primeiro, segundo, terceiro ou quarto domingo de cada mês conforme as negociações entre os assentados. Se há a ocorrência de assuntos urgentes a serem tratados, são agendadas reuniões extraordinárias pela diretoria das associações e os assentados são convocados.

A importância da participação de todos os assentados nas reuniões mensais fica clara na fala de um dos entrevistados: *“...se tem uma decisão pra ser tomada, ela é levada à votação, é decidido na urna né?... Se eu sou o presidente, eu não tenho o direito de decidir pelos outros né? Os problema sério da associação, da comunidade, é resolvido em reuniões, em assembleia”*.

Esse caráter democrático-participativo das organizações associativas parece ser fundamental ao se considerar as colocações de Carvalho e Rios (2007) ao afirmarem que uma associação somente incorporará o papel de agente de desenvolvimento se houver a participação efetiva de seus associados. Para Oliveira (2010; 2012) as ações associativas ou associativismo também estão vinculadas à participação dos associados. Se associações são conceituadas como reuniões de pessoas com propósitos comuns na luta por direitos, desenvolvimento e reconhecimento, o significado de participação pode se confundir com o próprio

significado de associação; nesse caso seria impossível a existência de uma sem a existência da outra por estarem intimamente vinculadas.

Nas reuniões são expostas ainda as intenções da diretoria quanto à implementação de projetos comunitários e são compartilhadas sugestões entre os associados no que diz respeito às suas necessidades de capacitação e aprendizagem e de quaisquer demandas evidenciadas pelo cotidiano do assentamento. Embora haja sugestões e compartilhamento de ideias, para a totalidade dos entrevistados quem deve “tomar a frente” quando se objetiva algo para o bem do assentamento é o presidente ou a diretoria, o que não elimina as chances de ações isoladas de um ou outro assentado mais influente.

Evidenciou-se também, a partir das verbalizações, a responsabilidade e compromisso que o presidente precisa assumir com as questões relacionadas ao assentamento: *“Quem toma a frente é a presidente né?... A presidente... é a primeira cara que leva o tapa”*.

4.2.2 Compartilhamento e Troca

O compartilhamento, como observado nos três assentamentos, aparenta ser uma característica marcante e própria do contexto rural. Máquinas, equipamentos agrícolas e utensílios, como o tanque de resfriamento de leite, o trator, animais e transportes são compartilhados. Trabalho braçal e produtos de ordem geral são itens que normalmente são compartilhados pelos assentados entre si salvo uma situação ou outra, como relatado pelo participante do PA Picos, em que isso não acontece.

Aqui se observa também a importância da ajuda mútua e da reciprocidade uma vez que compartilhar é uma ação baseada nos sentimentos de cooperação. Alguns relatos dos participantes dos grupos focais sobre essas questões são destacados:

- *“Geralmente aqui quase todo mundo tem né? [utensílios e equipamentos] Os que não têm e quer emprestado nós empresta”*. [assentado PA Modelo].
- *“A gente não pode carregar gente clandestino né? Então quando a gente vai, dá carona pra uma pessoa... Na verdade não é nem pagar a passagem, é uma ajuda de combustível, porque o carro não anda com água, a gente que tem sabe...”* [assentada PA Modelo].

- *“Nunca vai vazio não, só vai cheio... não é passagem, é ajuda pro petróleo, cê nem cobra, o caboco dá uma ajuda... vai buscar ração pro gado, pras galinhas, aí bota gasolina, por exemplo, colocou cinquenta reais, cada um paga dez”* [assentado PA São João Batista].
- *“Talvez tem uma pessoa só que tem um touro né? Então ele não importa de emprestar o touro pra fazer a cobertura da vaca. É... uma pessoa talvez tá com um pouco mais de gado e não tem lugar, não tá tendo trata essas coisas, às vezes ele passa pro vizinho tirar o leite e cuidar do gado dele... aí é uma coisa que é combinada entre os dois boca a boca, no termo um ajudando o outro”* [assentado PA Modelo].
- *“Talvez... a pessoa traz pra você, oh, isso aqui é uma rama de mandioca diferente, uma maniva né?... Eu vim trazer pro cê e eu quero que cê me arruma um pouco de mandioca pra mim levar porque eu não tenho”* [assentado PA Modelo].
- *“Nóis mandava, aí depois nós ficou sabendo que eles não gostava de receber. Falou que quando a gente dava alguma coisa tava querendo outra em troca”* [assentado PA Picos referindo-se ao envio de carne fresca a um vizinho na ocasião de abate de porco].

As verbalizações dos participantes evidenciam favores e auxílios prestados entre os assentados. Transportes, animais e produtos são itens que mais comumente são compartilhados por eles numa espécie de negociação solidária, como é o caso do assentado do PA Modelo que relatou a transferência temporária do gado para um vizinho com melhores condições estruturais para o trato dos animais em troca do seu leite. O transporte também parece ser um item bastante compartilhado devido à necessidade de locomoção das pessoas e ao fato de nem todas possuírem veículos. Os participantes ressaltaram que não são cobradas passagens, mas de forma tácita, todos entendem a necessidade de contribuir com o combustível.

Algumas vezes o altruísmo e o sentimento de cooperação parecem não ser bem compreendidos, o que fica evidente na fala do participante do PA Picos ao ressaltar que na prática de dar e receber, algumas pessoas entendem que ao receberem se sentem obrigadas a dar e, por esse motivo, preferem não receber. Sabourin (2011, p. 36), estudando a ajuda mútua e a reciprocidade, afirma que a

primeira coloca em jogo laços sociais, sentimentais e simbólicos; a ajuda mútua para ele “[...] não implica uma retribuição equivalente, imediata ou diferida que liberaria o beneficiário de sua dívida”. Apesar de existir uma espera de retorno da ajuda pela pressão social, valores de honra e de prestígio que concorrem para isso, num regime de ajuda mútua não há nada contratual e nem obrigatório (SABOURIN, 2011).

No que se refere aos tanques de resfriamento de leite e aos tratores, os participantes relataram que esses são comunitários. Ou seja, são itens doados pelo Estado às associações no sentido de condicionar e fortalecer seus meios de produção e aquisição de renda. Cabe às associações e aos assentados todas as despesas de utilização, cuidado no manejo e manutenção funcional desses itens.

Não só animais de recria são cedidos e/ou compartilhados, também animais e veículos de carga [cavalos, carroças e tratores particulares] são disponibilizados para auxiliar os assentados desprovidos desses recursos.

O trabalho braçal é um item de troca nos assentamentos pesquisados. Sobre essa questão o assentado do PA Modelo ressalta que é usual “*trocar o dia de trabalho*” nos assentamentos, isto é, os assentados se auxiliam mutuamente na realização de suas tarefas. Sabourin (2011) entende a troca agrícola como uma prestação econômica e utilitarista quando considerada como troca mercantil mediante trabalho assalariado. No caso específico dos PA’s, a troca do dia de trabalho pode ser considerada do ponto de vista econômico e utilitarista, mas não do ponto de vista do trabalho assalariado, uma vez que se constatou, a partir dos relatos dos assentados, ausência de remuneração nessa dinâmica.

O compartilhamento, do mesmo modo que as celebrações, mutirões e mobilização geral das pessoas nos assentamentos produzem sentimentos de pertencimento, confiança e respeito. Os valores produzidos pelas relações de compartilhamento criam um sentimento de grupo e permitem conservar e reproduzir bens comuns mesmo que em condições de renda precária (SABOURIN, 2011). Sobre o sentido de “pertencer” a um todo, o autor afirma que na maioria dos depoimentos dos atores rurais isso está associado a uma noção de unidade, solidariedade, força e vida comunitária.

4.2.3 Informação

A informação foi o último tema de debate no roteiro dos grupos focais. Procurou-se compreender como as informações são difundidas nos assentamentos e identificar a existência de assentados que veiculam informações importantes e confiáveis de forma mais assídua.

Pelos relatos dos participantes percebeu-se que a informação é algo importante nos assentamentos, e mesmo tendo em vista a fragmentação das redes de informação mapeadas, as informações parecem ser difundidas com certa facilidade, como ressaltou um dos participantes do PA Picos: *“Aqui a gente fica sabendo de tudo, até do que não precisa...”*.

De modo geral, as informações importantes e de confiança, na opinião dos participantes, são fornecidas pelos presidentes dos assentamentos e o acesso a elas se dá na ocasião das reuniões das associações.

Afora isso, um dos participantes do PA São João Batista relatou que ao necessitar de *informações “vai na porta pra pedir... Nós liga, pergunta. As veis o caboco foi lá em cima, cê não foi, pergunta o que aconteceu lá em cima”*⁸. Caso os assentados necessitem de informações que os presidentes desconhecem o procedimento comum é busca-las junto aos órgãos competentes, principalmente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Conforme os relatos dos participantes as informações também são repassadas de boca em boca no cotidiano dos assentamentos. Em destaque, algumas verbalizações gerais sobre a difusão de informações no PA Modelo:

- *“É a diretoria. É quem espalha a notícia. Mais é nas reuniões. A diretoria sempre reúne, só a diretoria... uma semana antes... um dia antes... eu como presidente não chego numa reunião e dou uma notícia que a diretoria não sabe. Eu sempre trabalhei assim porque é uma maneira de tirar o lombo do chicote né?”* [assentada PA Modelo].
- *“Sempre tem aqueles que ficam sabendo mais que a gente né?... Lá no tanque de leite é onde mais a gente fica sabendo, a gente chega lá e outro fala assim: há, ficou sabendo que o leite agora deu uma*

⁸ A verbalização *“as veis o caboco foi lá em cima...”* significa a visita aos órgãos municipais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí ou aos órgãos estatais nas cidades de Belo Horizonte e Brasília que são responsáveis pela Reforma Agrária para a solução de problemas e/ou aviamento de projetos.

melhorada, outro fala não, o leite caiu e outras coisas também”
[assentado PA Modelo].

- “...hoje mesmo ele foi lá [no tanque de leite] e ficou sabendo que teve uma festa ali...” [assentada PA do Modelo].
- “Fofoca tem. Isso todo lugar tem” [assentado PA Modelo].

Nos relatos é possível perceber que as informações não giram em torno somente de assuntos mais “sérios”. Fofocas e informações corriqueiras também são veiculadas. Os fatos e acontecimentos como “picuinhas” e conflitos são naturais nas comunidades, podendo causar “diferenças” ou inimizades entre os assentados.

O encontro diário dos assentados “no tanque de leite” como ressaltado por um dos participantes parece ser produtivo no que se refere às informações. Os assentados se vêm na oportunidade de conversar, trocar ideias e discutir sobre os mais diversos assuntos, além, é claro, de “ficarem sabendo das coisas”.

As visitas de cortesia também são bastante comuns no contexto rural. Elas se configuram em mais oportunidades de troca de ideias e de ciência dos acontecimentos nos assentamentos.

Quanto às informações que precisam ser repassadas para os assentados, a presidente do PA Modelo ressaltou que antes das reuniões a diretoria se reúne para que as informações não sejam monopolizadas por alguns e para que todos estejam cientes do que será informado.

Importante para o bom desempenho das atividades como ressalta Shah (2000 *apud* VIEIRA, 2008) e para ações individuais e coletivas empreendedoras de desenvolvimento, a difusão das informações parece ser uma prática eficiente entre os assentados nos três contextos pesquisados.

4.3 Análise das Informações Provenientes das Entrevistas com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Coordenador do PNHR

As entrevistas conduzidas com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR do município de Uná/MG e com o coordenador do PNHR tiveram como objetivo identificar o perfil produtivo dos assentamentos, a interferência do Sindicato na gestão, funcionamento e desenvolvimento dos PA’s e suas ações nos âmbitos econômico, social e político. A história dos projetos de assentamento pesquisados também foi item constante no roteiro de entrevista, no entanto, e na

ausência de informações mais consistentes dos entrevistados pertinentes aos fatos históricos não foi possível apresentá-los e analisá-los.

Quanto ao perfil produtivo dos assentamentos, ambos os entrevistados ressaltaram que os assentados se enquadram no perfil de agricultores familiares embora se tenha observado durante as visitas aos estabelecimentos e pelos próprios relatos dos assentados a prevalência da pequena produção de subsistência, caracterizando muitas famílias como camponesas, residindo sua produção em um reduzido grau de mercantilização (PLOEG, 2009).

Uma característica relevante do município de Unaí é a forte concentração de assentamentos de Reforma Agrária (XAVIER *et al.*, 2009) e grande parte desses projetos foram e são apoiados, financiados ou acompanhados por instituições externas como o INCRA, EMATER, EMBRAPA, UnB, PREFEITURA DE UNAÍ, CAPUL e STR (OLIVEIRA *et al.*, 2009).

O STR parece ser o órgão que possui maior popularidade entre os assentados pesquisados tendo em vista que nas suas verbalizações apareceu como o primeiro ponto de referência para reivindicações de projetos, solução de problemas e demandas em geral. Como explicam Oliveira *et al.* (2009) o STR em Unaí foi criado em 1981 como resultado do processo de luta pela terra no município pelos agentes da Igreja Católica vinculados ao movimento da Teologia da Libertação e à Comissão Pastoral da Terra. Desde então sua atuação consistiu em apoio à luta pela Reforma Agrária ao dar suporte aos acampamentos instalados, bem como ao processo de reconhecimento dos projetos em andamento no INCRA e, mais tarde, no âmbito do PNCF. “Muitos esforços foram despendidos para manter os agricultores assentados nas suas terras, mediante a negociação de infraestrutura (estradas, pontes, energia, água, outros) e de apoio à produção” (OLIVEIRA *et al.*, 2009, p. 103).

Isso significa dizer que a precariedade inicial de infraestrutura típica das dificuldades de estabelecimento na terra e aquelas pertinentes à reprodução familiar não se encerram com o final de um longo processo de lutas, mas persistem como pontos de partida para novas demandas em função da viabilização econômica e social dos assentados (OLIVEIRA, *et al.*, 2009).

Esse contexto vai ao encontro das afirmações dos entrevistados no que diz respeito à participação e interferência do STR em fatores relacionados à gestão, problemas, lutas e conquistas na história dos assentamentos. O presidente do STR

explicou, durante a entrevista, que dentre as responsabilidades do Sindicato está a prestação de trabalhos aos assentamentos e exemplificou afirmando a elaboração de projetos como uma de suas atividades mais básicas. Sobre os projetos pleiteadores do PNCF ele ressaltou: *“...sai daqui de dentro desde a avaliação do produtor, do trabalhador rural, olhando a carteira, se é trabalhador rural de verdade... Toda a responsabilidade do projeto que é montado, da propriedade que é comprada... sai daqui do Sindicato, de todos os Sindicatos tá...?... É nosso dever, do Sindicato estar ali junto, inserindo todo o projeto... correndo atrás das propriedade... montando a associação e depois até chegar o ponto do banco... e o Banco do Brasil elabora seus contratos, nós tamo ali junto, olhando, ajudando né?”.*

Posterior à aquisição da propriedade e assinatura dos contratos pelos novos proprietários [assentados] o presidente afirmou que o trabalho do Sindicato passa a se concentrar nos projetos de habitação. Segundo seu depoimento, o STR tem sido responsável pelo programa “Minha Casa, Minha Vida Rural” e já entregou várias residências aos assentados: *“... nós vive fazendo habitação rural do PNHR... é nós que tamo fazendo dentro dos assentamentos... dentro do Crédito Fundiário...”.*

De acordo com o coordenador do PNHR, é o Sindicato que representa a classe nos mais variados sentidos como fica claro em suas verbalizações: *“alguém tá querendo fazer uma coisa errada, vem aqui denuncia ou pede a presença do Sindicato, vai lá e intermedia. Você precisa de qualquer coisa, que diz respeito ao Sindicato, o Sindicato tá pronto pra ajudar. Quer levar em Brasília, quer levar em Belo Horizonte, vai em reunião do assentamento, vai pro banco defender eles. Direta e indiretamente o Sindicato tem interferência sim, benéficas né? Muito bem coordenadas... mas tem interferência sim”.*

Oliveira *et al.* (2009), ao discutirem essas espécies de mediações, tanto do Sindicato quanto de outras instituições, como as de assistência técnica, reafirmam sua importância quando se pensa em desenvolvimento das comunidades. Segundo eles, os interesses institucionais se contabilizam para que haja espaços de interlocução e de planejamento conjuntos em virtude de papéis individuais e institucionais claramente definidos e de compromissos fortemente assumidos. De modo geral, a existência de mediadores, quer seja no assessoramento técnico, quer seja em processos de desenvolvimento nas áreas de assentamento, é um fato bem recebido pelos assentados, contudo, sua função é a de apoiar projetos comunitários ao invés de chegar às comunidades com propostas prontas e acabadas.

Na dimensão do desenvolvimento econômico nos assentamentos as ações do STR parecem ser cruciais. O coordenador do PNHR ressaltou que isso é uma obrigação do Sindicato. Segundo ele, as informações de programas estatais de crédito para custeio e investimento, bem como de projetos de capacitação, treinamento e educação rural são divulgadas junto aos Sindicatos que, por sua vez, repassam às associações dos assentamentos. Seus esforços parecem girar ainda em torno de políticas públicas e projetos de Lei, como expressado pelo entrevistado: *“Corre atrás de políticas públicas, de emenda parlamentar... Eu sou prova que o Sindicato faz esse tipo de trabalho...”*.

O presidente do Sindicato, quanto ao desenvolvimento econômico dos assentamentos, disse ser comum que o Sindicato procure por órgãos de assistência técnica, como a EMATER para a implementação de projetos de capacitação no que tange ao manejo dos recursos produtivos. Mais uma vez ele ressaltou o papel do Sindicato ao frisar sua atuação: *“... o Sindicato... monitorando junto... junto com a assistência técnica pra o desenvolvimento das propriedades deles, da vida deles lá, pra não deixar que aquelas pessoas façam besteira...”*.

Por meio de suas verbalizações, o presidente do Sindicato deixa clara a pouca participação política e social dos assentados. Segundo ele, a participação política é algo que se torna mais evidente na época das eleições, quando candidatos tendem a visitar os assentamentos para angariar votos. Relatou também que a interferência do Sindicato nesse sentido é a de que se origina da necessidade da classe [assentados] em eleger um representante que possa apoiá-la na luta de suas causas, mas que por conta da fragmentação partidária isso nunca foi possível.

De acordo com o coordenador do PNHR *“o Sindicato não pode interferir nisso não”*, embora deixe transparecer suas preferências eleitorais: *“olha, nós do Sindicato, eu recomendo assim, tamo com fulano”*.

A questão social dos assentamentos, segundo os dois entrevistados, é percebida mediante a participação de todos em projetos e cursos de capacitação que possibilita o desenvolvimento econômico porque engaja as pessoas socialmente. Para o presidente do STR isso é *“um direito”* que as pessoas têm, *“o de aprender”* e, a partir desse aprendizado, o entrevistado ressaltou outro direito, o da oportunidade de crescimento econômico e social.

4.4 Análise Integrada dos Dados das Redes Sociais, Grupos de Foco e Entrevistas

Um olhar integrador para os dados gerais da pesquisa permite que algumas constatações sejam feitas. Uma delas refere-se à difusão das informações nos assentamentos. Evidenciou-se, pela análise das redes de informação dos três assentamentos, que elas se apresentaram como as mais fragmentadas. Por outro lado, nos grupos focais a constatação geral foi de que a informação é algo importante e de fácil veiculação nos assentamentos. Em geral, o canal formal de informação é representado pelos presidentes das associações ou diretorias. Canais informais também foram relatados, como as trocas de informação entre os assentados do PA Modelo no “tanque de leite”.

Embora os resultados dos grupos focais tenham apontado para a facilidade de difusão das informações, a assimetria de informação revelada através das análises das redes pode ser explicada mediante alguns motivos. Primeiro, no PA Modelo nem todos os assentados entregam leite [como nos outros PA's] e um deles possui um tanque particular, assim, uma parcela dos assentados não tem a oportunidade de se encontrar no local em que o tanque de leite comunitário foi instalado; segundo, nem sempre as informações chegam até os assentados através do presidente, diretoria ou outros assentados, ao contrário, algumas vezes eles precisam buscá-las em órgãos fora do assentamento no sentido de informar-se como acontece no PA São João Batista, assentamento com a rede de informação mais fragmentada; terceiro, como nunca há garantia de que todos os assentados participarão de todas as reuniões, é natural que alguns não fiquem sabendo dos assuntos, acontecimentos e informações gerais e quarto, nos canais de comunicação informais as pessoas podem falhar no sentido de distorcer, não repassar ou não ter certeza das informações, obrigando os assentados a buscá-las de outra forma.

Outra constatação refere-se à cooperação. A análise das redes de cooperação/ajuda mútua dos assentamentos demonstrou serem essas as mais coesas. Os resultados dos grupos de foco apontaram para mobilizações coletivas como mutirões e comemorações. Aqui, os resultados das redes parecem ter consonância com as verbalizações dos participantes dos grupos, ou seja, evidências de auxílio mútuo, reciprocidade e solidariedade aparecem nos dois conjuntos de

dados. Contudo, considera-se que a cooperação/ajuda mútua parece ser resultado de arquétipos culturais que permeiam as relações rurais ao longo do tempo, o que pode explicar a coesão constatada nas redes analisadas.

Por fim, os dados oriundos das entrevistas com o presidente do STR e com o coordenador do PNHR parecem ir ao encontro dos demais dados ao ser observado nas suas verbalizações e nas verbalizações dos assentados o reconhecimento de que o Sindicato é o principal órgão de apoio e assistência no caso de reivindicações, informações e solução de problemas.

5 CONCLUSÕES

Desde o princípio, e no decorrer de sua construção, este estudo efetivou-se nos fundamentos relacionados às redes sociais e às ações coletivas em projetos de assentamento de Reforma Agrária do Programa Nacional de Crédito Fundiário no município de Unaí/MG.

Seu desenvolvimento baseou-se na concepção de que arranjos sociais em redes e ações coletivas são vias fundamentais para solucionar problemas individuais e coletivos, intensificar o sentimento de pertencimento a um grupo e, por extensão, contribuir para o desenvolvimento social, econômico e político dos assentados.

O objetivo final do estudo foi analisar a influência das redes sociais dos projetos de assentamento no processo de gestão coletiva e, para o alcance desse intento, foi necessário empreender seu mapeamento do ponto de vista estrutural, relacional e da identificação dos atores críticos em termos de influência, informação e cooperação/ajuda mútua.

Além do mapeamento das redes, objetivou-se também comparar as redes sociais mapeadas e analisar as ações coletivas adotadas nos PA's. Após a análise e discussão dos achados da pesquisa, foi possível chegar a algumas conclusões que iluminam um pouco mais a compreensão das dinâmicas sociais existentes entre os assentados da Reforma Agrária.

Ao mapear e analisar as redes dos três projetos de assentamento investigados verificou-se que as redes de cooperação/ajuda mútua se revelaram como as mais coesas na medida em que os assentados parecem estar mais dispostos a se ajudarem mutuamente.

As redes de informação se destacaram como as mais fragmentadas nos três assentamentos, revelando pouco compartilhamento de informações, maior distância entre os assentados e menos conformação entre os grupos. As redes de influência apareceram com um nível de coesão intermediário.

Os resultados de centralidade do grau de saída e de entrada indicam que também a rede de cooperação/ajuda mútua dos três assentamentos possui o maior número de atores nessas posições, indicando que os assentados procuram direcionar mais suas relações e serem mais receptivos às relações direcionadas a eles.

Quanto à identificação dos atores críticos, os resultados apontam que os corretores de conteúdo transacional são os que mais aparecem nas redes mapeadas, apesar de não aparecerem na rede de informação do PA São João Batista. Constatou-se ainda a baixa ocorrência de conectores centrais e expansores de fronteiras no conjunto das redes analisadas. Embora se tenha observado lacunas nas estruturas das redes, os resultados apontam que, de modo geral, há um potencial de relações estabelecido e/ou que pode vir a se estabelecer.

Ao se comparar as redes sociais mapeadas não se constatou muitas discrepâncias entre elas. Os níveis estruturais, relacionais e a identificação dos atores críticos não demonstraram, sobremaneira, que um assentamento se sobrepõe ou é mais avançado que outro no que diz respeito às relações sociais que envolvem os assentados em suas diferentes dimensões. Revelaram apenas que algumas redes dos assentamentos são mais propícias que outras a um potencial relacional.

Constatou-se que as ações coletivas mais comuns entre os assentados são evidenciadas por meio da realização de mutirões e comemorações que mobilizam as pessoas no dia a dia das comunidades.

O contexto apresentado aponta para o alcance dos objetivos da pesquisa e permite concluir que as redes sociais parecem influenciar, em certa medida, os processos de ação coletiva nos assentamentos pesquisados uma vez que são criadas oportunidades relacionais entre seus atores. A qualidade das relações, por seu turno, remete a grupos mais coesos, menos fragmentados e mais dispostos à participação coletiva.

A despeito do alcance dos objetivos, o estudo apresenta algumas limitações. Uma delas se deve ao fato da pesquisa ter abrangido apenas os projetos de assentamento do PNCF no município de Unaí/MG, não se estendendo aos assentamentos do INCRA que se somam em grande número. Esse fato torna inviável a generalização dos resultados da pesquisa aos demais assentamentos, tanto do PNCF em outras regiões quanto do INCRA.

Outra limitação é observada no que tange aos conteúdos transacionais estudados. Neste estudo eles foram influência, informação e cooperação/ajuda mútua. Entretanto, na literatura sobre redes sociais outros conteúdos aparecem como passíveis de estudo como trabalho, amizade, parentesco e confiança.

Também não foram consideradas neste estudo todas as possibilidades de análises estatísticas oferecidas pelo Ucinet 6.0, como média, moda, desvio padrão

etc. o que contribuiria com uma análise minuciosa dos dados e conclusões mais aprofundadas.

Considerando as limitações deste estudo, sugere-se que, para pesquisas futuras, pesquisadores do contexto rural que tenham especial interesse nas redes sociais estabelecidas entre os atores do campo avancem de modo a contemplarem estudos semelhantes, mais abrangentes ou mais robustos do ponto de vista acadêmico-científico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. C. R. de; DANSA, C. V. de A.; MOLINA, M. C.; XAVIER, J. H. V.; ZOBY, J. L. F. A formação de agentes de desenvolvimento local. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de; SCOPEL, E. (Orgs.). **Projeto Unaí: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 219-243.
- ALMEIDA, S. C. R. de. Introdução. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de; SCOPEL, E. (Orgs.). **Projeto Unaí: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 15-22.
- ALMEIDA, S. C. R. de. A formação de agentes de desenvolvimento. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de; SCOPEL, E. **Projeto Unaí: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 219-244.
- ANDRADE, C. A. S. de. Percepção ampliada da cadeia produtiva: as contribuições da Teoria dos Custos de Transação e da análise de redes sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22., 2002, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: ABEPRO, 2002. Disponível em: <www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR10_0714.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015.
- ATLAS ESCOLAR, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS. Governo Municipal de Unaí/MG. Belo Horizonte: Didata, 2003.
- BACKES, D. S.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442. 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2015.
- BARI, M. L. **Análise econômico-financeira do crédito fundiário no Brasil**. 1998. 170 f. Tese (Doutorado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1998. Disponível em: <<http://www.didinho.org/ANALISEECONOMICOFINANCEIRADOCREDITOFUNDIARIOBRASIL.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2015.
- BARRETO, N. R. **Reforma agrária: o mito e a realidade**. 4. ed. São Paulo: Artpress, 2004.
- BERGOLD, R. C. A reforma agrária capitalista brasileira. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, ano 17, n. 21, p. 76-96, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/paradigma/article/view/206/189>>. Acesso em: 6 mar. 2015.
- BRASIL. **Um novo Brasil rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 19 mar. 2015.

BRASIL. **Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BRISOLA, M. V.; GUIMARÃES, M. C. Redes e desenvolvimento territorial – uma proposta de análise histórico-comparativa aplicada a sistemas agroindustriais. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 4., 2014, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Asociación Colombiana de Historia Económica, 2014.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Política Agrícola**, Brasília/DF, ano 22, n. 2, abr./maio/jun. 2013.

CARVALHO, D. M.; RIOS, G. S. L. Participação, viabilidade e sustentabilidade: dimensões de desenvolvimento local numa associação de produtores rurais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 3, p. 402-420, 2007. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43703/2/11%20-%20Artigo%2008.pdf>>. Acesso em: 13 maio. 2014.

CARVALHO, H. M. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Ministério Extraordinário de Política Fundiária; Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento, Curitiba, ago. 1998. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Formas_associativismo_vivenciadas_pelos_trabalhadores_rurais.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2015.

CARVALHO NETO, R. A. de. **Modelo de análise de redes sociais aplicado à cadeia logística do agronegócio de base econômica familiar**. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.btdtd.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1037>. Acesso em: 8 mar. 2015.

CASTRO, M. de. GONÇAVES, S. A. Contexto institucional de referência e governança de redes: estudo em arranjos produtivos locais do estado do Paraná. **RAP**, Rio de Janeiro, v.48, n. 5, p. 1281-1303, set./out. 2014.

COSTA, F. de A. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro: antíteses. **ABRA – Reforma Agrária**, Campinas: ABRA, jul. 2013. 96 p. Edição Especial.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA M. R.; SUCENA L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 13., ABEP, 2002. Ouro Preto. Disponível em: <http://redenep.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/grupos_focais_e_pesquisa_social_qualitativa_o_debate_orientado_como_tecnica_de_investigacao.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2015.

DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Establishment**. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/establishment/>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

ESTIVALETE, V. de. F. B. **O processo de aprendizagem em redes horizontais do elo varejista do agronegócio: do nível individual ao interorganizacional.** 2007. 269 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10031>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa.** 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa.** 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FONSECA, B. C.; FIÚZA, A. L. C. Ação coletiva e medição religiosa no campo no Brasil: evidências históricas na Arquidiocese de Mariana - Minas Gerais. **Holos**, Natal-RN, a. 31, n. 3, p. 371-392, jun. 2015. Disponível em:<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2694/1110>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

FLORES, M. X. Prefácio. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de; SCOPEL, E. (Orgs.). **Projeto Unai: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 9-11.

GATTI, B. A. **Grupo focal nas ciências sociais e humanas.** Brasília: Liber Livro, 2012.

GARCIAS, P. M. A lógica de formação de grupos e aliança estratégica de empresas. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Paraná, n. 24, nov. p. 51-78, 2001. Disponível em: <<http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/FCSA/FCSA%2024/PDF/art%2002%20-%20a%20%C3%B3gica%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1980. Disponível em: <http://araguaia2.ufmt.br/professor/disciplina_arquivo/16/201312111135.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XX.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GUEDES, M. V. C. Reforma Agrária de mercado no Brasil: um sonho que se tornou pesadelo. In: VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 2010, Porto de Galinhas/Pernambuco, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/08/GT11Maria-Vanderli-Cavalcante-Guedes.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

GUIMARÃES, M. C.; BRISOLA, M. V.; ALVES, R. A. Valores Culturais, cultura brasileira e relações de trabalho no campo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRAGUAÇÃO EM

ADMINISTRAÇÃO, 16., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANGRAD, 2005. 1 CD.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

INCRA. **História da Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAGO JÚNIOR, M. W. de. **Redes sociais informais intraorganizacionais e os processos de mudanças organizacionais: um estudo em uma empresa de tecnologia da informação**. 2005. 250 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/redes-sociais-informais-intraorganizacionais-os-processos-mudancas-organizacionais-estudo>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

LAZZARINI, S. G.; CHADDAD, F. R.; COOK, M. L. Integrating supply chain and network analyses: the study of netchains. **Journal on Chain and Network Science**, Holanda, v. 1, n.1, p. 7-22, 2001.

LENGLER, L.; LAGO, A.; CORONEL, D. A. A organização associativa no setor apícola: contribuições e potencialidades. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 2, p. 151-163, 2007. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/108/106>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

LIMA, D. F. P. **Avaliação do Programa Nacional de Crédito Fundiário na região Sul do Brasil**. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../Diego_de_Faveri_Pereira_Lima.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2015.

LIMA, S. M. V.; VIEIRA, L. F.; CASTRO, A. M. G. de. **Perfil dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário: combate à pobreza rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

LUGO-MORIN, D. R. La acción colectiva rural en los sistemas productivos dinámicos. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 47, p. 157-168, sep./dic. 2013. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com/ehost/results?sid=167b4f66-8336-47f6-b190-ad7fd25c031d%40sessionmgr4004&vid=2&hid=4107&bquery=%22La%22+acci%C3%B3n+colectiva+rural+%22en%22+los+sistemas+productivos+din%C3%A2micos&bdata=JmRiPWFmaCZkYj1mb2gmZGI9MjdoJmRiPTIwaCZ0eXBIPTAmc2l0ZT1laG9zdC1saXZl>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

MARQUES, V. P. M. A.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **O censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

- MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci, Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2015.
- MARTINS, J. de S. Reforma agrária o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/12309/14086>>. Acesso em: 06 mar. 2015.
- MATHEUS, R. F.; SILVA, A. B. O. e. Análise de redes sociais como método para a Ciência da Informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, abr. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr06/Art_03.htm>. Acesso em: 26 mar. 2015.
- MATTEI, L. O debate sobre a pertinência a reforma agrária no Brasil. In: VI ENCONTRO DAS REDES DE ESTUDOS RURAIS, 6., 2014, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2014. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/6encontro/trabalhos/Trabalho_5.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2015.
- MERTENS, F.; TÁVORA, R.; FONSECA, I. F. da; GRANDO, R.; CASTRO, M.; DEMEDA, K. Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 41, n. 4, p. 481-492, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0044-59672011000400006&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 mar. 2014.
- MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 61-77.
- MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 273-298.
- MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. In: MARTES, A. C. B. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 131-159.
- MORGAN, K.; MARSDEN, T.; MURDOCH, J. Networks, conventions and region: Theorizing “worlds of food”. In: _____. **Worlds of Food – place, power, and provenance in the food chain**. Oxford: Oxford University Press, 2008. cap. 1, p. 7-25.
- NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, a./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200002>. Acesso em: 8 mar. 2015.
- NASSAR, A. M. **Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros**. 2001. 234 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- NEIVA, E. R.; PANTOJA, M. J. Redes sociais e mudança em um grupo de produtores rurais do Planalto Central. **rPOT**, Brasília/DF, v. 8, n. 1, p. 5-24, jan./jun. 2008. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/9067/8415>>. Acesso em: 20 set. 2014.

NEVES, D. P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs.).

Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: Uniara, 2008. p. 172-219. Disponível em: <www.uniara.com.br/nupedor/nupedor.../mesa%204_DELMA.DOC>. Acesso em: 16 mar. 2015.

NOLASCO, D. C. M. (Org.). **A social-democracia e a questão agrária brasileira.** São Paulo: Gráfica & Editora Rodrigues Rosa, 1999.

OLIVEIRA, A. R. de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, A. R. de. Associativismo e desenvolvimento rural em Goiás: uma análise das estratégias de organização do agronegócio e da produção familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: UFU, 2012, p. 1-11. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1205_1.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2014.

OLIVEIRA, M. N.; SABOURIN, E.; ALTAFIN, I. G.; ALMEIDA, S. G. R. As organizações sociais: trajetórias, lições e perspectivas. In: **Projeto Unai: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 95-141.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

PLOEG, J. V. der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 13-53.

PNCF. **Manual de Operações da linha de financiamento Consolidação da Agricultura Familiar.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2005.

Disponível em:

<http://www.agricultura.sp.gov.br/attachments/article/212/Manual_Operacional_do_CAF.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2015.

PNCF. **Manual de Operações da linha de financiamento Combate à Pobreza Rural.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2009. Disponível em:

<http://www.agricultura.sp.gov.br/attachments/article/212/Manual_Operacional_do_CPR_-_2009.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ. Disponível em:

<<http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/index.php/2012-12-21-16-56-25/aspectos-historicos.html>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

RADOMSKY, G. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 107-136.

RIBEIRO, A. C.; ANDION, C.; BURIGO, F. Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 119-140, 2015. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/42967/41684>>.

Acesso em: 13 ago. 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, W; VASCONCELOS, S. J.; BARBIERO, A. K. Análise da efetividade socioeconômica do PRODECER III no município de Pedro Afonso, Tocantins.

Pesquisa Agropecuária Tropical, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 301-306, 2009. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/index.php/pat/article/download/5581/5860>. Acesso em: 23 ago. 2015.

ROSSETTI, F. **Sete princípios para redes sociais**. 2005. Disponível em:

<<http://www.gife.org.br/artigo-sete-principios-para-redes-sociais-11772.asp>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento.

Sociologias, Porto Alegre, a. 13, n. 27, maio/ago. 2011, p. 24-51.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In:

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre:

UFRGS, 2009. p. 219-243.

SABOURIN, E.; OLIVEIRA, M. N.; XAVIER, J. H. V. Lógica familiar e lógica coletiva em assentamentos de reforma agrária no Brasil: o caso do município de Unaí (MG). **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 23-61, 2007.

Disponível em:

<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21061_Cached.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2015.

SANTOS, V. G. dos. **Configurações das redes sociais de uma associação em diferentes períodos da gestão**. 2015. 69 f. Monografia (Graduação em Gestão de Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SARAIVA DE LORETO, M. das D.; SOUZA, J. M. M. de; CUNHA, B. G. Reforma agrária e redes sociais na situação concreta do Assentamento Cuiabá, Canindé do São Francisco-SE. In: IV SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASENTAMENTOS RURAIS, 4., 2010, Araraquara. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/images/comunidade_arquivos/txt_completo_simposio_reforma_agraria.pdf>. Acesso em: 06 set. 2015.

SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHMIDT, B. V.; NOLASCO, D. C. M.; ROSA, S. L. C. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

SIQUEIRA, B. L.; BINOTTO, E. O papel da liderança no associativismo apícola: o caso de um assentamento. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: SOBER, 2013. Disponível em:

<<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.3>>. Acesso em: 13 maio. 2014.

SOUSA FILHO, H. M. de; GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M. Metodologia para estudo das relações de mercado em sistemas agroindustriais. **Informe Técnico**. Brasília: IICA, 2008.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n3/a13v19n3.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

SILVA, M. C. M. da. **Redes sociais intraorganizacionais informais e gestão**: um estudo nas áreas de manutenção e operação da planta HYCO-8, Camaçari, BA. 2003. 223 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/redes-sociais-intraorganizacionais-informais-gestao-estudo-areas-manutencao-operacao>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

SILVA, P. A. de O.; RAMOS, P. Brasil República: as interpretações acerca da questão e reforma agrária. In: IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA E VI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 4., 6., 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ABPHE, 2012. Disponível em: <http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Patricia_Silva%20&%20Pedro%20Ramos.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2015.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/A-Quest%C3%A3o-Agr%C3%A1ria-no-Brasil-2.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONIASSO, H. R.; SOUZA, C. C. de; BRUM, E.; FIGUEIREDO, R. S. de. Agricultura familiar e associativismo rural – o caso Associação Harmonia de Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul e a sua sustentabilidade. **Informe Gepec**, Toledo, v. 12, n. 2, p. 1-10, jul/dez. 2007. Disponível em: <<http://biblat.unam.mx/pt/revista/informe-gepec/articulo/agricultura-familiar-e-associativismo-rural-o-caso-associacao-harmonia-de-agricultura-familiar-de-mato-grosso-do-sul-a-sua-sustentabilidade>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

VIEIRA, L. F.; CASTRO, A. M. G. de; LIMA, S. M. V. **Perfil dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário**: consolidação da agricultura familiar. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

VIEIRA, S. R. F. **Manual introdutório de análise de redes sociais**. Curso de Análise de Redes Sociais. Brasília: No prelo, 2015.

VIEIRA, S. R. F. **Redes sociais no contexto de mudança organizacional**. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8316/1/2008_SergioRicardoFrancoVieira.pdf>. Acesso em 21 abr. 2015.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPE, 2001.

XAVIER, J. H. V.; MOLINA, M. C.; ZOBY, J. L. F.; TORRES, A. L.; GASTAL, M. L. Antecedentes e articulação entre as instituições participantes. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de; SCOPEL, E. (Orgs.). **Projeto Unai:** pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 23-52.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista



ROTEIRO DE ENTREVISTA: PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE UNAÍ/MG E COORDENADOR DO PNHR

- História do PA São João Batista.
- História do PA Picos.
- História do PA Modelo.
- Perfil produtivo dos Assentamentos.
- Interferência do Sindicato na gestão dos PA's.
- Ações do Sindicato para o desenvolvimento dos PA's.
 - Âmbito econômico
 - Âmbito social
 - Âmbito político

Apêndice B – Roteiro para Debate: Grupo Focal



ROTEIRO PARA DEBATE: GRUPO FOCAL

- Auto apresentação do moderador e dos membros do grupo.
- Objetivos e funcionamento do encontro e o porquê da escolha dos participantes.
- Garantia de sigilo em relação aos registros e identidade dos participantes.
- Importância de todas as ideias e opiniões manifestadas.

QUESTÕES:

- Como é o dia a dia de vocês? E da comunidade?
 - Trabalho.
 - Comemorações (rezas, festas, quermesses, barraquinhas, mutirões).
- Como são tratadas as coisas mais sérias?
 - Reuniões.
 - Projetos comunitários.
- Quando vocês vão fazer alguma coisa para o bem do Assentamento quem “toma a frente”?
 - Trabalho, comemorações, assuntos financeiros, projetos de capacitação, construção e melhoria de espaços comunitários como igrejas, escolas, sede da Associação, pontos de ônibus, poços artesianos.
- Vocês compartilham e trocam as coisas entre si?
 - Tanques de resfriamento de leite, máquinas e equipamentos agrícolas, animais, transportes, trabalho braçal, produtos.
- Como vocês ficam sabendo das coisas?
 - Se tem “Pombo Correio” (aquele que dá notícias de tudo).
 - Informações de confiança.
 - Importância das informações.

Apêndice C – Questionário para Mapeamento dos Conteúdos Transacionais nas Redes Sociais dos Projetos de Assentamento do PNCF em Unaí/MG



QUESTIONÁRIO PARA MAPEAMENTO DAS REDES SOCIAIS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PNCF EM UNAÍ/MG

Prezado (a) Senhor (a),
 Este questionário é parte instrumental fundamental para a coleta de dados relacionados à minha pesquisa sobre redes sociais no processo de ação coletiva em Assentamentos de Reforma Agrária. A pesquisa é requisito para a conclusão do curso de Mestrado em Agronegócios pela Universidade de Brasília/DF. As informações concedidas e analisadas no estudo terão caráter sigiloso e, para isso, será garantido o seu anonimato, ou seja, sua identidade será preservada.
 Desde já agradeço pela sua importante participação e colaboração!

1) O conjunto de questões abaixo objetiva obter dados sobre as relações de influência, informação e cooperação/ajuda mútua percebidas pelo (a) Senhor (a) dentro deste Assentamento em ordem de importância, sendo o primeiro o mais importante.

a) Rede de Influência

Questão	Nome	Identificação (Quem é?)
<i>Quais pessoas do Assentamento são capazes de te influenciar?</i>	1.	_____
	2.	_____
	3.	_____
	4.	_____
<i>Nas quais você se espelha...</i>	5.	_____
	6.	_____
<i>Que você respeita... Que você considera um "líder"...</i>	7.	_____
	8.	_____
	9.	_____
	10.	_____

a) Rede de Informação

Questão	Nome	Identificação (Quem é?)
<i>Quem você procura para obter informações*?</i>	1.	_____
	2.	_____
	3.	_____
<i>Que é bem informado... Que compartilha</i>	4.	_____
	5.	_____

<i>informações...</i>	6.
<i>Que passa informações importantes e corretas...</i>	7.
	8.
	9.
	10.

* Informações sobre reuniões, projetos, programas de crédito, cultivo, venda de produtos etc.

a) Rede de Cooperação/ajuda mútua

Questão	Nome	Identificação (Quem é?)
<i>Quais as pessoas que estão sempre dispostas a te ajudar?</i>	1.	
	2.	
	3.	
	4.	
<i>Que são prestativas... Que colaboram... Que trocam coisas e favores...</i>	5.	
	6.	
	7.	
	8.	
	9.	
	10.	

2) Este conjunto de questões objetiva obter dados referentes ao perfil.

Nome: _____

Número de membros da família: _____

Idade: () Até 21 anos () Entre 22 e 30 anos () Entre 31 e 40 anos () Entre 41 e 50 anos () Acima de 51 anos

Gênero: () Feminino () Masculino

Grau de instrução: () Fundamental () Médio () Superior () Pós-graduação

PA: _____ **Lote:** _____

Atividade principal: _____

Tempo de afiliação à Associação: _____